

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: HISTÓRIA E ESPAÇOS  
LINHA DE PESQUISA: LINGUAGENS, IDENTIDADES & ESPACIALIDADES

O INTELLECTUAL E A CIDADE IMAGINADA: MANOEL DANTAS E A  
CONSTRUÇÃO DE UMA NATAL DO FUTURO (1900-1923)

GABRIEL BARRETO DA SILVEIRA OLIVEIRA

NATAL, 2021

GABRIEL BARRETO DA SILVEIRA OLIVEIRA

O INTELLECTUAL E A CIDADE IMAGINADA: MANOEL DANTAS E A  
CONSTRUÇÃO DE UMA NATAL DO FUTURO (1900-1923)

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História, Área de Concentração em História e Espaços, Linha de Pesquisa III, Linguagem, Identidades & Espacialidades, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais

NATAL, 2021

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN  
Sistema de Bibliotecas - SISBI  
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes -  
CCHLA

Oliveira, Gabriel Barreto da Silveira.

O intelectual e a cidade imaginada: Manoel Dantas e a construção de uma Natal do futuro (1900-1923) / Gabriel Barreto da Silveira Oliveira. - 2021.

151f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Pereira Alencar Arrais.

1. Natal (Rio Grande do Norte) - Dissertação. 2. Dantas, Manoel - Dissertação. 3. Espaço - Dissertação. 4. Progresso - Dissertação. I. Arrais, Raimundo Pereira Alencar. II. Título.

RN/UF/BS-CCHLA

CDU 94(813.2)

GABRIEL BARRETO DA SILVEIRA OLIVEIRA

O INTELLECTUAL E A CIDADE IMAGINADA: MANOEL DANTAS E A  
CONSTRUÇÃO DE UMA NATAL DO FUTURO (1900-1923)

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, pela comissão formada pelos professores:

Raimundo Pereira Alencar Arrais (UFRN)  
Orientador

Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho (UFC)  
Avaliador externo

Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)  
(Avaliador interno)

Helder do Nascimento Viana (UFRN)  
(Suplente)

Natal, 29 de junho de 2021

A Ana Barreto, minha avó, D. Nanizinha, que depois dos 90 anos começou a tomar gosto por me contar histórias da infância e do mundo que se transformou diante de seus olhos.

## AGRADECIMENTOS

Foi difícil – muito mais do que meus colegas poderiam alertar e bem além do que eu era capaz de conceber. Eu estava trabalhando em casa quando escrevi o primeiro parágrafo desta dissertação. Naquele momento, ainda era o trabalho final da disciplina de *Historiografia dos Espaços*, mas eu já escrevia com a intenção de que ele se transformasse no esboço do meu primeiro capítulo (se tornou os capítulos 1 e 2). Quando concluí, tirei uma semana de descanso, na qual refleti um pouco e percebi que trabalhar em casa não estava sendo algo muito saudável para mim e que o melhor seria voltar a me deslocar à universidade para ter uma rotina de pesquisa e escrita mais regular. Comecei a fazer exatamente isso no início de março de 2020. Tudo foi por água abaixo na semana seguinte.

Apesar da constante tensão no que diz respeito a minha saúde e de meus familiares e amigos, eu acreditava que meu trabalho não seria muito afetado. Meu único receio era de que eu não fosse ter uma orientação presencial antes da minha qualificação, prevista para pouco mais de três meses depois. Mas a data daquele exame ainda parecia distante demais e eu poderia jurar que, até lá, tudo já teria voltado ao normal. Acabei escrevendo a dissertação inteira dentro de casa.

Sinto viver num paradoxo temporal. Estou preso naquele começo de março, ao mesmo tempo em que tudo parece passar mais rápido do que sou capaz de processar. Não acho que esse tenha sido um tempo de autorreflexão ou engrandecimento pessoal, tal como o paradigma individualista neoliberal prega que deveria ser. Meu saldo da quarentena é esta dissertação, cumprindo o compromisso que tinha assumido um ano antes.

Escrevi esse breve relato por acreditar que os nomes que citarei nesta seção são indissociáveis do momento em que escrevi. São essas as pessoas que estiveram comigo à distância e que sei que poderei contar pelo restante da minha vida.

Os primeiros, é claro, são a minha família. Meus pais, Fabio e Ana Jacinta, e minha avó, Ana (Nani). Durante toda a minha vida eles me deram apoio incondicional e sempre confiaram nas minhas decisões sobre o caminho que escolhi traçar. Devo tudo que tenho e sou a eles. Tio Kakim (Francisco Joaquim) e Lenira completam esse núcleo familiar cuja convivência foi a minha âncora neste mundo (o que consigo ver hoje com mais clareza do que em qualquer outra época). O mesmo vale para minhas tias Ninha (Maria da Conceição) e Luíza, que, mesmo à distância, nunca deixaram de prestar seu apoio.

Minha irmã, Viviane, merece uma menção mais do que especial. De certa forma, ela foi minha primeira aluna, sempre confiando em mim para ajudá-la com todas as matérias da escola (exceto matemática, porque nessa ela é bem melhor do que eu). Mas também é com ela que eu aprendo sobre como encarar o mundo com o otimismo que tanto me falta.

Também não posso deixar de mencionar uma constante fonte de alegria que tive nos últimos anos: meus cachorros, Amélie e Fredo. Nos finais de tarde, os latidos deles implorando por um passeio sinalizavam que era hora de encerrar o dia de trabalho. Nem sempre as obrigações acadêmicas me permitiram cumprir com o horário deles, mas essa era a principal motivação.

Se eu cheguei até aqui, foi porque tive a ajuda de vários colegas que encontrei ao longo de minha jornada acadêmica e que se tornaram meus amigos para toda a vida. Dividi meus primeiros trabalhos em grupo com Marcos, Dalton e Giordano – e sempre haverá um pouco deles em tudo que eu fizer. Brenda e Lara compartilharam comigo a primeira experiência de pesquisa, um trabalho que nos uniu de uma forma que eu não conhecia até então. São minhas melhores amigas e fonte de inspiração constante para me tornar uma pessoa cada vez melhor.

Jussier, Paulo e Pedro foram minha “formação clássica” durante a universidade. Os dois primeiros me acompanharam no mestrado, o último tomou outros rumos, mas continua presente nas jogatinas diárias que o espaço virtual tem me proporcionado. Também agradeço a Clara e Rita, que entraram no curso de História comigo em 2014, mantiveram-se como o núcleo da turma e se mostraram cada vez mais valiosas para minha vida no momento em que a distância física nos mostrou quais são as pessoas que precisamos preservar ao nosso lado. Elisa é uma amiga de outra área que conheci durante os estágios e se fez presente todos os dias desde então. Obrigado por continuar sendo essa figura tão atenciosa, mesmo quando a vida coloca tantas dificuldades.

Thaina e Karine foram minhas companheiras de pesquisa e as melhores pessoas que eu poderia ter ao meu lado nos últimos semestres da universidade – e é com muito carinho que eu as vejo trilhar o mesmo caminho que eu. Fico na esperança de que nossas jornadas continuem próximas nas etapas seguintes.

Neste trabalho, contei com contribuições valiosas de Giovanni Bentes e Leandro Pinheiro, companheiros que me ensinaram muito sobre o ofício do historiador, tanto por

observar o exemplo deles, quanto por terem dedicado parte do tempo que tinham para ler e criticar meus escritos.

Agradeço também à coordenação do Programa de Pós-graduação em História da UFRN, principalmente à professora Carmen Alveal, sempre de prontidão para sanar minhas dúvidas e auxiliar com os processos da burocracia universitária – e que também nunca perdeu uma oportunidade de me dar conselhos sobre os caminhos da vida acadêmica.

As pesquisas que garantem a melhoria da qualidade da educação neste país exigem investimento e nada do que fiz ao longo dos últimos dois anos teria sido possível sem a estabilidade financeira possibilitada pela bolsa de pesquisa fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Espero, o mais rápido possível, devolver à sociedade tudo que foi investido em mim

Para finalizar, reservo este espaço final para agradecer à figura mais importante para a construção deste trabalho: meu orientador, Raimundo Arrais. Desde que entrei na universidade, Arrais foi o maior exemplo de dedicação acadêmica que conheci. Foi com ele que aprendi a valorizar o ofício do historiador como aquilo que ele realmente é: um trabalho, algo que exige constância, disciplina, ética e responsabilidade. Cheguei ao ponto final desta dissertação graças ao empenho dele na leitura e correção minuciosa dos meus escritos. Caso o leitor julgue que, em algum momento, as discussões que realizei tenham ficado aquém do poderiam ser, nunca foi por falta de apontamento ou desatenção da parte do olhar atento do professor Arrais – são apenas reflexos de minhas limitações intelectuais, um lembrete de que minha formação não se completa com este trabalho e que eu ainda tenho muito o que melhorar.



Os futuros não realizados são apenas ramos do passado: ramos secos.

Ítalo Calvino (1990, p. 29)

## RESUMO

Esta pesquisa analisa a produção intelectual de Manoel Dantas sobre a cidade de Natal no início do século XX. Essa produção consiste numa série de crônicas, intitulada *Coisas da terra*, em que o autor abordou alguns aspectos do cotidiano da cidade, e na conferência, *Natal d'aqui a cinquenta annos*, na qual imaginou algumas projeções para o futuro da capital do estado. Consideramos que, no conjunto desses escritos, Manoel Dantas fez emergir imagens da cidade de Natal em diferentes temporalidades, que eram tentativas de estimular as mudanças que eram vistas como necessárias por ele e pelo grupo dirigente ao qual ele se vinculava naquele momento, os Albuquerque Maranhão e o Partido Republicano, que exerciam o comando do estado. Esse grupo empreendeu ações tanto com o objetivo de realizar transformações materiais na cidade, quanto de construir representações sobre ela – sendo este último, um domínio no qual Dantas deu grande parte de sua contribuição. Constatamos que os escritos de Manoel Dantas evocavam uma concepção de progresso, ideia que esteve muito presente no pensamento ocidental ao longo do século XIX até o início do século XX. Observamos que, no Rio Grande do Norte, a exemplo de outros lugares do Brasil e do mundo ocidental, o progresso esteve ligado a práticas políticas e a ideias como liberdade. Manoel Dantas, inicialmente, associou o progresso à educação – uma ligação que os governadores também ecoaram em suas mensagens oficiais. Poucos anos depois, entretanto, percebemos que Dantas e seus correligionários mudaram o discurso e passaram a usar a ideia de progresso em referência às intervenções materiais na cidade de Natal executadas pelos governadores republicanos, difundindo a narrativa de que esses governos representavam uma nova era na história da cidade, em contraposição ao período monárquico, que aparecia nos discursos como sendo caracterizado pelo abandono da cidade capital. As crônicas tinham um caráter pedagógico e buscavam diagnosticar problemas que Dantas observava na cidade e instruir os leitores na adoção de novos hábitos compatíveis com uma cidade moderna. A conferência serve como exemplo de um pensamento utópico, uma vez que criava a imagem de uma Natal perfeita no futuro, que teria resolvido todos os problemas da cidade do presente, mas que estava condicionada à continuidade do projeto político dos republicanos.

**Palavras-chave:** Natal. Manoel Dantas. Espaço. Progresso.

## ABSTRACT

This research analyzes the intellectual production of Manoel Dantas about the city of Natal in the early twentieth century. Said production consists in a series of chronicles, entitled *Coisas da terra*, in which the author approached some aspects of the city's daily life, and in the conference, *Natal d'aqui a cincoenta annos*, in which he imagined some projections for the future of the state capital. We consider that, in the set of these writings, Manoel Dantas brought out images of the city of Natal in different temporalities, which were attempts to stimulate the changes that were seen as necessary by him and by the ruling group to which he was linked at that time, the Albuquerque Maranhão and the Republican Party, who were in charge of the state government. This group undertook actions aiming to make both material transformations in the city, and to construct representations about it - the latter being a domain in which Dantas made much of his contribution. We found that the writings of Manoel Dantas evoked a conception of progress, an idea that was very present in the western thought throughout the 19th century until the beginning of the 20th century. We observed that, in Rio Grande do Norte, as in other places in Brazil and in the western world, progress was linked to political practices and ideas such as freedom. Manoel Dantas initially associated progress with education – a link that the governors also made in their official messages. A few years later, however, we noticed that Dantas and his associates changed the discourse and started using the idea of progress in reference to the material interventions in the city of Natal executed by the republican governors, spreading the narrative that these governments represented a new era in the city's history, as opposed to the monarchic period, which appeared in the speeches as being characterized by the abandonment of the capital city. The chronicles had a pedagogical character and sought to diagnose problems that Dantas observed in the city and instruct readers to adopt new habits compatible with a modern city. The conference serves as an example of a utopian thought, since it created the image of a perfect Natal in the future, which would have solved all the problems of the city of the present, but that was conditioned to the continuity of the republicans' political project.

**Key-words:** Natal. Manoel Dantas. Space. Progress.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b>	12
1	<b>OS CAMINHOS DO PROGRESSO</b>	35
1.1	O SÉCULO XIX E A DIFUSÃO DA CRENÇA NO PROGRESSO	40
1.2	O PROGRESSO NO RIO GRANDE DO NORTE	44
1.3	O PROGRESSO COMO EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO PROGRESSO	55
2	<b>A CONSTRUÇÃO DA CIDADE</b>	69
2.1	IDEIAS EM CIRCULAÇÃO: AS REFORMAS URBANAS E A CONCEPÇÃO DE URBANISMO NO SÉCULO XIX	71
2.2	OS FLUXOS DO MERCADO: AS REFORMAS URBANAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO	82
2.3	<i>COISAS DA TERRA</i> : MANOEL DANTAS E OS NOVOS SENTIDOS PARA O PROGRESSO EM NATAL	88
3	<b>A CIDADE IMAGINADA</b>	99
3.1	SOBRE UTOPIAS, CIDADES E FUTUROS IMAGINADOS	101
3.2	OS TEMPOS DE NATAL	111
3.3	MANOEL DANTAS ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DE NATAL	119
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	132
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	143

## INTRODUÇÃO

Viradas de século são momentos em que podemos observar pessoas fazendo balanços de conquistas e traçando sonhos e planos para um futuro – e a passagem do século XIX para o XX foi um desses momentos que fez aumentar os anseios para a concretização de utopias. A primeira edição do jornal *A Republica* no século XX, publicada em 03 de janeiro de 1901, na cidade de Natal, continha em sua primeira página um texto sobre o que era possível se esperar do centênio que se iniciava. Começava com um anúncio: “Entre todos os povos do mundo civilizado, surge o seculo XX com a nota alviçareira da esperança e do progresso”<sup>1</sup>. O autor do texto celebrou outros períodos da história em que teria havido um grande entusiasmo pela ciência:

O seculo XIX tambem fora embalado pelas doces esperanças que trazia essa grande aura do tempo da Encyclopedia. As descobertas de um Cuvier, de um Bichat, de um Lavosier, os vultos de um Franklin e de um Washington faziam supor o progredimento rapido no terreno scientifico político e industrial<sup>2</sup>.

Para o autor, os avanços no campo do conhecimento científico e o legado político da independência dos Estados Unidos eram um exemplo de um “progredimento rápido” da sociedade. Continuando a leitura do texto, entretanto, podemos ver que o autor adotou um tom melancólico em relação às dificuldades que se colocavam diante da marcha do progresso, como no trecho a seguir, em que faz referência às conturbações políticas que se seguiram à Revolução Francesa:

Mas, aos fulgores da Grande Revolução, succedeu logo a noite do Terror. Ao entusiasmo provocado pelas victorias napoleonicas, succedeu a raiva dos povos opprimidos que veiu afinal explodir nas planicies de Watterloo.<sup>3</sup>

A partir daí, o autor fez considerações sobre “commentarios judiciosos” que algumas pessoas teriam feito sobre uma suposta estagnação nas descobertas científicas que foram apresentadas na última exposição universal, realizada em Paris em abril 1900. Naquele contexto, as exposições universais foram uma forma de uma classe burguesa em ascensão, ligada ao capitalismo industrial, demonstrar o que acreditavam ser o progresso: imaginavam

---

<sup>1</sup> DANTAS, Manoel. *Seculo XX. A Republica*. Natal. 03 jan. 1901. p. 1. Ao longo de todo este trabalho, preservamos a grafia original encontrada em todas as fontes primárias e referências bibliográficas.

<sup>2</sup> Ibid.

<sup>3</sup> Ibid.

o amanhã, mapeavam os inventos que tinham sido realizados, observavam os impasses do tempo presente e miravam um futuro no qual a ciência acabaria com todas as incertezas<sup>4</sup>. Esse período foi marcado por uma grande crença na ciência, que parecia cada vez mais vencer a luta contra aquilo que se referiam como “obscurantismo”. Para essa parcela da sociedade, o saldo do século que se encerrava era inquestionavelmente positivo, enquanto as projeções para o novo século tinham pouco espaço para a dúvida ou o receio. O progresso era evocado como algo consumado e irrevogável: não haveria retrocessos, talvez pausas curtas, mas, no final, sempre avanços<sup>5</sup>.

Portanto, os tais “commentarios judiciosos” eram obra de descrentes do progresso, pessoas com as quais o autor não se identificava. Ele próprio escolheu manter a esperança pelo futuro, afirmando que aquilo que algumas pessoas chamavam de estagnação podia ser, na verdade, um marasmo que estava precedendo os grandes acontecimentos que viriam em breve: “O século XX verá o aparecimento de forças já presentidas que mudarão a face do viver de hoje. O ar liquido, os fluidos, a propria vontade, são forças que estão em via de uma applicação pratica”<sup>6</sup>. Por fim, o autor cita uma obra de ficção científica escrita por Albert Robida sobre o século XX e, inspirado nessa obra, tentou criar expectativas sobre as possibilidades que esse futuro poderia trazer, como mais liberdade e igualdade de direitos políticos entre homens e mulheres e melhorias nos sistemas de comunicação e transporte, como o uso de tubos pneumáticos e o transporte aéreo.

O que chama a nossa atenção nesse texto é a forma como esse autor concebeu a relação entre diferentes tempos. Para apresentar as possibilidades que o século XX poderia trazer, ele lançou o olhar para o início do século XIX; quando pensou sobre quais as mudanças que ocorreriam, ele olhou para o próprio presente, para elementos já conhecidos da ciência – a diferença era que passariam a ter uma aplicação prática, seriam incorporados ao cotidiano. De forma geral, podemos afirmar que ele via uma relação de semelhança (ou, até mesmo, uma repetição) com o passado, enquanto concebia o futuro como algo que estava contido no próprio presente: as mudanças que ele imaginava aconteceriam a partir de coisas que já eram observáveis para o olhar atento. Apesar das dificuldades encontradas, o autor

---

<sup>4</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11

<sup>5</sup> Ibid. p. 56

<sup>6</sup> DANTAS, Manoel. *Op. Cit.* p. 1

escolheu manter a postura otimista que via a humanidade em constante melhora e as novas descobertas científicas proporcionariam uma vida cada vez melhor para todas as pessoas.

Esse pensamento fazia parte de uma tendência do ideário burguês desde meados do século XIX, que se materializava em eventos como as Exposições Universais, que a classe burguesa organizava para servir como um catálogo de tudo que poderia representar o desenvolvimento técnico e a riqueza das nações participantes, como as máquinas, os produtos industriais e os monumentos arquitetônicos<sup>7</sup>.

O Brasil também buscou fazer parte desse grupo de nações ricas, se inserindo dentro da lógica burguesa: tanto pela organização de exposições regionais, quanto pela participação nas exposições internacionais. Essa participação era vista a partir de um caráter pedagógico pois serviria de experiência prática para que o país pudesse se desenvolver em conformidade com aquelas nações que demonstravam progresso técnico. Na Exposição Mundial de 1889, o representante do Brasil buscou exibir um país que respeitava os direitos dos homens e abolira a escravidão sem derramamento de sangue, que seguia a ética burguesa e estava preparado para receber desenvolvimentos nos campos do transporte e comunicação – uma seleção de elementos que pode ser interpretada como uma preparação de fundo para o novo regime: o Brasil era uma nação que se *republicava*<sup>8</sup>.

Retomemos a análise da matéria de jornal a partir da qual iniciamos esta discussão para melhor explicitar seu contexto de publicação. O século XX foi recebido com um grande entusiasmo da parte dos intelectuais e do grupo dirigente da cidade de Natal. Para eles, após ter sido abandonada durante o período da monarquia, a capital do Rio Grande do Norte estava prestes a se desenvolver de acordo com o signo do progresso, em grande parte graças à instituição do regime republicano, que parecia ter introduzido no grupo dirigente um desejo de reorganizar a cidade, preparando-a para uma nova era<sup>9</sup>. O progresso era concebido por aquele grupo como um tipo de lei natural que determinaria o crescimento das grandes nações, baseada em melhorias constantes advindas do uso da ciência e da razão.

---

<sup>7</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 62-67

<sup>8</sup> Ibid. p. 106-107

<sup>9</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: Ed. UFRN, 2008. p. 27-28

O “progresso” ganhou força no ideário ocidental a partir da segunda metade do Oitocentos. Por ter tido uma grande difusão, o “progresso” foi evocado de forma ampla e, até um certo ponto, vaga, tendo adquirido vários sentidos, dependendo de quem fazia referência a ele. Ainda assim, podemos depreender algumas características centrais que formavam a ideia, como: o otimismo em face do futuro, a crença numa melhoria constante da civilização e na superação dos limites impostos pela natureza por meio do constante aperfeiçoamento das tecnologias, o que seria possível com a aplicação do conhecimento advindo do uso da ciência. Essa forma de pensar se desenvolveu principalmente na Europa, mas que eventualmente inspirou projetos similares em outras partes do Globo, estando ligada ao capitalismo industrial em desenvolvimento.

No Brasil, a ideia de progresso foi marcante dentro do movimento republicano, principalmente a partir da interpretação positivista de Auguste Comte, que inspirou vários republicanos brasileiros a partir do modelo que vigorava entre os políticos franceses da Terceira República da França. Dentro dessa perspectiva, para construir um bom governo, era necessário conciliar o progresso advindo da Revolução com uma ordem que permitisse realizar uma transição para uma sociedade normal – nesse caso, a sociedade positiva<sup>10</sup>. Essa versão positivista de república atraiu vários adeptos entre militares e indivíduos desafetos com a Monarquia, mas que ainda defendiam o Estado como forma de alcançar seus objetivos sociais<sup>11</sup>. Para esse grupo, interpretação positivista do progresso associado à ordem fornecia a chave que determinava a superioridade republicana: “Pela lei dos três estados, a Monarquia correspondia à fase teológico-militar, que devia ser superada pela fase positiva, cuja melhor encarnação era a república.”<sup>12</sup>.

Após a derrubada da monarquia, os republicanos puseram em prática um projeto que se materializou na “ideologia da modernização”<sup>13</sup>, uma busca das elites políticas por fazer com que as massas atrasadas da sociedade se adequassem aos valores do progresso. É nesse contexto que podemos observar algumas iniciativas que visavam transformar as cidades, tornando-as vitrines para capturar o interesse de investidores estrangeiros naquela fase de

---

<sup>10</sup> CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 20-22

<sup>11</sup> *Ibid.* p. 25-28

<sup>12</sup> *Ibid.* p. 27

<sup>13</sup> HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 365.



expansão do capital financeiro, sinalizando que o país estaria em sintonia com o restante do mundo<sup>14</sup>. Na medida em que a República se firmava, crescia o anseio dos novos grupos dirigentes por uma “modernidade”, que seria encarnada pelo novo regime em contraposição ao período da Monarquia, o qual caracterizavam como sendo marcado por um atraso institucional<sup>15</sup>.

Esse desejo por uma nova ordem social advinda de uma interpretação positivista da ideia de progresso pelos republicanos ecoou no Rio Grande do Norte. “Façam o progresso que eu asseguro a ordem”<sup>16</sup>, teria exclamado o chefe político local, Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, patriarca da família que, junto a seus aliados políticos e intelectuais associados, esteve à frente do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, que governou o estado entre o final do século XIX e o início do século XX.

A matéria de jornal que utilizamos para abrir este trabalho foi assinada por um certo Mazarem Dornellas, cujas iniciais M e D nos fazem suspeitar de que se tratava de um pseudônimo do jornalista Manoel Dantas. Além das iniciais, o conteúdo do texto também serve de reforço para essa hipótese, visto que, na Natal do início do século XX, Manoel Dantas foi o maior entusiasta da ideia de progresso, criando imagens de um futuro no qual a capital norte-rio-grandense se tornaria uma das maiores cidades do mundo.

No que diz respeito à dimensão material, o texto sobre o novo século trazia ideias sobre o futuro da cidade, algumas das quais Dantas repetiria poucos anos depois na sua conferência *Natal d'aqui a cincoenta annos*, como o desenvolvimento dos transportes aéreos e a locomoção por meio de tubos pneumáticos. Além dessa conferência, esse entusiasmo se manifestava em vários textos que ele publicou no jornal *A Republica*, nos quais abordou as transformações na cidade - neste caso, tratando tanto dos aspectos materiais, quanto sociais. Seus escritos manifestavam um pensamento com muitos elementos em comum com a forma como o progresso foi concebido no século XIX, como o otimismo pelo futuro, a crença na razão, no poder da ciência, no constante aperfeiçoamento técnico e na melhoria da sociedade.

Mas Dantas não foi o autor original dessas ideias, não imaginou sozinho como o século XX seria. Ainda no texto sobre o novo século, ele fez menção, por exemplo, aos escritos e ilustrações de Albert Robida, ilustrador e escritor francês conhecido por suas obras

---

<sup>14</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 29

<sup>15</sup> *Ibid.* p. 66

<sup>16</sup> DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Natal: Typ. d'A Republica. 1909, p. 21.

que imaginavam um futuro com várias invenções científicas integradas às vidas cotidianas. O progresso anunciado por Manoel Dantas se manifestava em diversos aspectos na vida social: artes, ciência, tecnologia, sociabilidade e, sobretudo, na política. Essas várias dimensões sobre o que representava o progresso derivavam de leituras oriundas de várias partes do Brasil e do mundo, que o jornalista realizava, adaptando-as à realidade local, na busca de orientar seu público leitor na direção das transformações necessárias. Transformações essas que teriam consequências práticas na vida urbana da cidade de Natal. Além disso, as ideias que Dantas expressava em seus textos tinham a influência do contexto social e político no qual ele estava inserido. Ele era aliado do grupo de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão no Partido Republicano, atuando como diretor do jornal oficial do partido e ocupando cargos na burocracia estatal, sendo o principal deles o de Diretor Geral da Instrução Pública, entre 1897 e 1924, o ano de sua morte (com um hiato entre 1906 e 1911).<sup>17</sup>

Manoel Dantas era natural do Seridó, região do sertão norte-rio-grandense que se constituiu historicamente a partir do município de Caicó. Era um filho de famílias tradicionais, que se afirmavam descendentes dos primeiros colonizadores da região. É importante frisar que a relação de Dantas com essa região não se resume ao nascimento e aos laços familiares. Ele tomou o Seridó e figuras proeminentes da região como objeto de estudo e reflexão em ensaios de sua autoria, como *Homens de Outrora*, *Tomaz de Araújo* e *O problema das secas*. Com isso, Dantas, unindo sua vivência com seu trabalho intelectual, deu sua contribuição para construção historiográfica da ideia do Seridó como uma região com uma história e tradição específicas<sup>18</sup>. Essa produção é de grande importância e foi objeto de análise de outros trabalhos. O foco de nossa pesquisa, entretanto, é outro. Analisamos os textos de um Manoel Dantas preocupado com o progresso e as transformações materiais e sociais que afetavam, não o seu lugar de origem, mas o qual passou a residir, a cidade de Natal.

Abordaremos Manoel Dantas a partir do conceito de *intelectual mediador*. Esse é um conceito que mobiliza duas categorias: a de *intelectual* e a de *mediação cultural* (ou

---

<sup>17</sup> ARRAIS, Raimundo. Introdução. In: DANTAS, Manoel. *Coisas da terra*. [no prelo]

<sup>18</sup> Para uma análise sobre essa construção historiográfica da ideia de Seridó, cf. MEDEIROS NETA, Olívia Morais de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

*apropriação*). Ao considerarmos que ocorre um processo de mediação cultural, isso significa que os bens culturais não podem ser reduzidos às intenções dos autores originais. No trânsito de uma ideia de um contexto cultural para outro, um novo sentido emerge, a ideia passa a ter novas interpretações e passa a ser usada de forma a atender às necessidades do contexto local<sup>19</sup>. O trabalho de reelaboração de ideias, de seu contexto original para um outro, é o que se chama de mediação cultural.

Entretanto, qualquer que seja o público receptor de uma ideia, independentemente de sua formação ou origem social, todos realizam, em algum nível, um trabalho de reelaboração, visto que não há sujeito completamente passivo. Por isso, o processo de mediação que nos interessa não pode ser pensado sem fazermos uso dessa categoria, o intelectual. Entendemos que cada grupo social dentro da produção econômica cria uma camada de intelectuais com a função de lhes dar consciência de seu papel nos campos econômico, social e político.

Estamos no campo da história dos intelectuais, campo que durante boa parte do século XX foi negligenciado pela historiografia. Os motivos para isso foram diversos: primeiramente, era um campo muito ligado ao gênero biográfico e à atuação de sujeitos individuais, num momento em que a historiografia priorizava as massas e os sujeitos coletivos. O fato de que os intelectuais eram vistos como sujeitos pertencentes a grupos de “elite” reforçavam esse desdém. Além disso, o estudo dos intelectuais demonstrava que o papel que desempenharam na sociedade tinham crescido naquele século – dessa forma, uma história dos intelectuais estaria muito próxima de uma história do presente. Por sua vez, os historiadores também se constituem como parte do grupo de intelectuais, o que levava a acusações de excesso de subjetividade e falta de rigor científico devido ao envolvimento entre pesquisador e objeto<sup>20</sup>.

A história dos intelectuais passou a se estabelecer como campo a partir das décadas de 1970 e 1980, após mudanças no status que o próprio grupo dos intelectuais passou nas representações coletivas. Primeiramente, o número de intelectuais em atuação se ampliou numericamente, o que fez com que o lugar social desse grupo mudasse. Segundo, a posição de intelectual deixou de ser “sacralizada” perante a sociedade, ou seja: os intelectuais

---

<sup>19</sup> GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. *Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 15.

<sup>20</sup> SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 233-235

deixaram de ser vistos como indivíduos destacados da sociedade para serem reconhecidos como atores sociais que também estavam envolvidos com os acontecimentos de sua sociedade. Além disso, depois de passar anos priorizando a análise de estruturas na média e longa duração, a historiografia voltou a dar atenção a transformações de curto prazo, nas quais a influência dos intelectuais se torna mais evidente<sup>21</sup>.

“Intelectual” é um conceito polimorfo que pode ser usado para distinguir um indivíduo que exerce uma determinada atividade, como a produção literária ou estudos monográficos e jurídicos. Neste trabalho, no entanto, não delimitamos o conceito a partir de uma atividade específica, mas situando o conjunto das atividades por ele exercidas dentro do conjunto geral das relações sociais. O que isso significa é que, de certa forma, todos os homens são intelectuais em algum grau, mas nem todos desempenham a função de intelectual na sociedade. Fazemos a distinção levando em consideração o peso maior da atividade intelectual no trabalho exercido por aquele indivíduo dentro da sociedade<sup>22</sup>.

No Rio Grande do Norte, os intelectuais atuavam, sobretudo, por meio da publicação de obras literárias ou de textos em jornais e revistas. Eles não atuavam isoladamente, mas em articulação uns com os outros e com outros segmentos da sociedade, constituindo, nessa dinâmica, um sujeito coletivo, com desejos, interesses e regras próprias, construídos por meio da interação entre os intelectuais do grupo<sup>23</sup>.

Mas é importante demarcar uma particularidade que observamos de Manoel Dantas em relação a esse grupo. Em geral, os literatos do Rio Grande do Norte podem ser definidos a partir da ideia de “figura limite”, ou seja, consistiam num grupo formado por indivíduos de ocupações diversas, incluindo jornalistas, políticos e advogados, que se dedicavam à literatura mais por lazer<sup>24</sup>. Dantas se distinguia desse grupo porque, de sua parte, não tinha grandes ambições literárias: sua atuação intelectual se deu a partir de suas ocupações principais, como jornalista e como Diretor Geral da Instrução Pública, cargos a partir dos quais ocupava posições privilegiadas para divulgação de ideias e intervenção social, o que,

---

<sup>21</sup> Ibid. p. 238-241

<sup>22</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p.6-7

<sup>23</sup> SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *"Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal": a vida intelectual natalense (1889-1930)*. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. p. 23-24

<sup>24</sup> Ibid. p. 20

como veremos, desde seus primeiros textos publicados em jornal ele considerava como parte da política liberal, com a qual ele se identificava<sup>25</sup>.

Dantas também se destacava dentro daquela sociedade como um indivíduo de grande conhecimento empírico sobre o estado: foi professor de Geografia do Ateneu Norte-Rio-Grandense, publicou uma série de *Lições de geografia* no jornal *A Republica* e usou de fotografias para fins didáticos em suas aulas, incorporando a tecnologia como ferramenta para ilustrar suas aulas. Luís da Câmara Cascudo afirmou que Manoel Dantas:

Conhecia todo Rio Grande do Norte. Conhecia a terra e as almas. Costumes, crendices, hábitos, anedotas, dados de História, reminiscências, nome de um riacho ignorado, versos, orações-fortes, pratos tradicionais, tudo Manuel Dantas sabia contar, podia reviver, quase materialmente, na voz e no gesto.<sup>26</sup>

Manoel Dantas era um indivíduo que tinha grande curiosidade sobre todo o mundo, evidenciado pela sua biblioteca, que continha exemplares de revistas ilustradas do Brasil e de outros países, guias sobre cidades, romances históricos, literatura de viagem e marcos da ficção científica de aventura da segunda metade do século XIX, como as obras de Jules Verne. Quando afirmamos que Manoel Dantas era um intelectual mediador, consideramos que ele realizava um trabalho de leitura de ideias originárias de outros lugares, reelaboração dessas ideias para a realidade local e divulgação para um público leitor, com o objetivo de que essas ações pudessem provocar uma transformação social.

A partir das atividades que caracterizam a relação dos intelectuais com âmbitos do poder, podemos distinguir dois tipos de intelectuais: ideólogos e expertos. Intelectuais ideólogos seriam aqueles que desempenham a tarefa de criar ou transmitir ideias relevantes dentro de seu contexto político para justificar as ações dos governantes. Intelectuais expertos, por sua vez, seriam aqueles detentores de conhecimentos considerados adequados para um determinado fim e que, por isso, são chamados para desempenhar um papel nas administrações<sup>27</sup>. Podemos afirmar que Manoel Dantas, por meio de suas publicações em jornal, se aproximava do papel do ideólogo, atuando na adaptação e transmissão de ideias

---

<sup>25</sup> Cf. carta enviada por Dantas aos redatores do jornal *O Povo* enquanto ainda era estudante de Direito e que discutiremos em mais detalhes posteriormente: DANTAS, Manoel. Meus amigos. *O Povo*, Caicó, 16 mar. 1889. p. 2

<sup>26</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna, Manoel Dantas, *A República*, 22 set. 1942.

<sup>27</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 72-74

que, como veremos, estavam na base da legitimação do novo regime republicano. Mas sua atuação também tinha, em certa medida, características de um intelectual experto, uma vez que seu cargo na Direção Geral da Instrução Pública se baseava no fato de Dantas ter sido considerado uma referência na área de educação entre seus correligionários – algo que permitiu que ele mantivesse esse cargo por 25 anos, mesmo após conflitos internos e mudanças dentro do grupo dirigente.

Manoel Dantas fez parte de uma geração de bacharéis que, entre o final do século XIX e início do século XX, destacaram-se pela disposição comum para atuar como articuladores do processo de modernização da sociedade brasileira. Em geral, foram três categorias profissionais que manifestaram esse pensamento: médicos, engenheiros e professores - indivíduos que se afirmavam como portadores do progresso e da civilização, que seriam os valores fundamentais da sociedade para aquele novo tempo<sup>28</sup>. Acreditavam-se como aptos a produzir um novo saber sobre a nação porque teriam uma formação baseada na objetividade científica.

Esses grupos de profissionais pretendiam que suas ações instaurassem uma nova ordem, que seria um marco divisório, uma ruptura com o passado marcado pelo atraso. Esses agentes produziram discursos que veiculavam seus valores e a forma como conferiam sentido ao mundo. Também era por meio desses discursos que eles reivindicavam uma determinada posição social: além de atuarem em suas respectivas áreas, assumiam a posição de intelectuais porque almejavam formular um modelo explicativo para o país, pelo qual apresentariam caminhos e soluções para a efetivação de um novo projeto nacional. Faziam isso porque se consideravam portadores de uma missão: eram os regeneradores do país.

Cada uma dessas categorias profissionais tinha ideias diferentes de como essa transformação se realizaria. A categoria dos engenheiros, por exemplo, acreditava que seria por meio da técnica, das obras de intervenção que concretizariam o progresso no espaço físico da nação. A reforma social viria como uma consequência dos aperfeiçoamentos materiais. Entre os educadores, a crença era de que o projeto civilizatório seria efetivado a partir de transformações no ensino, com atitudes como a mudança de um ensino tradicional ou

---

<sup>28</sup> HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 7-10

religioso para um novo tipo de ensino que capacitasse os indivíduos para vivência sob o ritmo urbano<sup>29</sup>.

Manoel Dantas transitou entre essas duas ideias. Defendeu a educação como principal forma de realizar a transformação social, afirmando que, sem ela, o progresso não se efetivaria, pois as pessoas seriam refratárias às mudanças que ele traria. Usou seus textos de forma pedagógica, escrevendo sobre os hábitos que observava e incentivando a adoção daqueles que fossem compatíveis com a ideia de progresso. Mas também usou seus escritos para enaltecer a técnica e para defender e celebrar as transformações materiais, que funcionavam como evidência concreta, a materialização da chegada do progresso à cidade e ao estado. Nesse sentido, sua atitude diante do progresso se aproxima daquela que foi manifestada pelos engenheiros num período que compreende as três últimas décadas do século XIX e se estende até os primeiros anos do século XX.

Dito isso, também precisamos levar em consideração a especificidade do lugar que Manoel Dantas ocupava dentro da sociedade norte-rio-grandense. Dantas tinha uma formação em Direito e, de fato, exerceu a advocacia e atuou em diversos cargos públicos compatíveis com essa formação, como os de Promotor Público, Juiz Federal Substituto e Procurador Geral do Estado. Entretanto, ele estava inserido num meio em que havia poucos indivíduos especializados, no qual o título de Bacharel em Direito lhe conferia capital simbólico suficiente para atender às expectativas coletivas para a atuação em campos que estavam além de sua formação original<sup>30</sup>. Isso, somado à sua diversidade de interesses, permitiu que ele acumulasse tantas ocupações diferentes ao longo de sua vida, atuando também como jornalista, professor e Diretor Geral da Instrução Pública. Atuava como um bacharel não especializado em um meio que não comportava os técnicos com formações específicas em todas as áreas, o que fez com que ele transitasse entre ideias de campos diferentes, buscando adaptá-las à realidade local.

Essa ideia de progresso, que era cara ao pensamento de Manoel Dantas e de boa parte da geração de intelectuais da qual ele fazia parte, pode ser considerada como a mais importante da história ocidental naquele período, principalmente a partir da segunda metade do século XIX. Outras ideias também tiveram grande importância (como liberdade, justiça,

---

<sup>29</sup> Ibid. p. 9-10

<sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996. p. 170-173

igualdade e comunidade), entretanto, o maior prestígio da ideia de progresso se dá pelo fato de que todas as outras possuem o substrato de uma filosofia da história que articula passado, presente e futuro, do qual essas ideias obtêm o seu valor<sup>31</sup>. Ou seja, o valor dessas ideias se deu na medida em que elas eram vistas como historicamente necessárias. Em outras palavras, a sociedade ocidental considera que “liberdade” e “igualdade” são valorizadas como ideias pelo quanto julgamos que sejam elementos essenciais do movimento histórico guiado pela ideia de progresso.

Podemos compreender o progresso como uma síntese do passado e uma profecia do futuro, tal como na seguinte formulação: “a ideia de progresso acredita que a humanidade avançou do passado - a partir de alguma condição original de primitivismo, barbárie, ou até nulidade - continua agora avançando e deverá ainda avançar através do futuro que possa ser previsto”<sup>32</sup>. Algumas características aparecem recorrentemente quando essa ideia é evocada, tais como: continuidade, graduação, naturalidade e inexorabilidade dos estágios de desenvolvimento. Em suma, mesmo com alguns retrocessos, a humanidade estaria avançando continuamente de um estágio inferior para um superior - e isso seria um movimento tão certo quanto as leis da natureza<sup>33</sup>.

Essa é uma definição bastante abrangente, feita a partir da observação de características comuns que a ideia evocou ao longo de um grande período de tempo e em diversos lugares e sociedades. É importante ter essas características básicas em mente, mas também é necessário apreender as conotações específicas que a ideia ganha no tempo e no espaço analisados nesta pesquisa e quais as práticas que ela mobilizou.

Uma contribuição para pensarmos essa especificidade vem da discussão da ideia de modernidade em diferentes cidades<sup>34</sup>. Modernidade se configura numa ideia distinta da de progresso, caracterizando uma certa experiência de tempo e espaço que seria vivida de forma compartilhada em todo o mundo. Entretanto, a análise dessa experiência em diferentes

---

<sup>31</sup> NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Ed. UNB, 1985. p. 16

<sup>32</sup> BURY, J. B. *apud* NISBET, Robert. *Op. Cit.* p. 16-17

<sup>33</sup> NISBET, Robert. *Op. Cit.* p. 17

<sup>34</sup> Para evitar confusão, esclarecemos: modernidade e progresso, por vezes, são evocados no senso comum como ideias semelhantes. Aqui, fazemos referência ao trabalho de Marshall Berman, “Tudo que é sólido desmancha no ar”, que é um exemplo de como discutir uma ideia a partir de características comuns, sem ignorar as especificidades com que é compreendida em lugares e períodos específicos. Sobre as diferenças entre os conceitos, ressaltamos que “modernidade” se refere a uma experiência de tempo e espaço específica, que define um período da história; enquanto o progresso seria uma forma de conceber a relação entre os tempos, passado, presente e futuro.



idades em momentos distintos revela que ela não é interpretada e vivida da mesma maneira: o modelo está sempre sujeito às especificidades do desenvolvimento de cada local, principalmente naqueles que, comparativamente, se encontram atrasados e experimentam a modernização primeiro como algo que *não* está ocorrendo<sup>35</sup>. A forma como o grupo dirigente, especialmente Manoel Dantas, concebeu o que seria a realização do progresso na cidade de Natal nos revela as aspirações e desejos daquele grupo e como concebiam o que uma cidade deveria ser.

Por que focamos na cidade como objeto de estudo para este trabalho? No século XIX, as cidades se tornaram objeto de problematização a partir de uma rede de questões que ficaram conhecidas até hoje a partir da denominação *questão urbana*<sup>36</sup>. Essa constituição da cidade como objeto se deu a partir de diversas dimensões, indo da construção material à construção intelectual. A técnica foi a primeira dessas dimensões, atuando na cidade como instrumento de modificação do meio, que supostamente teria resultados na mente e no comportamento das pessoas.

Outra dimensão é a da cidade como construção global, fruto do trabalho dos intelectuais a partir de seus conceitos, construindo representações<sup>37</sup>. As representações são o objeto de estudo do historiador da cultura, que deve almejar a captura dos sentidos e dos significados contidos nas “representações do mundo”. Nesse sentido, uma história cultural do urbano entende que o fenômeno urbano é um acúmulo de bens culturais e que, portanto, a cidade é o espaço por excelência da construção desses significados<sup>38</sup>.

Dessa forma, também estamos no campo da história dos intelectuais na cidade e buscamos compreender aquilo que eles dizem sobre a vida urbana, os significados que lhe atribuem. Esse foco nos permite compreender as formas como os intelectuais liam e concebiam as cidades, como essas formas se traduziram em projetos políticos, urbanos, em intervenções no espaço, em discursos sobre as cidades, ações concretas que afetam

---

<sup>35</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. Principalmente o capítulo IV, “Petesburgo: o modernismo do subdesenvolvimento” (p. 204-335).

<sup>36</sup> BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. In: *Espaço e Debates*, n. 34, NERU, 1991. p. 10

<sup>37</sup> *Ibid.* p. 11-13

<sup>38</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n.16, 1995, p. 279-290

diariamente as experiências cotidianas desse grupo e a maneira como enxergou aquele espaço.

Os intelectuais, por meio de sua intervenção no mundo urbano, formam sua própria cidade, a “cidade letrada”<sup>39</sup>. A partir da segunda metade do século XIX, os intelectuais em toda a América Latina recebem ideias evolucionistas vindas de pensadores europeus como Comte e Spencer. Esses intelectuais, portanto, estavam dotados de um conhecimento que não era acessível à maioria da sociedade daquele período e, com isso, entraram na disputa de poder para cargos que permitam algum tipo de intervenção social, buscando suprir as necessidades de uma cidade moderna, atuando como jornalistas ou pedagogos, por exemplo. No caso de Natal, Manoel Dantas tanto atuou como jornalista, quanto ocupou cargos na burocracia estatal. Além disso, suas crônicas buscavam difundir hábitos, valores e iniciativas compatíveis com uma cidade moderna, como o grupo dirigente de Natal pretendia que ela fosse no início do século XX.

Manoel Dantas não apenas produziu sentidos sobre a cidade por meio de seus textos, como também incentivou ações que visavam intervir diretamente no espaço urbano. Quando relacionamos os textos desse autor com um projeto político, podemos elucidar o fato de que os planos para uma cidade são atravessados pela forma de interpretar o mundo dos indivíduos que o elaboram, moldada de acordo com suas experiências, por fim, que são concebidos a partir de ideias carregadas de um certo interesse político.

Trabalhos acadêmicos prévios nos ajudam a compreender a cidade de Natal no tempo de Manoel Dantas, fornecendo informações essenciais para composição deste texto. Em diversas ocasiões, o grupo dirigente do estado durante a Primeira República realizou intervenções materiais para fazer com que a cidade passasse a ser uma representação concreta de seus ideais como uma forma de se legitimar politicamente. Isso ficou notável nas obras do porto, que buscavam conformar aquele espaço com os ideais de uma cidade moderna, atendendo a padrões de higiene e com capacidade de receber passageiros e mercadorias<sup>40</sup>. Algo similar aconteceu na construção do bairro de Cidade Nova que se

---

<sup>39</sup> RAMA, Angel. A cidade modernizada. In: \_\_\_\_\_. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 76-101.

<sup>40</sup> JOBIM, Khalil. *Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

configurou numa importante referência para demonstrar como o grupo dirigente da cidade utilizava sua influência para apropriação do espaço urbano, deixando explícito que os projetos que demarcam e transformam o espaço urbano são cruzados por vários interesses<sup>41</sup>.

O desejo desse grupo dirigente de construir uma cidade moderna também se refletia em iniciativas que buscavam a transformação dos hábitos de convivência e sociabilidade. A construção de novos pontos de lazer como praças e jardins fizeram parte dessas iniciativas. Nesse mesmo período, a criação de cafés, clubes e associações esportivas da parte de uma elite natalense demonstra como esse grupo se utilizava dessas práticas sociais para obter uma distinção, e isso se refletia nos espaços da cidade<sup>42</sup>. Manoel Dantas abordava frequentemente ambos os aspectos da cidade em seus textos, tanto a dimensão material, quanto a da sociabilidade. Ele acreditava que as intervenções materiais e as mudanças na sociabilidade, deixando para trás a cidade pequena, isolada e de hábitos que considerava “matutos”, eram sinais da chegada do progresso a Natal.

Outros trabalhos com foco nas dimensões da arquitetura e do urbanismo também são particularmente importantes pois demonstram que havia um processo de circulação de conhecimento e difusão de modelos culturais que também ocorria no âmbito do urbanismo: o pensamento que Manoel Dantas usou como base para sua conferência ecoava as ideias de um utopismo da organização espacial, presente nos projetos de planejadores urbanos, arquitetos e engenheiros europeus que, na tentativa de dar uma resposta aos problemas sociais enfrentados pelas cidades ao longo do século XIX, buscaram “idealizar, recriar e alterar a fisionomia das cidades”<sup>43</sup>.

A partir disso, percebemos que as imagens da Natal do futuro, que Manoel Dantas construiu em seus escritos, refletiam anseios pela modernidade em termos restritos de urbanismo, marcada por grandes prédios, estradas de ferro transcontinentais que a ligavam ao restante do mundo e com comércio e indústria desenvolvidos de acordo com os padrões

---

<sup>41</sup> SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma "cidade nova": apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)*. 2014. 526 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

<sup>42</sup> MARINHO, Marcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

<sup>43</sup> FERREIRA, Angela Lucia; OLIVEIRA, Giovana Paiva de; SIMONINI, Yuri. A Utopia de Manoel Dantas: a ideia de modernidade na construção de Natal/RN – Brasil, na primeira metade do século XX. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. *Anais eletrônicos...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. v. 1. p. 20

reconhecidos naquele início do século XX<sup>44</sup>, ao mesmo tempo em que serviam de justificativa para as intervenções que o grupo dirigente realizava<sup>45</sup>. Reformas realizadas em Paris, como as empreendidas pelo Barão de Haussmann serviram de inspiração para as executadas por Pereira Passos no Rio de Janeiro. Ambas serviram como modelo de modernização para um grupo dirigente que buscava distanciar a Natal do regime republicano recém implantado, da cidade que fora em seu passado, marcado pela monarquia. Vinha daí a necessidade de dar uma nova feição à cidade.

A difusão de modelos urbanísticos a partir de uma cidade, assim como a incorporação que outras cidades fazem desses modelos é uma questão muito debatida por estudos do campo do urbanismo, especialmente no que diz respeito ao final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, um período em que o imaginário cultural brasileiro tomava como base referências francesas e em que várias cidades passaram por reformas urbanas que visavam adaptá-las aos novos ideais de modernidade e higienização. Frequentemente esses estudos evocam a influência das reformas realizadas em Paris entre 1853 e 1870, referidas na literatura especializada pelo termo “haussmannização”<sup>46</sup>. Os trabalhos aos quais nos referimos, tanto os que focam na transformação histórica da dinâmica social da cidade, quanto os que abordam a transformação urbana, tanto a partir das ideias quanto das intervenções materiais, nos ajudam a responder esses questionamentos, permitindo compreender o local em sua relação com o geral.

Mas consideramos que a análise dos escritos de Manoel Dantas sobre a cidade de Natal no início do século XX permite outros questionamentos, tendo em vista que os textos desse autor não tratam somente da cidade daquele momento, mas também de uma cidade do futuro. As transformações tão esperadas para Natal ainda não tinham se concretizado plenamente. Por isso, Manoel Dantas construiu imagens de um outro tempo, quando Natal finalmente seria a cidade que o grupo dirigente estaria trabalhando para construir. Precisamos, então, aprofundar nossos questionamentos sobre Dantas, seu tempo, a cidade e

---

<sup>44</sup> LIMA, Pedro de. *O Mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural; Sebo Vermelho, 2000.

<sup>45</sup> OLIVEIRA, Giovana Paiva de. A Narrativa do Dr. Manoel Dantas: o discurso modernizador justificando a ação sobre o espaço da cidade do Natal. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina/PR. *Anais...* Londrina/PR: Editorial Midia, 2005.

<sup>46</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2011.

a política. Uma das especificidades da ciência histórica está no estudo dos fenômenos dentro de um recorte no espaço e no tempo, sendo as categorias temporais, passado, presente e futuro, essenciais para a análise dos documentos e a construção de uma narrativa. O texto da conferência de Dantas nos fornece elementos para entender como um homem do início do século XX interpretava o passado e o presente de sua cidade e, a partir disso, projetava como seria o futuro dela. Essas projeções estavam limitadas às circunstâncias do momento em que foram realizadas, ligavam-se a um projeto político específico e a uma certa forma de conceber o que seria uma cidade e uma sociedade ideais.

A partir dessas considerações, levando em conta as concepções sobre o progresso naquele período, a trajetória de Manoel Dantas como intelectual e conhecendo sua filiação política, questionamos: que conhecimentos Manoel Dantas mobilizou para construir, por meio de seus escritos, uma nova cidade de Natal, mediada por suas ideias e pela ação do grupo dirigente do estado, e como o futuro que ele estabelecia para a cidade se relacionava com o projeto político desse grupo?

Buscamos compreender o processo pelo qual Manoel Dantas construiu, no início do século XX, uma projeção de futuro para Natal em seus escritos (como as crônicas da coluna *Coisas da Terra* e a conferência *Natal d'aqui a cinquenta anos*) tendo em vista seu contato com ideias originárias de outros lugares e suas ligações com o grupo dirigente do estado. Analisamos os escritos de Manoel Dantas para entender como ele criou delimitou a relação entre o passado, o presente e projetou um futuro para a cidade. Também investigamos a ligação de Manoel Dantas com o grupo dirigente do estado para entender em que medida a cidade que ele constrói em seus escritos se relacionava com as ações empreendidas por esse grupo para transformação do espaço urbano.

A projeção de uma cidade cinquenta anos no futuro se relaciona com as categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”. São categorias que, respectivamente, fazem referência ao passado (experiência) e ao futuro (expectativa), que são articulados dentro de um determinado presente para construir um tempo histórico<sup>47</sup>. A análise dos textos a partir dessas categorias nos permite perceber a maneira como essas temporalidades, passado

---

<sup>47</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327

e futuro, dirigiram as ações concretas, tanto de Manoel Dantas, quanto do grupo dirigente do estado.

É importante ressaltar que esses conceitos não podem ser analisados separadamente: “não há expectativa sem experiência, não há experiência sem expectativa”<sup>48</sup>. Ao projetar uma cidade no futuro, Manoel Dantas revelou não apenas suas expectativas para o que ela deveria ser, mas também como ele percebia o que a cidade era em seu presente e fora no passado. Buscamos observar quais são os elementos de continuidade e de ruptura entre essas temporalidades construídas por Dantas, o que eles revelam sobre sua forma de pensar.

Os indivíduos relacionaram o espaço de experiência e o horizonte de expectativa de diferentes formas, baseadas em conceitos, a partir dos quais eles atribuem significado aos diferentes tempos. Na cidade do Natal daquele início do século XX, Dantas descrevia uma cidade que estava melhorando quando comparada ao seu passado recente e que caminhava gradualmente para um futuro melhor, que ele podia prever, visto que essas melhorias seriam resultado direto da continuidade do projeto político que o grupo dirigente estava executando naquele momento. Essa é uma relação de tempo baseada na ideia de *progreso*.

Percebemos, portanto, ações tanto no sentido da transformação material da cidade, quanto no sentido da construção de novas representações sobre ela. A cidade se constitui não como um pano de fundo para as ações desses grupos, mas como um objeto produzido e reproduzido a partir dessas ações, num processo de produção social do espaço, ou seja, que envolve tanto a sua construção física, quanto a atribuição de significados a esse espaço<sup>49</sup>. Mais especificamente, no caso da Natal do início do século XX, as ações de melhoramentos urbanos, com a introdução de novos equipamentos e vias de ligação com outras cidades, podem ser definidas como ações de produção material do espaço, enquanto que Manoel Dantas, escrevendo crônicas sobre a cidade e incentivando as ações que buscam transformar a dinâmica da vida urbana, trabalha na construção de uma representação do espaço. Essas práticas constroem o espaço social, que é o produto final da relação das forças produtivas, possuindo camadas tanto materiais quanto simbólicas.

Ao longo deste trabalho, veremos que as iniciativas do grupo dirigente, celebradas por Manoel Dantas em suas crônicas como sendo a realização do progresso na cidade de

---

<sup>48</sup> Ibid. p. 307

<sup>49</sup> LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

Natal, estavam relacionadas com o movimento de expansão do capitalismo financeiro no início do século XX. Constituíram um trabalho de reorganização das forças produtivas de forma a melhor acomodar a acumulação do capital, um tipo de produção capitalista do espaço<sup>50</sup>. Essa reorganização se caracteriza por uma busca pela anulação das barreiras espaciais para reduzir o tempo necessário à acumulação, como nas obras já mencionadas. Esse processo também se manifesta na restrição de certas práticas sociais em favor de novos comportamentos que acomodassem melhor as relações de produção capitalistas. Dessa forma, também podemos ler nas crônicas de Manoel Dantas a transformação de práticas de produção e sociabilidade em direção àquelas consideradas mais compatíveis com o capitalismo em expansão no início do século XX.

As principais fontes para realização deste trabalho foram justamente os escritos de autoria do próprio Manoel Dantas. Começamos por aquele que o texto mais estudado e pelo qual Dantas é mais lembrado: a conferência *Natal d'aqui a cinquenta annos*. O cronista a proferiu no dia 21 de março de 1909 no salão de honra do Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Temos um registro da conferência na forma do texto que foi lido pelo autor naquela ocasião, que foi publicado numa edição do jornal *A Republica* e, posteriormente, impresso e publicado pela tipografia desse mesmo periódico no formato de um livreto de 23 páginas.

Otimismo pelo futuro, uma cidade que se abriria para o mundo com o desenvolvimento de meios de transporte, uma Natal que seria um ponto de referência para o mundo: essas são características básicas da ideia de progresso que estão presentes nos escritos de Manoel Dantas. As obras que construiriam aquela Natal do futuro, como as ferrovias e o porto, assentavam suas bases na perpetuação do grupo político dirigente do estado. A conferência pintava um quadro na imaginação dos ouvintes e leitores do que a cidade se tornaria, mas as ações que levariam até lá eram, em grande medida, expostas nas crônicas que Manoel Dantas publicava no jornal *A Republica*. Essas crônicas começaram a ser publicadas em 1907, enquanto ele ainda ocupava o cargo de editor-chefe do jornal e continuaram até 1923, um ano antes de sua morte. A coluna se chamava *Coisas da terra* e abordava fatos sobre a cidade e o governo e apresentava iniciativas para mudanças nos

---

<sup>50</sup> HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

costumes e intervenções na cidade<sup>51</sup>. Constatamos nesses escritos, além do trabalho de leitura e adaptação de ideias, a tentativa de construir novas formas de praticar a cidade, mediadas pelas ideias divulgadas neles.

A análise das crônicas nos revela que as críticas que Dantas realizava buscavam uma intervenção social. Não se tratava de uma exaltação da terra, das coisas e de seus hábitos, mas do potencial que essa terra e seus habitantes tinham de se transformar e, enfim, realizar o progresso, desde que seguissem as orientações que ele fornecia, baseadas nas experiências observadas em outros lugares. *Coisas da terra* não era uma exaltação da Natal daquele momento, mas de uma cidade futura que estava ali sendo construída por meio de sua mediação.

Esses escritos, portanto, construíam duas imagens de cidades: a primeira, de uma Natal daquele momento em que foram escritas; a segunda, de uma Natal do futuro. O autor estabelecia as características próprias de cada uma, além de pontos comuns a ambas (que e garantiam continuidade entre elas no tempo); descrevia elementos de sua estrutura, seus prédios, praças, porto, e de seus hábitos, comércio, eventos sociais; agregava elementos do tempo em que foram escritos, buscando inspiração em outras cidades de maior prestígio econômico e cultural da mesma época e os projetava para o futuro. Consideramos que Manoel Dantas cria imagens dessas cidades por meio de seus escritos demonstrando o que a cidade era e o que ela poderia ser no futuro.

Nossa análise levará em consideração as semelhanças e os contrastes entre essas duas cidades, a do momento em que Dantas escreveu e a do futuro que ele projetava em seus escritos. Em que medida essas cidades se aproximavam e em que aspectos elas divergiam? A Natal do futuro era inspirada em outras grandes capitais de seu tempo, mas também possuía elementos específicos, adaptados por Dantas para a realidade local. Indagamos também sobre a natureza da mudança dessas ideias, sobre o significado que as mudanças e as permanências carregavam. Essas mudanças podem revelar valores que davam forma à lógica de pensamento do autor e do grupo político ao qual estava vinculado e a relação destes com o espaço urbano.

---

<sup>51</sup> Todas as crônicas já foram localizadas nos jornais e transcritas para publicação no formato livro. Cf. DANTAS, Manoel. *Coisas da Terra*. (Org. Raimundo Arrais e Willian Galvão). [no prelo]



Esta pesquisa surgiu no âmbito do Grupo de Pesquisa Espaços na Modernidade, que desde 2008 desenvolve pesquisas no campo da História Urbana, com ênfase na cidade de Natal e no estado do Rio Grande do Norte, principalmente nas décadas iniciais do século XX. Ingressei no grupo no primeiro semestre de 2016 e, desde então, tenho trabalhado em pesquisas sobre a Natal do início do século XX a partir do jornal *A Republica*. Utilizamos as matérias do jornal para reconstituir alguns aspectos da vida urbana natalense, tais como as obras de intervenção material, a dinâmica do porto, o comércio e festividades. Muitas mudanças se processaram naqueles primeiros anos do Novecentos em Natal. A chegada da energia elétrica e a abertura de clubes e salas de cinema incentivavam a adoção de novos hábitos sociais; transformações materiais, como a instalação de ferrovias, a abertura de estradas de rodagem, serviços de reequipamento no porto, a criação de novos bairros e a inauguração de linhas de bonde davam uma nova dinâmica urbana à capital norte-riograndense. Nos textos, essas transformações não eram apenas narradas, como também eram celebradas e incentivadas - exprimiam os anseios do grupo dirigente para que Natal fosse vista como uma cidade moderna, digna do status de capital no regime republicano.

No jornal *A Republica*, Dantas escreveu um grande número de crônicas que celebravam de forma bastante entusiasmada várias das transformações na cidade, as quais ele lia como sendo símbolo da realização do progresso em Natal. O grande volume de crônicas e a variedade dos acontecimentos abordados, além da conferência imaginando a cidade cinquenta anos no futuro, fizeram com que os escritos de Manoel Dantas se destacassem em meio às fontes que eu e outros colegas de pesquisa analisamos nos trabalhos que desenvolvemos no grupo. Mas, ainda que esses documentos tenham estado presentes em vários dos trabalhos que o grupo de pesquisa desenvolveu previamente, eles ainda não tinham recebido a atenção devida como um conjunto. Como também faltava uma pesquisa que articulasse a forma como Dantas via a cidade do presente (nas crônicas) com a maneira como ele concebia a Natal do futuro (imaginada na conferência). Foi a esse desafio que eu me propus nesta dissertação.

O primeiro capítulo desta dissertação é uma reconstituição do caminho que a ideia de progresso percorreu: do Ocidente para o Brasil, Rio Grande do Norte e, enfim, Manoel Dantas. Percorremos esse caminho não porque acreditamos que as ideias que circulam no âmbito local espelham o âmbito global ou são determinadas por ele, mas porque ele nos

permite comparar o geral e o particular e, por fim, entender as razões pelas quais essa ideia ecoou no âmbito local e as circunstâncias específicas da política e da sociedade que provocaram a adaptação de alguns elementos da ideia. Analisamos documentos que se configuram como algumas das primeiras manifestações da ideia de progresso no Rio Grande do Norte até chegar nos primeiros escritos de Manoel Dantas. Percebemos que a ideia se tornou um importante instrumento de legitimação política: um bom governo seria aquele capaz de efetivar o progresso. Nesse processo, alguns elementos específicos se tornam símbolo do progresso, fazendo com que ele deixasse de ser relacionado a ideias abstratas como “liberdade” e “igualdade”, para ser um sinônimo de obras de intervenção material que tinham bastante apelo em uma cidade que desejava abandonar a imagem de cidade provinciana e consolidar sua posição de capital no regime republicano.

O capítulo 2 continua a discussão a partir das conclusões do anterior, que procurará demonstrar que a ideia de progresso passou a ser associada às intervenções materiais. Começamos com um breve panorama do desenvolvimento do urbanismo como campo do saber na segunda metade do século XIX, seguida de uma análise das crônicas de Manoel Dantas, delimitando quais as intervenções materiais por ele defendidas e a relação delas com a dimensão econômica mundial. A partir disso, buscamos compreender como a cidade passou a figurar na discussão política no Rio Grande do Norte, e porque as intervenções materiais que Dantas defende em seus escritos eram vistas como algo necessário naquele momento. Essas iniciativas estavam ligadas à consolidação do regime republicano e a uma concepção de urbanismo dentro da qual a cidade precisava ser representativa do poder político. Nesse contexto, os republicanos norte-rio-grandenses construíram uma narrativa na qual a capital estadual teria sido abandonada durante a Monarquia e estaria passando por um renascimento com a República.

Manoel Dantas também defendeu essa ideia diversas vezes em suas crônicas, como também a deixou em grande evidência em sua conferência, *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Por isso, o terceiro capítulo propõe uma análise dessa conferência focada na maneira como Dantas construiu significados para os diferentes tempos da cidade, o passado, o presente e o futuro. Discutimos por que a cidade imaginada pode ser considerada como uma utopia e como a ideia de progresso se manifesta nessa visão do futuro. Para isso, também construímos um panorama sobre o pensamento utópico e sua relação com projetos de cidades. Por fim,

fazemos comparação entre a Natal do início do século XX descrita por Manoel Dantas em suas crônicas, e a Natal de cinquenta anos no futuro, que ele mesmo imaginou na conferência que realizou em 1909.

## 1. OS CAMINHOS DO PROGRESSO

Louis Figuier foi um autor francês do século XIX que escreveu obras de vulgarização, que buscavam difundir para o grande público as últimas ideias e descobertas do mundo científico de seu tempo<sup>52</sup>. Uma dessas obras foi *Les Grandes inventions anciennes et modernes, dans les sciences, l'industrie et les arts*, que consistia numa compilação em ordem cronológica de invenções científicas ocorridas ao longo da história, incluindo, por exemplo, a máquina a vapor, a eletricidade e suas diversas formas de aplicação e os aeróstatos, que eram uma das invenções mais recentes dentre as abordadas pelo autor. Um exemplar desse livro pode ser encontrado na biblioteca de Manoel Dantas, que está atualmente sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, instituição da qual ele foi um dos sócios fundadores, no ano de 1902, e atuou como orador a partir de 1906 até o ano de sua morte, em 1924.

Mais adiante neste trabalho, veremos que é possível encontrar, mesmo no discurso dos grupos dirigentes, referências a uma ideia de que, entre o final do século XIX e o início do século XX, a cidade de Natal era pequena e atrasada em relação a outras capitais (o que era usado, principalmente, como justificativa para a necessidade de transformações urbanas que modernizassem a cidade). Mas há exemplos que nos mostram que os natalenses não estavam alheios ao que acontecia no Brasil e no mundo. Manoel Dantas, por exemplo, era um indivíduo que, em sua biblioteca, possuía publicações de diversos lugares, com predomínio da França, seguida de Inglaterra e Estados Unidos<sup>53</sup>. E ele não era o único que se interessava pelo que acontecia no circuito internacional no campo das ideias, das artes e da ciência: as páginas do jornal *A Republica*, por exemplo, sempre registravam pequenas notícias de outros países e, durante um certo período, continham capítulos de literatura internacional. Mas, para além disso, temos vários exemplos de membros do grupo dirigente do estado durante a Primeira República que tinham aspirações intelectuais e se engajaram na

---

<sup>52</sup> Vale mencionar que isso também incluía ideias de cunho racista sobre a inferioridade dos negros, como em seu texto de 1873, *Les Races humaines*.

<sup>53</sup> GALVÃO, Willian Pinheiro. *Biblioteca Manoel Dantas: acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 2012.

publicação de textos jornalísticos, literatura e história, ao ponto em que a historiografia chegou a chamar esse grupo de “uma pequena elite, brilhante e intelectualizada”<sup>54</sup>.

Essa parcela da população natalense também acompanhou o desenvolvimento da ideia de progresso durante esse período em que ela teve sua maior difusão no mundo ocidental, até o início do século XX: fizeram suas próprias leituras e interpretações e imaginaram como a cidade seria quando o progresso finalmente trouxesse algumas das mudanças prometidas.

Esses intelectuais veiculavam suas ideias por meio de discursos porque pretendiam que elas ultrapassassem as fronteiras de seus grupos de atuação. Buscavam se dirigir ao conjunto da sociedade para que ela absorvesse os valores que eles reconheciam como sendo os legítimos para a construção de uma sociedade tida como moderna. Era uma forma de intervenção pedagógica na vida social<sup>55</sup>. Dantas exibiu uma tendência para esse tipo de pensamento desde a sua primeira coluna de jornal, intitulada *A vida sertaneja*, que publicava no jornal *O Povo*, em sua cidade de origem, Caicó. Ele justificou a necessidade de escrever aquela coluna como uma forma de estudar o sertão do Rio Grande do Norte para que o conhecimento sobre a região pudesse ser convertido em benefícios e melhoramento. Dantas criticava a ideia de que o povo sertanejo era indolente propenso à inércia. Tudo se tratava de uma questão de má orientação: “Dê-m-lhe os conhecimentos precisos, ponham-no a par do progresso em suas diversas manifestações, e o sertanejo será o modelo typico do povo do trabalho, como esse deve sel-o”<sup>56</sup>.

Foi seguindo essa mesma linha de pensamento que Dantas escreveu a coluna de crônicas *Coisas da terra*, já em Natal, para o jornal *A Republica*. Afirmou que o povo potiguar era “pacato e ordeiro, ainda com os defeitos e prejuizos de gente de aldeia, tem no emtanto um grande fundo de bom senso [...] É como uma massa bastantemente malleavel, susceptivel de tomar todas as fórmias plasticas que lhe queira dar um modelador inteligente.”<sup>57</sup>. Esse modelador seria um indivíduo capaz de perceber as virtudes da população e orientar as pessoas no sentido da realização do progresso da sociedade - posição

---

<sup>54</sup> MENDONÇA, Alvarado Furtado de. Prefácio. In: SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal: EDUFRRN, 2008. p. 25

<sup>55</sup> HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 9

<sup>56</sup> DANTAS, Manoel. *A vida sertaneja. O Povo*, Caicó, 30 nov. 1889. p. 1

<sup>57</sup> Id. *Coisas da terra. A Republica*, Natal, 02 jul. 1907. p. 1

que Dantas atribuía aos políticos do Partido Republicano, mas na qual ele também se colocava quando escrevia sobre os hábitos dos sertanejos ou dos natalenses, apontava aqueles que considerava como sendo prejudiciais e exaltava os que via como símbolos do progresso da sociedade.

Neste capítulo, tomamos os escritos de Manoel Dantas como indicativos de uma concepção de progresso, ideia que ele evocava frequentemente em seus textos. Os principais consistem na coluna de crônicas *Coisas da terra*, publicada no jornal *A Republica* entre 1907 e 1923, e a conferência *Natal d'aqui a cincoenta annos*, realizada em 21 de março de 1909 no Palácio do Governo, cujo texto foi publicado posteriormente pela tipografia do mesmo jornal. Focamos a análise nas crônicas publicadas até 1913, último ano do governo de Alberto Maranhão, pois foi nesse período que ele publicou mais da metade das crônicas. Esse grupo de textos é complementado pelos relatórios que Dantas produziu enquanto ocupou o cargo estadual de Diretor Geral da Instrução Pública, para compreender, na prática, como essas ideias se materializaram em sua atuação.

Mas antes de chegar aos textos de Manoel Dantas, analisamos alguns jornais e relatórios de presidentes de província de meados do Oitocentos para identificarmos os primeiros registros de menções à ideia de progresso no Rio Grande do Norte e o sentido que ela possuía. Essa análise é pontuada com a bibliografia sobre a ideia nos âmbitos local, nacional e internacional. Esse panorama nos permite ressaltar diferenças na forma como o progresso foi entendido ao longo do tempo no Rio Grande do Norte e verificar de que forma a conjuntura local levou a adaptações na ideia.

Constatando a importância da ideia de progresso, por ela figurar na maior parte dos escritos de Dantas, interrogamos: *“Progresso” sempre teve o mesmo significado? Quais as especificidades que foi adquirindo conforme o período e a sociedade? Quais práticas políticas foram mobilizadas em nome do progresso?*

Para responder às perguntas colocadas, apoiamo-nos em alguns trabalhos prévios. Primeiramente, lançamos um olhar panorâmico sobre a história da ideia de progresso e seu desenvolvimento no pensamento ocidental, focando principalmente no período entre 1750 e 1900, o qual a historiografia considera como sendo o momento em que a ideia se consolida e atinge sua maior difusão<sup>58</sup>. Percebemos a diversidade de formas como o progresso foi

---

<sup>58</sup> NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Ed. UNB, 1985.

interpretado durante esse período, que teorias se desenvolveram a partir dela e a quais outras ideias se relacionava.

Em seguida, investigamos a recepção dessa ideia no âmbito nacional, onde ganhou força dentro do contexto político da propaganda republicana. Adentramos também no campo da história das ideias no Rio Grande do Norte, focando nas ideias políticas que circulavam entre o fim da Monarquia a início da República. Baseados nessa historiografia, observamos o perfil de cada vertente de pensamento e a atuação política dos homens que difundiam aquelas ideias para compreendermos a forma como o pensamento se constrói no contexto local, as adaptações que sofre e as práticas que mobiliza<sup>59</sup>. Realizamos um diálogo entre esses diferentes âmbitos (local, nacional e internacional) atentando para os pontos de convergência, divergência e os processos de mediação e adaptação de ideias.

Quando estudamos a historiografia norte-rio-grandense sobre a Primeira República, percebemos que, mesmo com a crítica às manobras políticas e eleitorais praticadas pelos governantes do período, ainda sobram vários elogios às administrações da oligarquia Albuquerque Maranhão, especialmente ao segundo mandato de Alberto Maranhão (1908-1913) pelas obras executadas com os recursos do empréstimo de 5 mil contos de réis contraídos do Banco Sindical Francês, tais como a usina de energia elétrica, as linhas de bondes elétricos e serviços de saneamento e abastecimento de água<sup>60</sup>. Demonstraremos que, na documentação referente a esse período, essas obras eram consideradas um símbolo da chegada do progresso ao estado. Neste trabalho, entretanto, não associamos diretamente os equipamentos urbanos à ideia de progresso e, com isso, evitamos fazer com que a forma específica como ela era evocada por aquele grupo seja tomada como o significado definitivo da ideia. Analisamos documentos de meados do século XIX, sobretudo recortes de jornais, investigando os sentidos que foram atribuídos ao progresso, como variavam conforme o período e o grupo, percebendo os elementos comuns e as divergências, as permanências e transformações da ideia e as práticas políticas que ela mobilizou ao longo dos anos.

Essa articulação entre a história de uma ideia e uma história das práticas políticas é fundamental para compreendermos a “formação e evolução das racionalidades políticas, ou

---

<sup>59</sup> BUENO, Almir. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRRN, 2016.

<sup>60</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal: EDUFRRN, 2008. p. 324-331

seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram o futuro”<sup>61</sup>. Esse exercício nos permite entender como o progresso se tornou a ideia por meio da qual os grupos políticos buscaram sua legitimação. Também nos ajuda a pôr as ideias de Manoel Dantas sobre o que era o progresso em perspectiva e a perceber como o pensamento dele foi se desenvolvendo, em que ponto tinha semelhanças ou se diferenciava de outras concepções que circularam anteriormente no ambiente político do Rio Grande do Norte. Percebemos um ponto em comum na associação entre progresso e ideais republicanos, mas também observamos que a relação direta entre intervenções materiais e progresso foi algo que só começou a ocorrer a partir das administrações ligadas ao grupo político dos Albuquerque Maranhão, que usaram essas obras como uma forma de dar provas empíricas da realização do progresso no estado. Mas essa não era a única forma de conceber o progresso, nem mesmo nos escritos de Manoel Dantas, que, num primeiro momento, associou-o à educação.

Dessa forma, no que diz respeito especificamente aos escritos de Manoel Dantas, também analisamos a documentação que ele produziu enquanto ocupou o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública, bem como dialogamos com outros trabalhos que analisam sua atuação. O momento em que Dantas assumiu esse cargo marcou sua aproximação com os Albuquerque Maranhão por meio de sua inserção direta na burocracia estatal. Além disso, a documentação que ele produziu nesse cargo nos permite verificar como suas ideias sobre progresso e educação se materializaram na prática, uma vez que ele passou a ocupar um espaço que lhe permitia algum grau de intervenção social.

O fato da atuação de Dantas na Instrução Pública ter durado décadas faz com ele seja uma figura de suma importância para a história da educação no Rio Grande do Norte. Entretanto, nossa pesquisa nos demonstrou um Manoel Dantas que, por mais que depositasse grande valor na educação como forma de efetivar o progresso social, se via preso a funções excessivamente burocráticas e que reclamava da falta de recursos e sem poder parar realizar transformações significativas no ensino norte-rio-grandense. Além disso, é preciso ressaltar o fato de que Dantas esteve afastado do cargo entre 1905 e 1911, anos que abarcam a primeira administração de Antonio de Souza e parte da segunda de Alberto Maranhão, que são também

---

<sup>61</sup> ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho), *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995. p. 16. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em: 26 out. 2020.



o período em que atuou como diretor do jornal *A Republica* e começa a publicar as crônicas da coluna *Coisas da terra*.

### 1.1 O SÉCULO XIX E A DIFUSÃO DA CRENÇA NO PROGRESSO

A ideia de progresso se configurou como a mais importante do pensamento ocidental entre 1750 e 1900<sup>62</sup>. Foi nesse período que ela atingiu sua maior difusão, sendo debatida não somente entre acadêmicos, mas em diversos círculos sociais mais amplos. Além disso, era dentro da noção de progresso que outras ideias eram articuladas, ganhavam sentido: liberdade, igualdade e soberania popular, quando colocadas dentro dessa marcha, eram vistas como não apenas algo que se desejava, mas como necessidades para efetivação do progresso na humanidade.

Nesse intervalo de tempo, houve vários teóricos que buscaram demonstrar que toda a história poderia ser vista como um movimento de ascensão lenta, gradual e contínua, incluindo Turgot, Condorcet, Saint-Simon, Comte, Hegel, Marx e Spencer. Essa ascensão seria algo que podia ser percebido e era visto como uma necessidade para alcançar um fim que já estava determinado pelo próprio processo. Nesse contexto, apresentar um valor como parte de uma necessidade histórica dava a ele uma superioridade estratégica para a ação política e social<sup>63</sup>.

Os séculos XVIII e XIX correspondem ao período de secularização da ideia de progresso na história do Ocidente. Isso quer dizer que a ideia foi deixando de ser vista como realização da vontade de Deus ou providência divina para ser entendida como um fenômeno social passível de estudo e análise. Inspirados por trabalhos das ciências naturais, por exemplo, os estudos como os de Darwin e Wallace, vários filósofos e cientistas sociais tentaram demonstrar a “realidade científica” da ideia de progresso, buscando explicá-la por meio de leis, uma vez que não fazia mais sentido explicar o fenômeno a partir de Deus se agora era possível identificar causas naturais ou humanas<sup>64</sup>. “Progresso” era uma ideia usada para descrever qualquer processo de transformação gradual e cumulativa - e isso podia ser

---

<sup>62</sup> NISBET, Robert. *Op. Cit.* p. 181

<sup>63</sup> *Ibid.* p. 181

<sup>64</sup> *Ibid.* p. 182

observado tanto nas ciências naturais, como em Charles Lyell, na Geologia, quanto nas sociais, a exemplo de sociólogos como Spencer<sup>65</sup>.

Começamos a perceber que os teóricos passaram a associá-la a elementos mensuráveis, um critério imposto pela necessidade de atestar cientificamente a realidade da ideia de progresso, fazendo com que ela ganhasse sentidos específicos. Um primeiro exemplo disso estaria nas obras de autores como Voltaire, Turgot, Adam Smith e Thomas Malthus: a ligação entre progresso e desenvolvimento econômico. Mas aquela que parece ter sido a mais influente, pela forma como foi evocada politicamente ao redor de todo o ocidente ao longo de todo esse período, foi a ideia do progresso como liberdade. Nisbet afirmou que, para numerosos estudiosos da sociedade: “parecia inevitável que a finalidade ou objetivo final do progresso fosse um constante avanço da liberdade individual no mundo, liberdade esta que se tornaria cada vez mais abrangente. [...] Assim, a prova do progresso era o grau de liberdade de um povo ou de uma nação.”<sup>66</sup>.

Esses pensadores europeus formaram uma matriz que teve grande influência nas ideias políticas do Brasil, sobretudo a partir da segunda metade do século XIX. A propaganda republicana, sobretudo após os manifestos de 1869 e 1870, trabalhou essencialmente a partir de ideias e conceitos do repertório europeu, do qual também tomavam como base as propostas de ações. A “geração de 1870” foi a principal responsável por introduzir no pensamento brasileiro ideias que rompiam com uma visão religiosa do mundo em favor de uma concepção *histórica e evolutiva*. Os principais nomes dessa mudança foram os de Silvio Romero e Tobias Barreto, ambos atuando na Faculdade de Direito do Recife<sup>67</sup>.

Nos anos finais da monarquia no Brasil, a crença no progresso se manifestava principalmente no pensamento positivista, que se generalizou no país como uma doutrina de regeneração da humanidade por meio da ciência. O papel predominante do positivismo foi político, o que se deu não tanto pela seita, filosofia ou religião em si, mas pelo “estado de espírito e o clima de opinião que, a partir dele, passou a contaminar vastas camadas,

---

<sup>65</sup> Ibid. p. 183-184

<sup>66</sup> Ibid. p. 189

<sup>67</sup> VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 12

marcando até alguns que se prezavam de combatê-lo.”<sup>68</sup>. Houve, no Brasil, um aproveitamento da doutrina positivista nos pontos em que foi possível articulá-la com as condições sociais do país ou fazê-la atender às exigências de novos setores sociais ascendentes ou descontentes com o regime monárquico<sup>69</sup>.

No início do século XX, os pensadores humanistas continuaram expressando confiança na ciência ou na razão como meios para obtenção do progresso. Entre eles estava o filósofo e naturalista alemão Ernst Haeckel, que teve grande influência no Brasil a partir do pensamento da Escola de Direito do Recife. Em 1904 ele afirmou que, no século XIX, o homem teria atingido seu apogeu em termos culturais e de aplicação científica, o que alimentava a esperança de que seria possível atingir níveis de cultura e ciência ainda maiores. Da mesma forma, outros pensadores previam que o século XX seria o século do domínio do homem sobre a natureza, tornado possível por meio da ciência e da razão<sup>70</sup>.

Manoel Dantas estudou em um dos centros mais ativos de propaganda republicana nos anos decisivos para a implantação do novo regime no Brasil: A Faculdade de Direito do Recife, entre os anos de 1885 e 1890<sup>71</sup>. Essa instituição vivia um período de agitação intelectual desde a década de 1860, que continuava no período em que Dantas realizou seus estudos. A formação educacional é um fenômeno que se liga à realidade social. Dessa forma, a nova concepção de Direito pela qual a Faculdade se tornou referência pode ser lida como uma expressão dos anseios por transformação da parte de determinados grupos de políticos e intelectuais no Brasil<sup>72</sup>.

Tobias Barreto foi apontado como o principal agente dessas mudanças na concepção de direito que se processaram naquela faculdade. Descrito como uma figura de inteligência aguda e espírito polêmico, ele responsável por uma crítica à influência da filosofia francesa,

---

<sup>68</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. Da maçonaria ao positivismo. In: \_\_\_\_\_. *O Brasil Monárquico*, v. 7: do Império à República. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (História geral da civilização brasileira; t. 2; v. 7) p. 335-336.

<sup>69</sup> Ibid. p. 350-351

<sup>70</sup> BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno* (Volume II: Séculos XIX e XX). Lisboa; Rio de Janeiro: Edições 70, 1990. p. 129-131

<sup>71</sup> FACULDADE de Direito do Recife. *Lista geral dos estudantes inscriptos nas aulas da Faculdade de Direito do Recife no anno de 1885*. Recife: Typographia Industrial, 1885. p. 17; FACULDADE de Direito do Recife. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo gráu na Faculdade de Direito do Recife* (1828-1931). Recife: Typ. Diario da Manhã, 1931. p. 157. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/aceso-documentacao>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

<sup>72</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 96

que, até então, era vista como a única grande influência europeia do pensamento brasileiro e muito valorizada por isso. Tobias considerava isso como fator responsável pela propensão do pensamento brasileiro a um literalismo superficial, o que ele opunha à filosofia crítica alemã. Enquanto foi responsável pela cadeira de Direito Natural, Tobias Barreto ministrou um programa baseado na ideia do direito como um produto da cultura humana, debatendo as doutrinas do positivismo, do darwinismo e a filosofia do direito<sup>73</sup>.

Os sete anos de Tobias Barreto como docente daquela instituição são considerados como um dos períodos mais marcantes da história do ensino jurídico no Brasil<sup>74</sup>. Isso se deve ao fato de que esses anos criaram um ambiente favorável ao debate de novas ideias que se relacionaram bem com os anseios de transformação dos anos finais da monarquia. Nesse contexto, faz sentido atribuir parte do pensamento liberal de Manoel Dantas à influência de Tobias Barreto na Faculdade de Direito do Recife<sup>75</sup>. É provável que Dantas tenha sido aluno de Tobias, visto que ele se matriculou na primeira série do curso em 1885 - ano em que Tobias ministrou a cadeira de “Direito Natural e Direito Público Universal”, segundo os arquivos da própria faculdade<sup>76</sup>.

Naquele momento, as faculdades de direito também cumpriam a função de escolas políticas e sociais: eram o local privilegiado da formação de toda uma classe dirigente, onde estudaram futuros governantes, ministros, parlamentares - o que fez com que a influência desse ambiente intelectual ultrapassasse as fronteiras do mundo jurídico<sup>77</sup>. Na memória de quem frequentou as faculdades de direito no início da República no Brasil, aquele ambiente se assemelhava a um clube, um local de encontro e socialização<sup>78</sup>. A memorialística sugere que, até mais do que as aulas, foi esse ambiente intelectual, incluindo as leituras, o convívio, enfim a circulação do conhecimento, o fator de maior influência na formação dos alunos. Era, portanto, um contexto favorável ao contato, ao debate de ideias, à circulação de conteúdo e que, além disso, propiciava a socialização entre indivíduos vinculados aos grupos dirigentes

---

<sup>73</sup> Ibid. p. 96-103

<sup>74</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. *Op. Cit.* p. 105

<sup>75</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* p. 86-87

<sup>76</sup> Vale notar que essa foi a última disciplina sob regência Tobias Barreto que consta nos arquivos da faculdade. Cf. ARQUIVO do Centro de Ciências Jurídicas. *Programa de ensino, bacharelado* (1885-1964). 2019. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/acesso-documentacao>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

<sup>77</sup> LIMA, Hermes apud VENANCIO FILHO, Alberto. *Op. Cit.* p. 107

<sup>78</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. *Op. Cit.* p. 227

que assumiriam a direção do Estado naquele novo regime - os responsáveis pela construção e gestão da nova ordem social, que buscavam embasar nas novas ideias que aprendiam.

O naturalismo e as contribuições da filosofia alemã levadas por Tobias Barreto tiveram seu lugar, da mesma forma como também foi notável a influência de um evolucionismo inspirado por diversos autores como Hegel, Comte e Stuart Mill<sup>79</sup>. O pensamento de Manoel Dantas se construiu a partir de influências diversas ao longo desses anos de formação, mas também se estenderam para além dele: também se deu pelo contato com outras ideias que advinham da própria prática política e da atuação na imprensa. O tópico a seguir tenta sintetizar as ideias políticas no Rio Grande do Norte ao longo da segunda metade do século XIX, observando como isso levou a um entendimento específico da ideia de progresso.

## 1.2 O PROGRESSO NO RIO GRANDE DO NORTE

As primeiras menções à ideia de progresso em referência a uma determinada prática política que encontramos na imprensa do Rio Grande do Norte, na metade do século XIX, dão grande ênfase à “liberdade”. Elas são encontradas em dois periódicos: *O Sulista* (1849) e *O Jaguarary* (1851). É provável que ambos pertencessem a um mesmo grupo político pois manifestavam apoio às ideias do Partido Liberal e foram distribuídos nas mesmas cidades em seus respectivos anos de circulação: Natal, São José e Açu. Entretanto, apesar de terem sido produzidos para distribuição no Rio Grande do Norte, nenhum deles foi impresso nessa província (o primeiro, vinha do Maranhão, o segundo, de Recife). Em Natal, a distribuição de ambos se deu a partir da residência da mesma pessoa, um certo Joaquim Ignacio Pereira.

A menção encontrada no primeiro periódico, *O Sulista* é modesta. O autor afirmava que o “bairrismo”, definido como “o excessivo amor, a indiscreta predeleção pelas couzas, e pessoas da localidade em que nascemos”, estava ameaçando o “progresso de industria, civilização, e de moralidade”<sup>80</sup> na província. Por esse motivo, ele defendia a prática da

---

<sup>79</sup> FERREIRA, Pinto. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. *Revista de informação legislativa*, v. 14, n. 55, p. 5-20, jul./set. 1977.

<sup>80</sup> O BAIARRISMO. *O Sulista*. Natal; São José; Assú. 22 out. 1849. p. 4. (Impresso no Maranhão para distribuição no Rio Grande do Norte).

nomeação de presidentes de província que não eram nativos dos locais que governariam, alegando que essa era uma forma de manter a união e integração entre as províncias do Brasil.

A menção encontrada no *O Jaguarary* é bem mais enfática, estando inserida dentro de um manifesto político impresso na primeira página da edição inaugural, servindo como editorial daquele jornal. Nessa, já podemos observar uma apropriação do ideal positivista desenvolvido por Auguste Comte. Isso pode ser visto na maneira como o grupo associou o progresso à uma ideia de ordem, que foi a maior contribuição de Comte para a ideia<sup>81</sup>. A partir dessa concepção, o progresso só seria possível se buscasse a consolidação de uma determinada ordem, enquanto que uma ordem só poderia se estabelecer e perdurar se fosse compatível com o progresso. Dessa forma, os editores se preocuparam em especificar que estavam tratando de um tipo específico de ordem, que pudesse ser articulada com a ideia de liberdade: “Liberdade e ordem; mas ordem como consequencia da liberdade; ordem combinada com o progresso; ordem de um povo livre e civilizado, e não filha da opressão e da tyrannia [...]”<sup>82</sup>. Progresso e liberdade eram evocados como uma espécie de lema. Ao final, o manifesto clamava: “Viva o progresso! Viva a Liberdade!”.

A ideia de progresso como liberdade era, de fato, cara ao grupo político do *O Jaguarary*. Na nona edição do jornal, o editorial clamava por uma constituinte para reorganização do governo que atendesse a um povo que “nasceo para ser livre”, enquanto que naquele momento se viam representados por “uma oligarchia infrene e caprichosa acustellada no senado [que] pretende suspender o curso natural das couzas, e embarga a marcha do progresso”<sup>83</sup>. Nesse mesmo texto, os autores questionaram “Será mesmo possível que o Brasil se torne immovel e indifferente no meio de outras nações, que mais fracas e menos favorecidas paixão e caminhão com as idéas e com o progresso?”. A resposta deles é que: “Não; não é possível: que os brasileiros tambem são americanos”. Clamavam por uma reforma constitucional da monarquia para que ela se adequasse aos princípios democráticos dos países americanos: “Não se entenda, com o que levamos dito, que combatemos a monarchia; não, e pelo contrario antes abraçamo-la; porem, para que ella sustente [...], é

---

<sup>81</sup> NISBET, Robert. *Op. Cit.* p. 258-265

<sup>82</sup> O PROSPECTO. *O Jaguarary*. Natal; São José; Assú. 22 mar. 1851. p. 1. (Impresso em Pernambuco para distribuição no Rio Grande do Norte)

<sup>83</sup> A CONSTITUINTE. *O Jaguarary*. Natal; São José; Assú. 05 maio 1851. p. 1.

mister amolda-la às inclinações e aos costumes da America.”<sup>84</sup>. Como veremos, anos mais tarde os republicanos do Rio Grande do Norte se apropriaram da ideia de que o império brasileiro era uma anomalia política no continente americano. Mas, para eles, a monarquia representava o atraso, enquanto a república seria o caminho inevitável para o país, pois representava o progresso.

A pesquisa em outros jornais nos demonstrou que a ideia de progresso não estava restrita ao campo político liberal. É justamente disso de que trata uma matéria intitulada “Os conservadores no Brasil”, transcrita pelo jornal *O Rio Grandense do Norte* em 21 de abril de 1861 a partir de uma matéria original publicada em Recife pelo *Constitucional Pernambucano*. Os autores defendiam que progresso e conservação não eram movimentos antagônicos, afirmando que ambos tinham o mesmo objetivo, aperfeiçoar a felicidade do homem: “A conservação sem o progresso seria a estagnação e a morte; o progresso sem a conservação, o transtorno e a desgraça. [...] de sorte que, *conservar melhorando* vem a ser em tudo e para todos a conducta mais sabia, e a unica digna dos seres inteligentes.”<sup>85</sup>. O texto pode ser lido como uma crítica à tentativa de restringir o progresso às ideias liberais. Isso reforça a grande difusão que o progresso teve ao longo do século XIX, abarcando mais grupos do espectro político.

A análise desses periódicos nos permitiu observar algumas das primeiras formas como o progresso circulou no Rio Grande do Norte, ressaltando algumas semelhanças e diferenças em relação àquelas que observamos no final do século XIX e início do século XX. Também observamos que o desenvolvimento da ideia guarda semelhanças com o contexto geral, como a ligação entre progresso e liberdade e sua difusão cada vez maior mesmo em grupos diferentes.

Outro grupo de fontes que podemos explorar para observar esse desenvolvimento são as mensagens dos presidentes de província. eram mensagens lidas anualmente pelos presidentes (e, posteriormente, pelos governadores) para suas respectivas assembleias legislativas locais prestando contas das realizações da administração durante o último ano de governo - momento em que o governo se prestava sobre a avaliação dos deputados e sua

---

<sup>84</sup> Ibid. p. 2

<sup>85</sup> OS CONSERVADORES no Brasil. *O Rio Grandense do Norte*. Natal. 21 abr. 1861. p. 3

avaliação dependia, dentre outros fatores, de demonstrar que a administração se pautava por ideias vistas como corretas e adequadas para a sociedade.

Nas mensagens dos presidentes de província do Império, o progresso foi mencionado de maneira muito ocasional (apenas três vezes) até meados da década de 1840. A partir de 1847, localizamos menções em todos os anos<sup>86</sup>. Vejamos alguns exemplos. Na mensagem de 1855, o presidente Bernardo de Passos abre a fala pedindo graças pela monarquia “a cujo abrigo o Brasil segue livre a passos de gigante pela imensa estrada do verdadeiro progresso”<sup>87</sup>. Em 1862, Pedro Leão Velloso iniciou sua mensagem a partir da ideia de que o dever dos representantes da província era de “estudarem e proverem as suas necessidades, desembaraçando-lhe a estrada do progresso”<sup>88</sup>. Em 1874, o presidente Bandeira de Mello Filho afirmou que o progresso da instrução pública era inegável e apresentou os dados que considerava como as provas disso: o aumento no número de escolas e de alunos matriculados na província e a existência de bibliotecas em quatro cidades: Natal, Mossoró, Assú e São José<sup>89</sup>.

Para além das menções no plano linguístico, a análise das mensagens dos governadores nos permite observar a construção de uma ideia de progresso próxima daquele ideal político: o progresso seria uma estrada percorrida pela sociedade, ao longo da qual passaria por melhorias constantes, que seriam resultado de uma administração realizada por representantes esclarecidos. Considerando que essas mensagens eram elaboradas para serem lidas diante da Assembleia Legislativa, as referências ao progresso nos indicam que a ideia cresceu em importância, se tornando uma forma de legitimar o papel do governante: um bom presidente seria aquele capaz de realizar o progresso da província em todos os aspectos da administração pública. Esse sentido parece ter sido compartilhado entre os grupos políticos, visto

---

<sup>86</sup> Uma lista completa, organizada por data, das menções a ideia de progresso nas mensagens dos presidentes de província pode ser encontrada no site da Universidade de Chicago: CENTER for Research Libraries. *Provincial Presidential Reports*: Rio Grande do Norte. Disponível em: <[http://ddsnext.crl.edu/titles/181/search?terms=progresso&search\\_ref=title&order=item\\_publication\\_date\\_raw&sort=asc](http://ddsnext.crl.edu/titles/181/search?terms=progresso&search_ref=title&order=item_publication_date_raw&sort=asc)>. Acesso em: 11 fev. 2019.

<sup>87</sup> PASSOS, Antonio Bernardo de. *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855. p. 4. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

<sup>88</sup> VELLOSO, Pedro Leão. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa*. Maceió: Typ. do Diario do Commercio, 1862. p. 1. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

<sup>89</sup> MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira. *Falla apresentada à Assembleia Legislativa Provincial*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874. p. 26-28. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 jul. 2020.



que a ideia aparecia tanto na imprensa liberal quanto na conservadora e se fez presente em praticamente todos os relatórios dos presidentes às assembleias desde meados do século XIX.

Podemos perceber que, num primeiro momento, a ideia de progresso apareceu como uma forma de manifestar um desejo e uma crença na melhoria da sociedade. De início, essas melhorias foram pensadas nos termos de um ideal político, com o progresso sendo entendido como sinônimo de ter direito a cada vez mais liberdade. Foi assim que apareceu em discursos patrióticos e manifestos políticos. O fato dessa ideia também ter sido evocada no discurso oficial é um indício de como ela cresceu em importância, além de demonstrar uma primeira adaptação: passou a ser associada, também, aos aspectos da administração pública, indicando que a realização do progresso na sociedade passou a ser uma forma de legitimar um governo.

Argumentamos que esse uso do progresso como forma de legitimação política provocou mais uma mudança no sentido da ideia, algo que foi ocorrendo aos poucos, mas que se consolidou com o governo republicano no Rio Grande do Norte. Um grupo político local assumiu a chefia do Estado e tomou para si a imagem de realizadores do progresso. Nesse contexto, tornou-se imperioso fornecer provas empíricas de que o progresso efetivamente se concretizava.

Manoel Dantas fez parte de uma geração de seridoenses que foi enviada por seus pais para obter educação formal em seminários religiosos ou em faculdades, como a de Medicina na Bahia ou a de Direito do Recife. Foi justamente esta última que se configurou como o destino de Dantas. Essa saída foi importante para que tanto ele quanto outros conterrâneos seridoenses, tivessem contato com outras ideias sobre política e sociedade que circulavam por outras partes do Brasil e pelo mundo<sup>90</sup>. Seus estudos na Faculdade de Direito do Recife ocorreram entre 1885 e 1890, período em que essa instituição vivia uma fase de grande agitação intelectual que começara na década de 1860 e se intensificara em 1882, quando ela se tornou referência em uma nova concepção de direito e que exprimiu alguns anseios por transformação de parte de determinados grupos de políticos e intelectuais no Brasil do final do Império<sup>91</sup>. Esses anos de formação foram decisivos para Dantas e para outros de sua geração, pois colocaram esses indivíduos em contato com as ideias que naquela segunda

---

<sup>90</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* Especialmente o capítulo 2 “Nós, os regeneradores da pátria” (p. 65-116). Nos baseamos no trabalho de Almir Bueno para abordar as diferentes vertentes de pensamento político no Rio Grande do Norte, que apresentaremos ao longo deste tópico.

<sup>91</sup> VENANCIO FILHO, Alberto. *Op. Cit.* p. 96

metade do século XIX, modificam o ensino jurídico, significavam o confronto com a predominância do ensino de orientação religiosa dentro das faculdades.

No início de 1889, ainda durante seu período como acadêmico, Manoel Dantas recebeu um convite para atuar, junto a seu conterrâneo e colega de faculdade Diógenes da Cunha Nóbrega, como redator do jornal *O Povo*, periódico de orientação liberal de sua cidade de origem, Caicó. Esse jornal é bastante valioso do ponto de vista da história das ideias políticas no Rio Grande do Norte pois foi um ponto de interseção entre figuras tradicionais da política local, como o coronel José Bernardo de Medeiros e o capitão Olegário José Valle, delegado de polícia e proprietário do jornal, e jovens bacharéis como Manoel Dantas e Diógenes da Nóbrega, que faziam parte de uma geração de seridoenses que estudaram fora de sua terra natal e manifestavam ideias liberais: “O jornal colocava-se, assim, como uma ‘ponte’ entre o tradicionalismo dos coronéis e a ideias ‘avançadas’ veiculadas em Recife”<sup>92</sup>.

Em 25 de fevereiro, Dantas redigiu sua resposta ao convite, que foi publicada na edição de 16 de março daquele jornal. Nela, o então estudante de direito afirmou que não poderia contribuir com o jornal naquele momento, por mais que desejasse se pôr “ao lado dos que combatem em prol das ideias liberaes e do progresso, advogando os interesses do povo e trabalhando pela nossa regeneração”. Entretanto, delineou o que considerava a verdadeira prática política de um liberal:

conhecer o percurso das ideas adiantadas em todos os paizes, procurar faser renascer uma patria autonoma á luz de nossas tradições, estudar e dirigir as tendencias de nosso povo, e procurar a forma de governo que nos convem de acordo com a vontade popular, eis o que é ser liberal.<sup>93</sup>

A defesa de Dantas de uma “pátria autônoma” que estivesse de acordo com as tradições se configura como uma manifestação de nativismo, ou seja, a autonomia do local sobre o federal, uma demanda que vigoraria fortemente no discurso republicano norte-riograndense<sup>94</sup>. A consequência lógica dessa ideia era de que os grupos locais seriam os mais capacitados para o governo estadual por conhecerem as tradições e serem capazes de adaptar as ideias de acordo com as necessidades específicas de cada lugar.

Dantas fez essa afirmação num período de grande instabilidade política que precedeu a instituição da República no Brasil, em 15 de novembro daquele mesmo ano. Percebemos

---

<sup>92</sup> Ibid. p. 60

<sup>93</sup> DANTAS, Manoel. Meus amigos. *O Povo*, Caicó, 16 mar. 1889. p. 2

<sup>94</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* p. 64

que ele demonstrava uma certa preocupação, pedindo “calma e prudencia”, mas desdenhava da monarquia: “Nada devemos esperar das instituições actuaes porque sessenta e seis annos de experiencias e desastres nos devem ter provado a sua impericia e instabilidade”<sup>95</sup>. Nesse contexto, a prática política defendida por Dantas, do estudo, adaptação e divulgação de ideias, serviria como uma forma de solucionar a crise, pois permitiria a construção de novas instituições capazes de lidar com as necessidades de cada local. Era uma atitude que objetivava a construção e consolidação de uma nova prática política, em prol, como afirmado no início da carta, “das ideias liberaes e do progresso”. Como podemos ver, essa ideia se opõe diretamente àquela que consta no primeiro periódico em que localizamos uma menção à ideia de progresso no Rio Grande do Norte, que afirmava que o apego ao local era uma atitude que ameaçava a realização do progresso.

No contexto das práticas políticas e da circulação de ideias no Rio Grande do Norte entre o fim da Monarquia e o início da República, a posição de Manoel Dantas era exemplar do “radicalismo liberal democrático”, uma entre quatro vertentes de pensamento que os principais atores políticos do estado manifestavam a partir de seus respectivos discursos e ações<sup>96</sup>. Essa vertente, especificamente, surgiu de um desencanto com o sistema imperial, propondo, inicialmente, reformas para salvar a Monarquia, mas seus membros acabaram caminhando para um republicanismo.

Esse radicalismo liberal democrático era marcado pela atitude cientificista, ou seja, a “crença quase mística no poder racional da ciência para compreender os fenômenos naturais e sociais”<sup>97</sup>. Nesse ponto, tudo indica que essa atitude, manifestada tanto por Dantas como por Nóbrega, seu colega de redação, decorria principalmente da influência recebida na Faculdade de Direito do Recife, visto que estava presente nos principais filósofos do século XIX que se faziam presentes no pensamento dessa instituição. O jornal *O Povo* é bastante valioso do ponto de vista da história das ideias políticas no Rio Grande do Norte pois foi um ponto de interseção entre figuras tradicionais da política local, como o coronel José Bernardo de Medeiros e o capitão Olegário José Valle, delegado de polícia e proprietário do jornal, e jovens bacharéis como Manoel Dantas e Diógenes da Nóbrega, que faziam parte de uma geração de seridoenses que estudaram fora de sua terra natal e manifestavam ideias liberais:

---

<sup>95</sup> DANTAS, Manoel. *Op. Cit.* p. 2

<sup>96</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* p. 65-116

<sup>97</sup> *Ibid.* p. 86.

“O jornal colocava-se, assim, como uma ‘ponte’ entre o tradicionalismo dos coronéis e a ideias ‘avançadas’ veiculadas em Recife”<sup>98</sup>.

Analisando as outras vertentes de pensamento entre os atores políticos do Rio Grande do Norte, podemos perceber que todas elas evocaram o progresso em alguma de suas concepções, começando pelo “reformismo monárquico conservador”, que recebeu esse nome por envolver uma visão conservadora da transformação política que se realizaria, que juntava o pensamento político com uma perspectiva religiosa. Essa vertente surgiu de um ressentimento contra o regime imperial e caminhou para uma adesão à República, mas, diferentemente da atitude cientificista dos liberais radicais, os reformistas monárquicos conservadores viam essa transformação sob uma ótica religiosa, na qual o novo regime seria a realização da vontade de Deus<sup>99</sup>. Um dos seus principais representantes, Oliveira Santos, também formado na Faculdade de Direito do Recife, considerava que era impossível resistir à “lei universal”, que era reconhecida pelo cristianismo e outras revoluções filosóficas<sup>100</sup>. Percebemos, então, uma leitura da ideia de progresso que a articula com a teleologia cristã (o que chega a guardar algumas semelhanças com as posturas de alguns filósofos cristãos iluministas da Europa Ocidental para os quais o “progresso” passou a ocupar o lugar da “providência” em suas visões de mundo<sup>101</sup>).

Uma terceira vertente é a do republicanismo “romântico”. Seus principais representantes, Janúncio da Nóbrega Filho e Braz de Andrade Mello, também foram alunos da Faculdade de Direito do Recife no mesmo período que os liberais radicais, tendo contato com as mesmas ideias predominantes. A diferença apontada entre eles é que os românticos “nunca foram demasiado dados a teorizações exaustivas, preferindo a ação prática dos ativistas revolucionários das barricadas francesas.”<sup>102</sup>. Nesta vertente, não vemos amplas referências à ideia de progresso. Por mais que pretendessem alcançar a República e aceitassem a via gradualista em última caso, preferiam o caminho da ruptura institucional, se articulando por meio de uma “política revolucionária republicana”. O progresso, por sua vez,

---

<sup>98</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* p. 60

<sup>99</sup> *Ibid.* p. 82-85

<sup>100</sup> *Ibid.* p. 84

<sup>101</sup> NISBET, Robert. *Op. Cit.* p. 182

<sup>102</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* p. 93

pressupunha uma continuidade, melhorias graduais que assentariam sobre uma base sólida - por isso não se articulava bem com rupturas violentas.

A quarta e última das vertentes é a do “republicanismo oficial”, representada na figura de Pedro Velho, médico, diretor de saúde pública, professor de História do Atheneu Norte-Rio-Grandense, que fundaria o Partido Republicano do Rio Grande do Norte e se tornaria o chefe da oligarquia Albuquerque Maranhão, que controlaria o governo estadual até meados da década de 1910. Pedro Velho não demonstrou muito apego a nenhuma das grandes ideias políticas e filosóficas do período, tendo uma aproximação maior com liberais moderados. Manifestava uma visão historicista, acreditando que a civilização marchava rumo ao progresso e que a República era inevitável. Mas acreditava numa via gradual e pacifista, acreditando que o triunfo sobre a Monarquia se daria por meio da opinião pública. Portanto, educar e convencer as pessoas eram tarefas dos republicanos<sup>103</sup>.

A história do desenvolvimento do republicanismo em Natal, capital do estado, é um tanto diferente daquela verificada no Seridó, lugar de origem de Manoel Dantas, onde sua difusão se deu principalmente pelo contato de uma nova geração de indivíduos com outras ideias políticas por meio da formação acadêmica. Às vésperas da Proclamação da República, os partidos da capital estavam mais obedientes aos diretórios nacionais aos quais estavam vinculados<sup>104</sup>. A iniciativa de fundar um Partido Republicano no Rio Grande do Norte também teve seu impulso vindo de fora, mais precisamente de um grupo de norte-rio-grandenses que viviam no Rio de Janeiro e se articulavam em torno do *Centro Republicano Potiguaranense*, fundado em 1888. Esse grupo se correspondia com João Avelino, um primo de Pedro Velho que atuou em prol do abolicionismo. Foi Avelino que estabeleceu o contato entre Pedro Velho e os membros do *Centro*, que precisavam de alguém para fundar um partido local que unificasse os centros republicanos existentes<sup>105</sup>.

As aspirações oligárquicas de Pedro Velho já se encontravam presentes no momento da fundação do partido, já que dentre os 44 dos signatários da ata da reunião que fundou o partido que Câmara Cascudo identificou, 18 eram parentes próximos de Pedro Velho<sup>106</sup>. Os republicanos históricos se movimentaram rapidamente para criar um clube de oposição ao

---

<sup>103</sup> Ibid. p. 98-106

<sup>104</sup> Ibid. p. 73

<sup>105</sup> Ibid. p. 76-77

<sup>106</sup> Ibid. p. 78

“pedro-velhismo”. Até mesmo Tobias Monteiro, que foi o membro do *Centro* que solicitou a Pedro Velho que fundasse o partido, passou a ser um opositor.

O chefe político dos Albuquerque Maranhão se consolidou no poder nas eleições de 1890, ano em que fez uma aliança com o coronel José Bernardo de Medeiros, líder liberal do Seridó potiguar ao qual Manoel Dantas estava vinculado naquele momento. Essa aliança foi rompida quando Pedro Velho, já como governador do estado, preteriu a candidatura de Janúncio da Nóbrega, republicano histórico seridoense, à vaga de deputado estadual em favor de seu próprio irmão, Augusto Severo de Albuquerque Maranhão<sup>107</sup>.

Nesse período, o jornal *O Povo* já havia saído de circulação e o grupo ligado ao coronel José Bernardo tinha passado a articular uma oposição a Pedro Velho por meio de outro periódico, *O Estado*, lançado em 1894 e que era publicado em Natal. Novamente, Dantas foi um dos redatores. As páginas desse jornal registraram o momento de maior tensão entre Manoel Dantas e os Albuquerque Maranhão. No dia 14 de outubro de 1894, *O Estado* publicou que Pedro Velho reunira capangas armados em sua residência, o que os redatores do periódico consideraram uma tentativa de intimidação. Diante disso, afirmaram que estavam responsabilizando Pedro Velho e sua família “por qualquer tiro, qualquer desacato aos cidadãos norte-rio grandenses”<sup>108</sup>. Três dias depois, espalhou-se a notícia de que a casa de Manoel Dantas fora atingida por um tiro. Pedro Velho desdenhou do fato, considerando-o uma “comédia indigna”, entretanto, teria acionado a polícia para desmascarar o responsável por aquele atentado<sup>109</sup>. Essa oposição a Pedro Velho não durou muito tempo, assim como *O Estado*, que encerrou suas atividades em 1895.

Como é possível que após um episódio como esse, Dantas passasse a ser um aliado de Pedro Velho e viesse a publicar vários textos elogiosos de suas atitudes como chefe e celebrativos dos feitos dos Albuquerque Maranhão?

Durante todo o período em que esteve à frente do governo estadual, o grupo ligado a Pedro Velho se manifestava por meio do jornal *A Republica*, periódico cuja história está ligada intrinsecamente à do Partido Republicano do Rio Grande do Norte. Sua primeira edição fora publicada em 1º de julho de 1889, contendo um relato da fundação do partido e o seu programa político. Pedro Velho era um defensor de uma tese segundo a qual todos os

---

<sup>107</sup> SOUZA, Itamar de. *Op. Cit.* p. 164-168

<sup>108</sup> SOMOS INFORMADOS... *O Estado*. Natal. 14 out. 1894. p. 3

<sup>109</sup> O DR. PEDRO VELHO... *O Estado*. Natal. 04 nov. 1894. p. 3

brasileiros já eram republicanos e de que a república era “o desfecho fatal e necessario da marcha da nossa civilização.”<sup>110</sup>, o que restava era a divulgação das ideias para uma maior adesão. Por isso, colocava muita ênfase da necessidade de conquistar a opinião pública por meio da imprensa, afirmando que a missão dos republicanos era “derramar pelo povo a propaganda democratica, procurando conquistar adeptos convictos e leaes.”<sup>111</sup>.

Essa interseção entre política e imprensa foi muito forte na história do Brasil, principalmente devido às frágeis estruturas partidárias, o que fez com que muitos jornais sobrepujassem os partidos políticos, sendo não apenas veículos informativos, mas instrumentos de divulgação de opiniões políticas<sup>112</sup>. Luís da Câmara Cascudo afirmou que, dentro do Rio Grande do Norte, “A imprensa dependia do grupo político e enquanto esta entidade não nasceu o jornal não deixou o limbo”<sup>113</sup>. A distinção essencial está no fato de que os leitores de jornal são um público consumidor de um produto antes de serem adeptos de uma causa política, sendo necessário, portanto, usar certos artifícios para conquistar o público<sup>114</sup>.

Um dos meios pelos quais Pedro Velho buscou investir no crescimento do jornal foi pela incorporação de bons redatores que pudessem demonstrar a superioridade das ideias do partido, outro foi no formato de apresentação: no início, *A Republica* era um jornal de pequenas dimensões físicas e poucas páginas, mais próximo do tamanho de um folheto político. Sua publicação era irregular, sem uma periodicidade definida. Em 1891, passou a servir como o Diário Oficial do Estado, publicando semanalmente os decretos e atos do governo, o expediente de algumas repartições e telegramas de caráter oficial. Na medida em que foi crescendo, o jornal passou a incorporar notícias cotidianas sobre a cidade – até que em fevereiro de 1897 passou a ser publicado diariamente.

Foi nesse momento que Dantas teve uma aproximação com os Albuquerque Maranhão, assumindo o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública e atuando como redator do jornal *A Republica*. Nesse periódico, Dantas publicou a maior parte dos seus textos subsequentes, que são as fontes principais para este trabalho.

---

<sup>110</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. Partido Republicano do Rio Grande do Norte. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). *Antologia de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 8

<sup>111</sup> Ibid. p. 7

<sup>112</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988. p. 37

<sup>113</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *História da cidade do Natal*. 4 ed. Natal: EDUFRN, 2010. p. 393

<sup>114</sup> CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.* p. 37

Pedro Velho considerava que a conquista da opinião pública era essencial para o triunfo político da República e, ao assumir o controle do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, podia fazer com que suas opiniões pessoais se transformassem na posição oficial do partido por meio do jornal *A Republica*<sup>115</sup>. Mas, ao mesmo tempo, o chefe da oligarquia Maranhão não era um indivíduo particularmente apegado às grandes ideias políticas do período, apenas compartilhava algumas ideias genéricas em relação aos republicanos históricos. Essa era uma postura bastante diferente da de Dantas, que manifestava grande entusiasmo pelas ideias políticas do período, mas que atuava fazendo oposição. A partir dessas considerações, podemos interpretar que o convite para que Dantas passasse a integrar o quadro de redatores do jornal *A Republica* foi uma forma de Pedro Velho se apropriar de ideias dissidentes, transformando-as na posição oficial do partido - o que era uma forma de consolidar seu poder perante a opinião pública.

A partir dessa síntese sobre as principais ideias políticas do Rio Grande do Norte nos anos finais da Monarquia e início da República, podemos apresentar algumas conclusões. Primeiro, que todas as vertentes do pensamento republicano eram marcadas, mesmo que de forma difusa, pela ideia de progresso: ou seja, de que a sociedade estava em marcha, que essa marcha tinha um sentido, o triunfo da República sobre a Monarquia, e que esse triunfo permitiria melhorias constantes nas vidas de todos os cidadãos. As que mais evocavam a ideia de progresso, consideravam que o caminho até esse destino final seria feito de forma gradual e contínua. Por fim, fica clara a influência da Faculdade de Direito do Recife, instituição na qual boa parte desses atores políticos estudou e pôde ter contato com teorias sociais estrangeiras que circulavam naquele meio acadêmico.

### 1.3 O PROGRESSO COMO EDUCAÇÃO E A EDUCAÇÃO COMO PROGRESSO

Na segunda metade do século XIX, principalmente a partir dos anos 1860, um grande número de políticos abandonou o Partido Conservador em favor do Partido Liberal. Foi a partir desse período que os liberais voltaram a falar de em nome do “povo” em seus discursos e a usar expressões como “progresso”, “razão” e “ciência”<sup>116</sup>. O programa liberal buscava

---

<sup>115</sup> BUENO, Almir. *Op. Cit.* p. 98.

<sup>116</sup> COSTA, Emília Viotti da. Liberalismo: teoria e prática. In: \_\_\_\_\_. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 162



responder ao sentimento de insatisfação de alguns setores da sociedade, notadamente, as classes médias urbanas, principalmente profissionais e burocratas<sup>117</sup>.

Mas durante todo o Império, os liberais brasileiros agiram, sobretudo, como conservadores antidemocráticos, tendo em vista o objetivo que tinham de conciliar o “progresso”, com a “ordem”, o que, naquele momento, significava aliar o processo de modernização ao status quo político e social. Com exceção da abolição da escravatura, as reformas que apresentaram foram, em sua maioria, de cunho político - sem realizar transformações sociais significativas. A reforma eleitoral de 1881 chegou mesmo a limitar o número total de eleitores ao introduzir o critério da alfabetização - o que, na prática, deu mais peso ao voto urbano, uma vez que os índices de alfabetização eram maiores nas cidades<sup>118</sup>.

A questão do ideário liberal na sociedade brasileira já foi muito debatida na historiografia. Haveria uma disparidade entre as ideias do liberalismo e a sociedade brasileira. Por mais que elas servissem como referência, na Europa ainda haveria alguma correspondência entre os ideais de liberdade e igualdade e as relações sociais que vigoravam naquele continente; enquanto no Brasil, qualquer correspondência seria falsa, tendo em vista o tecido social que tinha suas bases na manutenção da escravidão e incentivava a prática do favor, dos laços familiares e a dependência pessoal. Nesse quadro, liberdade e igualdade seriam abstrações burguesas sem amparo na realidade social brasileira<sup>119</sup>. A percepção dessa disparidade alimentou a esperança de uma nova geração que, a partir da década de 1870, fez a crítica a essas práticas e instituições políticas e sociais. Essa geração expressava uma crença na possibilidade de redenção social por meio do progresso, da ciência e das reformas institucionais<sup>120</sup>. O manifesto fundador do movimento republicano no Brasil, publicado em 1870, dava destaque para ideias de democracia e federalismo, usando expressões como “soberania do povo”, “liberdade individual” e “voto do povo”<sup>121</sup>.

Mas esses liberais não estavam separados do lugar que o Brasil ocupava no sistema capitalista internacional, que dava base para todo o movimento de produção e circulação de

---

<sup>117</sup> Ibid. p. 164

<sup>118</sup> Ibid. p. 165-166

<sup>119</sup> SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: \_\_\_\_\_. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34. p. 11-31

<sup>120</sup> COSTA, Emília Viotti da. *Op. Cit.* p. 166-167

<sup>121</sup> MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 3) p. 85-86

mercadorias, capital e de ideias. Tratava-se de uma sociedade centralizada no lucro e com um quadro generalizado de pobreza no qual a ideia de igualdade era usada sustentar um sistema de dominação e para encobrir disparidades sociais. A ideia de liberdade, por sua vez, embasava as práticas de favores, que reforçavam a capacidade de dominação dos mais fortes<sup>122</sup>. As ideias de liberdade e igualdade se ajustaram a essa estrutura social e esse quadro se manteve mesmo após o fim da escravidão e a instauração do regime republicano.

O voto na Primeira República era aberto. Esse aspecto derivava do ideal republicano que concebia a cidadania a partir de um modelo heroico, no qual o eleitor deveria ter coragem e condições para defender abertamente suas convicções políticas. O primeiro decreto de qualificação dos eleitores desse regime definia que o eleitor era qualquer cidadão brasileiro que soubesse ler e escrever, vinculando o pleno exercício da cidadania à alfabetização. Essa exigência fez com que o número de eleitores jamais ultrapassasse a marca de 5% da população ao longo do período<sup>123</sup>.

O argumento contra o voto analfabeto era de que o indivíduo que não tinha capacidade de ler e escrever também não seria capaz de escolher seus representantes – estava sujeito à manipulação pois não podia se certificar que estava votando no candidato certo. Dessa forma, políticos e intelectuais do período consideravam que essa exclusão era um bem para a sociedade<sup>124</sup>.

Mesmo com a alfabetização tendo sido considerada como um critério central para a cidadania, a educação primária não era garantida pela constituição federal. Foi no âmbito estadual que ela começou a ser estruturada, seguindo, principalmente, o modelo dos grupos escolares implementado em São Paulo e exportado para as outras unidades federativas<sup>125</sup>. No Rio Grande do Norte, o modelo de grupos escolares começou a ser adotado a partir de 1907, no primeiro governo de Antônio de Souza, com a criação do Grupo Escolar Augusto Severo, o primeiro da cidade de Natal. A partir do ano seguinte, no segundo governo de Alberto

---

<sup>122</sup> FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. In: *Cadernos de debate*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.

<sup>123</sup> MATTOS, Hebe *Op. Cit.* p. 91

<sup>124</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. Salvar a América - Educação e História: Nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 115-134. Set. 1989/fev. 1990. p. 130

<sup>125</sup> MATTOS, Hebe. *Op. Cit.* p. 114

Maranhão, esse modelo se expandiu pelo estado a partir de um decreto que previa a criação de um grupo escolar em cada sede de comarca e uma escola mista em cada município<sup>126</sup>.

A Primeira República no Brasil também conheceu várias campanhas para a extensão da alfabetização, mas que na maioria das vezes ficavam restritas às maiores cidades. Folheando as páginas do jornal *A Republica*, podemos encontrar uma mensagem que era publicada de forma recorrente, nos cantos das páginas ou ocupando espaço entre uma matéria e outra, que afirmava: “Combater o analfabetismo é dever e honra de todo o brasileiro.”<sup>127</sup>.

O novo regime alimentou o sonho de políticos e educadores liberais de propagar as luzes ao povo – o que, na concepção deles, significava fazer com que a escola fornecesse a oportunidade aos indivíduos de aumentar suas capacidades para contribuir com uma nova sociedade, baseada nos princípios de ordem, liberdade e paz<sup>128</sup>. Nesse sentido, para políticos e educadores liberais, a escola funcionava como um instrumento de adequação ao projeto político republicano, como um meio de realizar a democracia: a educação formal preparava para a vida cívica e para o exercício político, e era nisso que repousava a soberania popular. Sem a educação, não seria possível o crescimento econômico e o progresso moral e material, portanto, o projeto de nação dos republicanos não seria possível<sup>129</sup>.

Nesse programa, a redenção do país viria por meio de três ideais inseparáveis, “democracia”, “federação” e “educação”<sup>130</sup>. Houve um fervor ideológico nos primeiros anos da luta em prol de um novo Estado, fenômeno herdado de debates educacionais dos anos finais do Império, com diversas propostas de planos educacionais para a nação. Após esses anos iniciais, entretanto, os ânimos se arrefeceram e os esforços se voltaram para enfrentar o problema da harmonização das posições - “instala-se um clima de modo geral alheado de discussões vigorosas e de planos inovadores.”<sup>131</sup>.

Havia uma “esperança inicial na difusão ampla de novos costumes e modos de pensar, em consequência das proclamadas virtudes do novo regime, bem como da multiplicação e

---

<sup>126</sup> SOUZA, Itamar de. *Op. Cit.* p. 323-326

<sup>127</sup> A REPUBLICA. Natal, 10 jan. 1921. p. 1 e outras edições do início da década de 1920

<sup>128</sup> SILVA, José Maria de Oliveira. *Op. Cit.* p. 117

<sup>129</sup> *Ibid.* p. 119

<sup>130</sup> PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. A educação na Primeira República. In: \_\_\_\_\_. *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v. 9), p. 283

<sup>131</sup> *Ibid.* p. 284

diversificação das instituições escolares.”<sup>132</sup>, mas essa esperança foi logo substituída por um comportamento desalentador da parte dos mesmos homens públicos que a alimentaram.

A constituição estabeleceu um dualismo no sistema escolar brasileiro, no qual a união ficava responsável por fixar os padrões das escolas secundária e superior, enquanto aos estados cabia a responsabilidade de fixar os padrões das escolas primárias e técnico-profissionais. Nesse arranjo, a união considerava-se impedida de realizar esforços de intervenção na educação, enquanto os estados apresentavam-se como impotentes para custear suas redes de escolas. “De ambos os lados, na verdade, o apelo a argumentos de natureza constitucional escondia um desinteresse há tempo enraizado pelo alargamento das oportunidades educacionais.”<sup>133</sup>. E, dessa forma, a ideia de uma plataforma de educação unificada foi abandonada em favor de ideias federalistas de descentralização. Qualquer esforço em direção à centralização era abandonado diante do argumento constitucional.

É nessa articulação entre o projeto de nação dos republicanos, a visão que tinham do papel da educação na sociedade e o critério que estabeleceram para o pleno exercício da cidadania que podemos observar a construção de uma ideia que foi difundida no plano nacional: a de que a educação era, ao mesmo tempo, índice do progresso e um dos caminhos para alcançá-lo. Podemos encontrá-la na obra de um dos educadores liberais mais influentes do período e que exerceu o cargo de diretor-geral da Escola Normal do Distrito Federal, Manoel Bomfim. Em sua obra *A América Latina: males de origem*, publicada em 1905, Bomfim defendeu a importância da educação para o país, argumentando:

Demos que a instrução não seja o objetivo único do progresso; não se poderá negar, porém, que é um dos seus objetivos, um dos fins e, ao mesmo tempo, um meio – o meio principal. [...] Quem diz difusão de instrução, diz progresso intelectual, porque é o meio social que estimula e provoca a alta cultura científica [...] O progresso material, esse deriva diretamente da ciência, das suas descobertas e aplicações<sup>134</sup>.

Manoel Dantas e outros membros do Partido Republicano do Rio Grande do Norte também defenderam essa ideia em diferentes ocasiões. Em um trecho que Dantas escreveu em uma matéria publicada no jornal *O Povo*, ele explicitou a importância que dava à

---

<sup>132</sup> Ibid. p. 284

<sup>133</sup> Ibid. p. 289

<sup>134</sup> BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. p. 273-274. Disponível em: < <https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021

educação como fator essencial para a transformação da sociedade, afirmando que sem ela não seria possível usufruir das melhorias sociais trazidas pelo progresso. Escreveu: “Em quanto não se comprehender que na instrucção reside o 1º bem estar de um povo, e esses prejuizos perdurarem, o sertanejo ha de ser atrazado, refractario as innovações do progresso e indifferente às lutas que se travam em nosso paiz”<sup>135</sup>.

Esse trecho se encontra na segunda publicação da série *A vida sertaneja*, que Dantas escreveu para o jornal de sua cidade de origem. Foi publicado em 07 de dezembro de 1889. Com o então recente triunfo do movimento republicano contra a monarquia, liberais como Dantas tinham motivos para acreditar na realização do tão sonhado progresso. Entretanto, ele também se preocupava com os empecilhos que poderiam impedir isso. O texto tinha o subtítulo “Prejuizos” e abordava alguns aspectos da vida sertaneja que Dantas considerava incompatíveis com uma “boa civilização”, tratando a falta de instrução de qualidade como um deles. Afirmava que os sertanejos procuravam educar seus filhos, mas tinham uma compreensão limitada de ensino. Não completavam a educação de um filho para que ele não ficasse com uma vantagem em relação aos outros que eles não tinham condições de educar; ou, mesmo quando tinham condições, não enviavam os filhos para fazer cursos porque viam aquilo como desperdício de dinheiro. Concluía com a constatação de que era preciso destruir tais preconceitos em relação à educação e passar a vê-la como um benefício não apenas individual, mas para todo o país na medida em que cada indivíduo poderia dar um retorno à sociedade colocando seus conhecimentos em prática. Numa provável referência à Proclamação da República, encerrou o texto dizendo que “A semente para a destruição desses obstaculos ao nosso desenvolvimento está plantada. Basta que ella encontre campo apropriado para poder medrar e que mãos amigas não a deixem morrer.”<sup>136</sup>.

Dantas defendia a educação como forma de realizar uma transformação social baseada no seu ideal de progresso. Nesse contexto, podemos ler nessa atitude uma tentativa de reivindicar a posição de intelectual perante a sociedade por ser dotado de um saber que lhe permitia realizar um diagnóstico do que considerava como problemas e de apresentar propostas para uma transformação. Nessas propostas podemos perceber as indicações daquilo que ele considerava como uma sociedade ideal, como também qual seria o papel de

---

<sup>135</sup> DANTAS, Manoel. *A vida sertaneja II: Prejuizos*. *O Povo*, Caicó, 07 dez. 1889. p. 2

<sup>136</sup> *Ibid.*

intelectuais como ele nessa ordem: uma sociedade em que indivíduos esclarecidos trabalhassem em prol da educação para que esses hábitos prejudiciais fossem corrigidos e o progresso pudesse se efetivar<sup>137</sup>.

Nesse sentido, podemos observar uma confluência entre os ideais que Manoel Dantas buscava expressar e aqueles nos quais os governos republicanos afirmavam embasar suas políticas. Convergiam no interesse pela criação de uma nova ordem social republicana, uma em que o povo seria guiado por indivíduos esclarecidos e comprometidos com o interesse nacional, capacitados para isso por terem acesso à da verdade do conhecimento científico<sup>138</sup>.

No Brasil, partidários desse processo de modernização precisavam de argumentos intelectuais para reforçar suas posições, argumentos que fossem capazes de reorganizar e reexplicar a natureza do novo ambiente social e institucional e que justificassem sua atuação social como sendo ações necessárias em prol de uma determinada meta. Buscaram esses argumentos no pensamento europeu, no qual a ideia de progresso já estava generalizada em todas as camadas da sociedade por volta de meados do século XIX. Entretanto, a assimilação que faziam nem sempre tinha uma grande preocupação com o contexto daquelas ideias. Isso se devia à postura pragmática que adotavam, estabelecendo critérios de seleção e assimilando somente aquilo que servia para dar sustentação ao seu projeto de sociedade<sup>139</sup>.

Uma das principais facetas do discurso sobre o progresso entre os liberais radicais como Manoel Dantas, era o vínculo entre o progresso e a educação. Na carta ao jornal *O Povo*, já citada anteriormente, ele também considerava que uma de suas tarefas como liberal consistia em “educar o povo ignorante para fazê-lo melhor compreender os seus direitos”<sup>140</sup>. Nesse sentido, concordamos com pesquisas anteriores que apontam que o discurso do intelectual sobre o tema apresentava características daquilo que a literatura especializada classifica como um “positivismo ilustrado”, que entendia que era papel dos intelectuais

---

<sup>137</sup> Esse raciocínio toma como base a análise de Simone Kropf sobre a atuação dos engenheiros no Rio de Janeiro entre o final do século XIX e o início do século XX, cf. KROPF, Simone. *Sonho da razão, alegoria da ordem: o discurso dos engenheiros sobre a cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX e início do século XX*. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Op. Cit.* p. 69-154; Também lembramos aqui da análise de Angel Rama, que demonstra como, no processo de modernização das cidades na América Latina, a capacidade de uso das letras representava a possibilidade de incorporação ao poder e se configurava num instrumento de prestígio social, cf. RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 82-83

<sup>138</sup> KROPF, Simone. *Op. Cit.* p. 92-93

<sup>139</sup> GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense. p. 241-243

<sup>140</sup> DANTAS, Manoel. *Meus amigos. O Povo*, Caicó, 16 mar. 1889. p. 2

desenvolver uma teoria que iluminasse a atuação prática, traçando os objetivos que fossem necessários para o desenvolvimento da sociedade: “Esse avanço ocorreria através da instrução, que culturalmente influenciaria a sociedade, surgindo como elemento transformador para a nação almejada pelos republicanos.”<sup>141</sup>.

A partir dessas considerações, fica claro que Dantas tratava o ensino como um fator essencial para a transformação da sociedade e que isso se alinhava com a forma como ele pensava o progresso. Podemos concluir que, para ele, a relação entre progresso e educação era entendida de duas maneiras: a educação se constituía num meio de difusão de valores compatíveis com a ideia de progresso, ou seja, uma forma de fazer com que essa ideia fosse mais disseminada e aceita pela cidade; ao mesmo tempo, a qualidade educação, ligada ao número de escolas, bibliotecas, alunos matriculados e à formação dos professores, também servia como um índice que permitiria avaliar o quanto uma sociedade progredia. Exemplos disso podem ser encontrados nas mensagens dos governadores. Em 1907, o governador Antonio de Souza afirmou que o ensino público era o “verdadeiro padrão por onde se mede o progresso e a importancia moral de um povo”, enquanto a criação de uma biblioteca no Ateneu Norte-rio-grandense era uma “demonstrativa de progresso”<sup>142</sup>. Alberto Maranhão, por sua vez, apresentou como evidências da melhora na instrução pública o fato de ter inaugurado 23 novos grupos escolares, a expectativa de elevar a frequência escolar para 4000 alunos, e que a Escola Normal contava com 37 futuros professores para o ensino primário<sup>143</sup>.

Como já vimos, antes mesmo de assumir a profissão de jornalista, Manoel Dantas considerava que parte do seu dever era realizar um trabalho de mediação de ideias, estudando as que fossem “adiantadas” de outros países e adaptando-as à realidade local. Dantas considerava isso como uma prática política. Após se formar como bacharel em Direito, teve oportunidade de pôr várias dessas ideias em prática ao se inserir na burocracia estatal, ocupando cargos de confiança do governo. O primeiro deles foi como Diretor Geral da Instrução Pública entre 1897 e 1905, nos primeiros governos de Joaquim Ferreira Chaves e

---

<sup>141</sup> MORAIS, Isabela Cristina Santos de. *A atuação de Manoel Dantas na instrução pública norte-riograndense (1897-1924)*. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. p. 91

<sup>142</sup> SOUZA, Antonio de. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1907. p. 12; 14. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>143</sup> MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1912. p. 6-7. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

Alberto Maranhão e no primeiro ano da administração de Tavares de Lyra<sup>144</sup>, governos que, após a administração de Pedro Velho, representaram a consolidação dos Albuquerque Maranhão na direção do Estado.

Enquanto foi Diretor da Instrução Pública do estado, Dantas (bem como outros diretores e secretários em suas respectivas áreas) estava incumbido da tarefa de produzir um relatório anual sobre a situação da educação. Esse relatório servia como uma base para a mensagem que o governador precisava apresentar perante o Congresso Estadual, prestando contas de suas realizações durante aquele período. Frequentemente era anexado à mensagem quando esta era publicada pela imprensa oficial. Os relatórios escritos por Manoel Dantas nos permitem demonstrar como aquele ideário que via a educação, ao mesmo tempo, como índice do progresso e caminho para alcançá-lo, se traduzia em projetos e ações práticas.

No seu primeiro relatório como Diretor da Instrução Pública, em 1897, Manoel Dantas concluiu sua mensagem considerando que se dirigia a um governo formado por pessoas que “intendem que a instrucção è a base do progresso de um povo”<sup>145</sup>, mas descreveu o cenário de uma educação bastante precária e apontou aqueles que considerava como sendo os principais motivos para aquilo: os professores eram atrasados, ensinavam por fórmulas e contavam com condescendência das autoridades designadas para fiscalizar o ensino<sup>146</sup>. No relatório seguinte, de 1898, ele fez várias críticas ao modelo de ensino, afirmando que os cursos ministrados eram fábricas de exames preparatórios (os quais propõe suprimir no ano seguinte), e apontou mais razões para a falta de desenvolvimento dessa área, como a seca, que teria feito os professores abandonar suas cadeiras em busca de outros meios de subsistência, tendo em vista os baixos salários. As propostas que Dantas apresentou para superação do quadro foram: a criação de duas cadeiras de ensino primário em Natal, o direcionamento da verba das secas para a construção de prédios escolares, aumento da verba para aluguel de prédios escolares e uma reforma no regulamento da instrução pública,

---

<sup>144</sup> Dantas teve duas passagens por esse cargo: a primeira uma entre 1897 e 1905, e outra entre 1911 e 1924, ano de sua morte. Neste trabalho, focamos apenas no primeiro período, pois as mensagens dos governadores do período subsequente possuem uma estrutura diferente, não incluem os relatórios completos dos diretores como anexo.

<sup>145</sup> DANTAS, Manoel. Directoria Geral da Instrucção Publica. In: CHAVES, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1897. Anexo 3, p. 13. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

<sup>146</sup> Ibid. p. 1-2



principalmente nos aspectos administrativos e na distribuição de disciplinas nos cursos profissionais<sup>147</sup>.

Essa última questão mencionada por Dantas, sobre o ensino profissional, se relaciona com uma discussão presente nos debates sobre educação no Brasil naquele período, que colocava essa modalidade de ensino no centro de um projeto para formar uma mão de obra para a indústria brasileira e para higienizar moralmente uma parte da população desfavorecida economicamente<sup>148</sup>. Dantas parecia concordar com essa concepção de educação, tendo em vista que, alguns anos mais tarde, ele acompanhou as festas de encerramento de ano letivo de duas escolas, do Grupo Escolar Frei Miguelinho e da Escola de Aprendizes e Artífices, e escreveu uma crônica sobre esses eventos:

Naquella hora, esses futuros cidadãos de amanhã, conscientes de sua força e do seu destino, comprehendiam pela intuição natural das coisas, que nas democracias modernas a instrução é o meio de nivelar todos os individuos, derrubando com sua força poderosa a barreira das desigualdades e dos preconceitos sociaes.

[...] [Vi] nas evoluções militares mostrando a força e a disciplina desses futuros defensores da Patria, no vigor fisico que é o hymno da natureza á saúde do corpo, na elevação moral transparecendo na desenvoltura com que o humilde comparece para receber o premio conquistado, vi em tudo isto a formação de uma alma nova, a eclosão dessa grande força nacional [...] <sup>149</sup>

No relatório de 1899, Dantas apresentou uma proposta de reforma para o ensino público estadual que reorganizaria as responsabilidades na gestão dos diferentes níveis de ensino. Anteriormente, o ensino tinha um caráter misto, sendo tanto estadual quanto municipal. Segundo Dantas, os resultados da educação no âmbito municipal estavam sendo mais satisfatórios e os municípios teriam compreendido que eles eram os mais interessados na maior difusão do ensino - por isso já existiam 48 escolas municipais com um total de 1920 alunos matriculados<sup>150</sup>. O estado, por sua vez, estaria gastando suas verbas com o ensino primário, mas não conseguia obter proveitos significativos. Diante disso, Dantas propôs que

---

<sup>147</sup> Id. Relatório da Directoria Geral da Instrução Publica. In: CHAVES, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1898. Anexo 2, p. 3-4. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

<sup>148</sup> SANTOS, Renato Marinho Brandão. A Escola de Aprendizes e a cidade (1909 e 1937). In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra, os homens, os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 127-157

<sup>149</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 2 dez. 1913.

<sup>150</sup> DANTAS, Manoel. Instrução Publica. In: CHAVES, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1899. Anexo 3, p. 2. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

o ensino primário ficasse a cargo dos municípios, enquanto o estado se responsabilizaria pelo ensino secundário e pelo repasse de uma parte das verbas para os municípios. A justificativa usada foi a de que essa seria uma forma de organizar melhor o orçamento público e garantir maior autonomia para que os municípios fiscalizassem e desenvolvessem o ensino de acordo com as necessidades locais<sup>151</sup>.

Entretanto, os anos se passaram e a tônica dos relatórios não mudou: Dantas continuou descrevendo o cenário de uma educação que enfrentava muitos problemas. Apontava, por exemplo, para o problema das secas, que fazia com que muitos professores abandonassem suas respectivas escolas em busca de rendimentos melhores. No ensino secundário, sob responsabilidade do estado, afirmava haver uma “benevolencia criminosa”, que levava essa modalidade à uma “completa desmoralização”<sup>152</sup>. Por esses motivos, ele declarou que: “Não me é dado apresentar-vos um quadro brilhante do desenvolvimento do ensino em nosso Estado, consoante os vossos intuitos de um dos mais esforçados obreiros do progresso intellectual da nossa terra.”<sup>153</sup>.

Já em 1901, Dantas parecia se resignar a uma incapacidade promover melhorias efetivas para a educação, colocando a responsabilidade nos professores, que estariam ministrando mal as suas aulas, e na população, que seria indiferente ao ensino público e apenas aguardava que o poder público realizasse ações em prol de melhorias:

Causas multiplas, que vos são conhecidas e ás quaes tenho referido em anteriores relatorios, impedem que o nosso ensino official chegue ao gráu de aperfeiçoamento que seria de desejar. Alem de mal ministrado, o nosso ensino é pouco disseminado e parece-me impossivel melhoral-o, porque, attenta a indiferença da população que, nas cousas do seu maior e mais immediato interesse queda-se impassivel, tudo esperando da só intervenção official, sem despendio de grandes quantias, se não pode dar novos moldes e nova feição ao ensino publico<sup>154</sup>.

No relatório de 1902, Dantas chegou a afirmar que, apesar das reformas, a educação ainda exigia muita atenção do governo, pois caminhava “para completa desorganização”<sup>155</sup>.

---

<sup>151</sup> Ibid. p. 1-3.

<sup>152</sup> Ibid. p. 1

<sup>153</sup> Id. Directoria Geral da Instrucção Publica. In: MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado*. Natal: Typ. d’A Republica, 1901. Anexo 1, p. 1. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

<sup>154</sup> Ibid. p. 1.

<sup>155</sup> Id. Directoria Geral da Instrucção Publica. In: MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado*. Natal: Typ. d’A Republica, 1902. Anexo 4, p. 1. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

O decreto n. 153 de 23 de fevereiro de 1905 designou a Francisco Pinto de Abreu, diretor do Atheneu, as responsabilidades que antes cabiam ao diretor da Instrução Pública<sup>156</sup>. Dantas se afastou do cargo, que só voltou a ocupar em 1911. A mensagem de 1907 não tem uma seção específica assinada pelo seu sucessor, mas o texto lido pelo governador Antonio de Souza apresenta críticas à reforma feita anteriormente por Dantas, afirmando que “A transferência do ensino primário às municipalidades que, em princípio, parecia excelente, deu na prática os deploráveis resultados que todos conhecemos.”<sup>157</sup>. O decreto n. 178 de abril de 1908 reestabeleceu a Diretoria Geral e implantou uma nova reforma, que teve resultados considerados mais satisfatórios, criando a Escola Normal e criando novas escolas e grupos escolares sob responsabilidade do estado<sup>158</sup>.

A criação da Escola Normal funcionava como um instrumento para tentar superar a defasagem na formação dos professores, o que, como vimos, era uma crítica recorrente nos relatórios. Manoel Dantas foi professor do Ateneu Norte-rio-grandense em 1902 e entre 1905 e 1908, lecionando Geografia. Em diversos momentos ele expressou descontentamento pela ausência de materiais de qualidade para o ensino - motivo que o levou a escrever uma série de artigos intitulada “*Lições de geografia*”, publicada no jornal *A Republica* ao longo de dois anos, começando em de 1907<sup>159</sup>. A Escola Normal também ia ao encontro do anseio republicano de laicização da educação num momento em que as instituições religiosas controlavam 70% das instituições de ensino privadas do país<sup>160</sup>. Uma instituição pública para formação de professores ampliaria a oferta de uma educação primária e secundária fora da esfera religiosa. Anos mais tarde, Manoel Dantas viu como um avanço o fato de que os professores formados tinham substituído a figura dos padres e bacharéis “nessa grande missão civilizadora, de levar a instrução aos centros mais afastados, ainda envoltos em

<sup>156</sup> ABREU, Francisco Pinto de. Instrução Pública. In: TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1905. Anexo 3, p. 1. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>157</sup> SOUZA, Antonio de. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1907. p. 9. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>158</sup> MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1908. p. 5-6. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>159</sup> ARRAIS, Raimundo. Manoel Gomes de Medeiros Dantas. In: LIMA, Diógenes da Cunha; BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. (Org.). *Construtores da Ágora Soberana Potiguar: múltiplas memórias* (Professores do Atheneu Norte-rio-grandense, 1892-anos 1960). Natal: Edições Infinita Imagem, 2014. p. 197-202.

<sup>160</sup> NUNES, Clarice. Cultura escolar, modernidade pedagógica e política educacional no espaço urbano carioca. In: HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Op. Cit.* p. 158.

treva.”<sup>161</sup>. Mais uma vez, essa afirmação reforça que Dantas manteve sua crença na educação como essencial para a constituição de uma nova ordem social e o papel dos professores como “missionários” nessa iniciativa.

As propostas que Dantas apresentou como Diretor Geral da Instrução Pública, como podemos ver, se voltaram mais para a gestão do ensino e organização da estrutura administrativa na tentativa de ampliar o alcance do sistema escolar por todo o estado. Na ausência prévia de uma rede escolar pública, esses decretos consistiam num esforço de organizar as responsabilidades entre estado e municípios e ampliar a difusão do ensino pelo território estadual (lembramos que os critérios que ele usou para afirmar que o ensino municipal estava apresentando resultados melhores foram o número de escolas e de alunos matriculados). Ainda assim, podemos ver nessa iniciativa um reflexo de sua concepção de progresso, visto que Dantas acreditava que o progresso só se efetivaria a partir da educação das pessoas para que não fossem refratárias às novas ideias, às ideias “adiantadas”, como ele mesmo afirmou nos trechos de seus escritos que apresentamos ao longo deste capítulo.

Após um período afastado, Dantas voltou a ocupar o cargo de Diretor Geral em 1911. Quando completou 25 anos nessa função (com exceção do hiato entre 1905 e 1911), no ano de 1922, Manoel Dantas foi convidado a participar do primeiro Congresso Pedagógico, uma iniciativa da Associação de Professores do Rio Grande do Norte. Os discursos proferidos nesse congresso foram publicados posteriormente na revista *Pedagogium*, publicação oficial da Associação<sup>162</sup>. O discurso de Dantas surpreende. Ele afirmou que tinha ganho admiradores por seu trabalho, mas que, apesar disso, gostaria de propor uma tese sobre a inutilidade do cargo que tinha ocupado durante todo aquele tempo. O motivo: em seu poder estavam apenas atribuições essencialmente burocráticas, como visar atestados, encaminhar pedidos de licença e comunicar o exercício ou afastamento de professores. Sendo assim, seria mais econômico que suas atribuições fossem desempenhadas por uma seção da Secretaria de Governo.

---

<sup>161</sup> DANTAS, Manoel. Discurso. *Pedagogium*: Revista oficial da “Associação de Professores”, Natal, v. 2, n. 3, p. 15-18, mar. 1922. p. 16

<sup>162</sup> Aqui, mais uma vez, é oportuno lembrar que Isabela Santos de Moraes também analisou esse discurso em seu trabalho. Agradecemos as indicações de documentos que essa pesquisadora deixou em seu trabalho, embora nossa análise siga por outro caminho, sendo mais pontual e voltada para a relação entre educação e progresso.

Em diversas ocasiões de seus discursos podemos vê-lo fazendo uso pontual de humor para se aproximar de seu público ouvinte. Portanto, é possível que esse comentário tenha sido apenas uma brincadeira para chamar a atenção dos membros da Associação de Professores, que eram figuras conhecidas de Dantas<sup>163</sup>. Entretanto, acreditamos que esse comentário reflete um pouco de frustração da parte de seu autor. Soa como um lamento da parte de alguém que defendeu a educação como instrumento de transformação da sociedade durante toda sua vida, mas cujas mudanças que propôs apresentaram maus resultados, e que, na maior parte do tempo, se viu limitado a atribuições burocráticas (como, por exemplo, como cuidar de licenças e atestados).

Mas, ainda assim, Dantas não deixou de afirmar que o progresso finalmente estava se realizando no Rio Grande do Norte, mesmo que seja nítida uma discrepância entre o discurso, que coloca a educação como um dos principais índices de progresso, e a realidade, de uma educação precária. Só nos resta concluir que, se o estado progredia, isso de devia a outro elemento. Qual seria ele?

---

<sup>163</sup> Esse mesmo discurso conta com outras instâncias de humor por parte de Dantas, como, por exemplo, quando ele disse que gostaria de ter um carro para visitar todas as escolas e acompanhar o trabalho de cada professor e, assim, poder ser chamado de “diretor ambulante”. Seu outro discurso, que analisaremos com mais detalhes nos capítulos seguintes deste trabalho, a conferência *Natal d’aqui a cincoenta annos*, também tem diversas ocasiões de humor, como a sequência em que contou como surgiu a matéria de jornal na qual batizara um dos morros da cidade com o nome de “Perigo Imminente”, ou o momento em que convidou o público para uma festa que só aconteceria 50 anos no futuro, pedindo aos ouvintes para que “Não se assobrem” e “Não riam”. cf. DANTAS, Manoel. *Natal d’aqui a cincoenta annos*. Natal: Typ. d’A Republica. 1909, p. 3-4

## 2 A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

A ideia de progresso se difundiu no ocidente entre os anos de 1750 e 1900, tendo um ápice a partir da segunda metade do século XIX até os anos iniciais do século XX, no qual a realização das exposições universais marcou a formação do imaginário social da ideia de progresso. Foi nesse período que ela passou a ser associada a elementos como a velocidade, a capacidade de deslocamento, a diminuição das distâncias e a superação dos limites impostos pela natureza. Essas também estavam presentes no contexto brasileiro, servindo como base para várias grandes obras, financiadas tanto pela monarquia, quanto pelo governo republicano, em parceria com o capital estrangeiro, sob a justificativa de que estariam levando o progresso aonde ele ainda não tinha chegado<sup>164</sup>.

Enquanto isso, as cidades europeias passavam por um outro fenômeno. Do final do século XVIII e ao longo de todo o século XIX, a Revolução Industrial deu início a transformações de cunho social, econômico, cultural e urbanístico: houve um crescimento urbano e demográfico que transformou a paisagem da cidade. Para este trabalho, nos interessa o impacto disso: a sensação de que as cidades tinham se transformado em um ambiente desordenado levou a novas formulações teóricas que deram origem a um novo campo do conhecimento que buscava dar uma ordem às cidades, o urbanismo<sup>165</sup>.

No capítulo anterior, abordamos o desenvolvimento da ideia de progresso e, nesse processo, percebemos que diferentes intelectuais e grupos políticos associavam-na a diferentes elementos que comprovariam a sua existência. Na análise, também percebemos que a educação era um desses fatores associados ao progresso, sendo um caminho para sua realização e, também, uma forma de medir o quanto uma sociedade progredia. Foi dessa forma que alguns intelectuais no início da República no Brasil abordaram a ideia, incluindo Manoel Dantas e outros políticos do Partido Republicano no Rio Grande do Norte. Neste capítulo, continuamos a análise dos escritos de Dantas e observamos o processo pelo qual ele e outros membros do partido começaram a forjar uma nova concepção da ideia de progresso,

---

<sup>164</sup> HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>165</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 37-38

passando a associá-la cada vez mais às transformações materiais realizadas pelo governo do estado na cidade de Natal.

Algumas das questões que buscamos responder aqui são: *Por que a cidade se tornou uma questão importante? Qual era a relação entre as obras na cidade e a ideia de progresso? Quais obras eram representadas como símbolo do progresso e por que a escolha delas?*

Essas questões nos levaram a traçar um panorama do desenvolvimento da ideia de urbanismo, campo do saber que se consolidou ao longo do século XIX a partir de estudos voltados para as reformas nas cidades, primeiramente na Europa, mas logo se disseminando pelo mundo. Fazemos esse exercício para compreender as concepções de cidade e os planos urbanísticos que funcionavam como referência para outros projetos de transformação urbana, como os que foram elaborados para Natal. Da mesma forma que a ideia de progresso, formulações sobre as cidades também corriam o mundo, num processo que fez com que os planos urbanísticos adquirissem feições diversas, de acordo com as condições sociais encontradas em cada lugar: construtores, financiadores, interesses, enfim, condições históricas diferentes das originais<sup>166</sup>. Buscamos compreender as condições originais, a forma como chegaram ao Brasil e, por fim, delimitar as condições específicas que marcaram as reformas na Natal do início do século XX.

Em termos de documentação, analisamos, sobretudo, as crônicas que Manoel Dantas escreveu para a coluna *Coisas da Terra*, publicada no jornal *A Republica* a partir de 1907, após sua primeira passagem pela Diretoria de Instrução Pública. Foi nelas que Dantas narrou alguns acontecimentos relacionados ao cotidiano da cidade e abordou as transformações urbanas. Podemos observar um esforço do autor para associar a ideia de progresso a elementos cada vez mais específicos, destacando as obras como as evidências de que o progresso finalmente chegava à cidade. Também relacionamos esses escritos às falas dos governadores do estado e percebemos como foi sendo criada uma narrativa em torno da atuação dos republicanos em prol da capital.

Por fim, resta o questionamento sobre as especificidades que as reformas adquirem no contexto específico da Natal do início do século XX. Para delimitar uma resposta,

---

<sup>166</sup> RYKWERTY, Joseph. Os subúrbios e as novas capitais. In: \_\_\_\_\_. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 223-261

relacionamos as obras com o lugar que a cidade ocupava no contexto do capitalismo em expansão.

## 2.1 IDEIAS EM CIRCULAÇÃO: AS REFORMAS URBANAS E A CONCEPÇÃO DE URBANISMO NO SÉCULO XIX

A discussão que realizamos neste capítulo busca a compreensão do processo que levou ao desenvolvimento de uma concepção específica de espaço. A base de nossa análise leva em consideração que o espaço não é um conceito absoluto, mas o resultado de práticas sociais que resultam na produção de concepções específicas de espaço, que variam conforme a sociedade<sup>167</sup>.

Podemos observar uma mudança significativa na forma de produção do espaço a partir de meados do século XIX. Essa mudança foi resultado da chamada “revolução urbana”, que transformou as formas de vida tanto em nível individual como coletivo<sup>168</sup>. Essas mudanças incluíam a expansão da indústria pelo uso de máquinas e a formação de uma classe operária. A cidade passou a ser o local de concentração dos meios de produção, antes dispersos pelo campo. Essas cidades industriais passaram a ter um crescimento rápido porque nelas se reuniam vários elementos da cadeia de produção: vias de comunicação, transporte de matérias primas, as máquinas, os instrumentos do capital financeiro (como a bolsa) e, sobretudo, os trabalhadores. Nesse cenário, se configura a “dupla tendência centralizadora” do capitalismo: o fato de que a concentração da população acompanha a concentração do capital<sup>169</sup>. Disso, resultou o crescimento urbano e demográfico que, como mencionamos, provocou alterações na paisagem das cidades.

Nesse mesmo período, foram publicados vários trabalhos que pretendiam construir uma teoria específica sobre a organização dos espaços - faziam isso focando na cidade como lugar principal de intervenção. Construiu-se, então, um novo saber sobre o espaço, que veio a ficar conhecido como urbanismo<sup>170</sup>. Percebemos, portanto, que o conceito de urbanismo se

---

<sup>167</sup> DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 38

<sup>168</sup> Ibid. p. 39

<sup>169</sup> LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 11-12

<sup>170</sup> CHOAY, Françoise. A teoria do urbanismo. In: \_\_\_\_\_. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. p. 265-288



formou no mesmo momento em que o capital alterou significativamente as formas de produção do espaço. A constituição desse campo do conhecimento consolida uma forma específica de conceber o espaço: a ideia de um espaço produzido, que é resultado da aplicação de uma metodologia, de gestos repetitivos, que possibilitam a reprodução de forças sociais. É um espaço que é fruto de uma sociedade ao mesmo tempo em que atua como seu regulador.

Um dos principais tratados sobre urbanismo que buscavam se apropriar da metodologia das ciências para construir regras sobre o funcionamento das cidades foi *Teoría General de la Urbanización*, publicado em 1867 pelo engenheiro espanhol Idelfonso Cerdà. Esse autor definiu a urbanização como um fato concreto (o fenômeno da urbanização) e como a disciplina normativa, o urbanismo, o conjunto de conhecimentos, regras fixas imutáveis para organizar cientificamente as construções. A definição que ele dava era funcional, residia na associação dos espaços que servem para o repouso e o movimento dos seres humanos, ou seja, os prédios e as vias de comunicação. A urbanização seria um fenômeno específico, mas que, como qualquer outro fenômeno, podia ser conhecido e submetido a leis - bastava descobrir uma racionalidade por trás das diversas formações humanas. A garantia indispensável de cientificidade era dada pela quantificação de dados urbanos sob a forma de estatística<sup>171</sup>.

Uma das características comuns aos primeiros tratados sobre urbanismo era o fato de seus autores os denominavam como discurso científico, um novo saber necessário a um novo mundo que se distinguia pelo movimento e pela comunicação, resultado de uma revolução científica que transformou os transportes e a circulação de pessoas graças ao vapor e à eletricidade, a experiência da modernidade. Outro ponto comum era que opunham duas imagens de cidade, uma negativa, que funciona como um balanço das desordens verificadas, e uma positiva, se configurando como um modelo espacial ordenado<sup>172</sup>.

Assim, estava se formando um conjunto de saberes que buscava dar às intervenções urbanas um caráter científico, o que conferia às obras uma maior legitimidade em um momento em que o apelo ao discurso da ciência estava em alta. Mas, para além do plano do discurso, podemos citar um exemplo de intervenção urbana que serviu de referência e fonte de inspiração para o Brasil da segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do

---

<sup>171</sup> Ibid. p. 270-272

<sup>172</sup> Ibid. p. 265-269

século XX: as reformas na Paris do Segundo Império francês, conduzidas pelo prefeito da cidade, o barão Georges-Eugène Haussmann, e que configuraram uma espécie de modelo de intervenção, geralmente denominado como “haussmannização”.

Nesse período, a partir de meados do século XIX, o barão levou a cabo uma série de transformações urbanas pelas quais buscava apresentar Paris ao restante do mundo a partir da imagem de “capital da modernidade” - modernidade essa que se constituiria como um período histórico marcadamente distinto de uma experiência de espaço e tempo anterior. Paris, como capital, seria o centro irradiador dessa nova experiência, a partir do qual ela se expandiria para outros lugares do mundo<sup>173</sup>. A particularidade dessas transformações se deu tanto pela escala de intervenção na estrutura urbana, quanto pela maneira como seus realizadores concebiam a cidade, que passou a ser vista como uma totalidade em vez de um aglomerado de vários projetos individuais<sup>174</sup>. A rua se tornou o elemento central a partir do qual outros elementos da cidade eram pensados, como a rede viárias, os prédios e as fachadas, favorecendo o desenho reto, geométrico, regular. Essas intervenções trataram um conjunto de espaços heterogêneos como uma entidade única, construindo a imagem de uma cidade mais coerente<sup>175</sup>.

Podemos localizar nessas reformas o início de uma crescente preocupação do urbanismo em privilegiar os novos veículos, os meios de comunicação e a velocidade nos projetos urbanos. Isso fez parte de um movimento de exaltação ingênua desses elementos, vistos como exemplares da experiência da modernidade<sup>176</sup>.

Essas reformas também estão relacionadas à emergência de novas formas de sociabilidades ligadas à convivência e ao uso dos espaços. Frequentar os lugares certos e assimilar os comportamentos corretos funcionavam como marcadores de identidade de classe. Nesse sentido, as reformas em Paris podem ser interpretadas como uma tentativa de especializar os espaços, demarcar o lugar de cada classe, privilegiando a sociabilidade

---

<sup>173</sup> HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11

<sup>174</sup> *Ibid.* p. 27

<sup>175</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. *Op. Cit.* p. 77

<sup>176</sup> Essa exaltação ingênua é chamada por Marshall Berman de “modernismo pastoral”, a partir de sua análise sobre a Paris do século XIX a partir da produção de Baudelaire. Cf. BERMAN, Marshall. Baudelaire: o modernismo nas ruas. In: \_\_\_\_\_. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 158-203

burguesa<sup>177</sup>. Criaram uma forma urbana original, a cidade burguesa, formada por grandes massas uniformes com detalhes variados que se combinavam em um conjunto estético coerente - unidades distintas, mas que eram pensadas uma em relação às outras. Se configurou como a cidade burguesa por excelência por ser um espaço que se molda de acordo com a lógica dessa classe, funcionando como uma vitrine da modernização feita a partir de um urbanismo autoritário e das novas estruturas do capitalismo<sup>178</sup>.

Essas reformas foram bastante influentes ao redor do mundo. Paris foi a primeira cidade europeia a passar por reformas intensas que a tornariam mais compatível com as condições econômicas e sociais da sociedade burguesa. O que se exportava não era um modelo urbano específico ou mesmo um procedimento de execução, mas a abertura da possibilidade de uma intervenção urbana naquela escala. Exportava-se a imagem de uma grande metamorfose na cidade, admirava-se a escala das obras, a força de sua execução e a harmonia do resultado final - assim como a forma como entidades públicas e privadas se aliaram para promover uma abertura no tecido urbano, permitindo a circulação e criando novos imóveis<sup>179</sup>.

O Brasil de meados do século XIX tinha a França como referência e fonte de inspiração para diversos campos, incluindo educação e conhecimento técnico. Também foi nesse período que projetos de reformas ou intervenções urbanas, às vezes de caráter utópico, elaborados por engenheiros ou médicos reformadores, começaram a ser discutidos. Esses projetos partilhavam, mesmo que apenas retoricamente, um desejo universal de reformar as cidades, e usavam representações mentais como “regeneração” ou “recomeço”. O aparecimento desses projetos acontece em meio a um processo de tomada de consciência do tempo, da necessidade de romper com o passado e adotar medidas de urbanismos que levassem as cidades a um novo tempo, a era moderna. Esse desejo encontrava um eco no discurso republicano que pregava a necessidade de reformar as cidades após um período de abandono ao qual elas teriam sido relegadas no tempo da monarquia. O federalismo

---

<sup>177</sup> Berman também nos fornece uma perspectiva sobre a especialização dos espaços a partir da obra de Baudelaire, demonstrando uma situação de conflito que ocorre quando os pobres indesejados adentram nos espaços reservados para a sociabilidade burguesa. Cf. BERMAN, Marshall. *Op. Cit.* p. 178-185

<sup>178</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. *Op. Cit.* p. 80-83

<sup>179</sup> *Ibid.* p. 84-85

republicano logo se transformou numa maneira de intervir nas capitais ou, até mesmo, planejar novas cidades para esse fim<sup>180</sup>.

A transferência de categorias de pensamento e modelos formais franceses alimentou projetos urbanos, sendo Belo Horizonte um dos mais exemplares desse processo no plano nacional. O engenheiro Aarão Reis elaborou o projeto da cidade com base em seus conhecimentos adquiridos na Escola Politécnica do Rio, onde predominavam, no final do século XIX, influências do positivismo e do pensamento sansimonista. A adoção dos modelos do outro lado do Atlântico era uma forma de afirmar o cosmopolitismo ao qual os planejadores (e os grupos dirigentes) aspiravam. As transferências desses modelos nunca eram exatas: envolviam sempre “transformações, amálgamas contraditórios, reempregos fragmentados.”<sup>181</sup>

Um dos princípios da economia política francesa que se generalizou nos projetos de reformas urbanas no início do período republicano no Brasil foi o da cidade capital como agente polarizador da região, algo que se relaciona com as ideias de circulação e fluxos que vigoravam no pensamento urbano do período. Dentro dessa perspectiva, a capital deveria ser um centro de integração da rede viária estadual, bem como precisava integrar o estado com o restante do país e do mundo, a partir das estradas de ferro e das vias navegáveis. Outro aspecto do discurso modernizador no Brasil do final do século XIX e início do século XX e que se concretizou nos projetos urbanos foi uma derivação do pensamento fourierista: a construção de representações negativas das cidades antigas como sendo anárquicas, sem ordenação e higiene, uma crítica às ruas estreitas<sup>182</sup>. No caso de Natal, os republicanos construíram essa representação a partir da contraposição da Ribeira e da Cidade Alta com o novo bairro, a Cidade Nova. Faziam essa crítica como uma forma de justificar projetos urbanos que eram apresentados como sendo mais “rígidos”, ordenados, principalmente em seu traçado mais regular.

Ao contrário do que aconteceu em outros países, principalmente os europeus, nos quais os processos de modernização urbana foram acompanhados por mudanças estruturais na sociedade, os grupos dirigentes ao redor do Brasil buscaram fazer com que suas cidades

---

<sup>180</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. O pensamento francês na fundação de Belo Horizonte: das representações às práticas. In:\_\_\_ (org.). *Cidades Capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 136

<sup>181</sup> Ibid. p. 137-140

<sup>182</sup> Ibid. p. 148-151

se assemelhassem àquelas das “nações civilizadas” a partir de projetos que priorizavam a imitação formal da estética urbana<sup>183</sup>. Em termos estéticos, a composição das plantas das cidades nesse período adotava uma postura eclética, misturando várias referências, em uma atitude que também ecoava o pensamento fourierista, que defendia que não deveria existir um modelo de planta definitivo, mas uma composição que levasse em conta o melhor que cada referência pudesse oferecer<sup>184</sup>.

A arquitetura eclética se consolidou como o estilo da modernização das cidades brasileiras. O ecletismo tinha uma atitude poliestilística que denotava uma nova organização social e cultural que apontava para o que é múltiplo e diversificado. Dentro dessa concepção, a arquitetura seria uma “linguagem dotada de valores simbólicos e emotivos que deveriam ser transmitidos a todas as camadas da sociedade.”<sup>185</sup>.

A arquitetura eclética tinha um caráter essencialmente representativo: a teatralização da vida era um de seus pontos centrais, ou seja, era uma perspectiva que defendia que a arquitetura deveria demonstrar o status de seu ocupante por meio de sua forma exterior. No plano mundial, o ecletismo levava em conta as necessidades da arquitetura em relação ao seu momento histórico: atentava-se ao caráter funcional do ambiente, buscando que ele coincida com um conforto estetizante, assim como olhava para o passado e se enraizava numa tradição, mas buscava fazer com que a nova expressão fosse passível de evolução, que pudesse acompanhar o desenvolvimento da história. Dessa forma, apresentava uma interpretação da história articulada com uma concepção particular de espaço urbano que buscava fazer com que ele expressasse ou glorificasse a ideologia de uma classe<sup>186</sup>.

No Brasil, entretanto, o ecletismo não implicou no conhecimento de uma tradição anterior, mas, pelo contrário, no rechaço de tudo aquilo que era considerado vestígio de tempos coloniais e que ainda se fazia presente. Também se configurou numa manifestação do gosto das elites brasileiras por reproduzir modelos admirados na Europa. Nesse contexto, a arquitetura eclética foi usada como uma forma de materializar os valores republicanos do progresso, indústria, capital e modernização, uma tentativa de romper com o estatuto colonial

---

<sup>183</sup> GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Caminhos da construção do Urbanismo no Brasil. In: PINHEIRO, Eloísa Petti. *Op. Cit.* p. 18

<sup>184</sup> SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Op. Cit.* p. 157

<sup>185</sup> FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 1, n. 1, p. 131-143, 1 jan. 1993. p. 134

<sup>186</sup> *Ibid.* p. 134-135

e projetar o Brasil como um modelo de país moderno em termos econômicos e culturais - o que também cumpria o objetivo de construir criações culturais que pudessem mascarar as tensões sociais existentes<sup>187</sup>. Na Europa, disfarçava-se o uso do ferro para dar a ele a aparência de um material nobre; no Brasil, as colunas de madeira eram pintadas para que parecessem com o ferro, numa atitude que refletia o desejo de participar de uma modernidade simbólica<sup>188</sup>.

“Modernidade” é um conceito histórico rico e de múltiplos significados, que já foram discutidos por diversos autores. Dentro do escopo desta dissertação, tomando como base tanto as discussões sobre o conceito, quanto o sentido evocado nos discursos que analisamos ao longo do trabalho, definimos essa modernidade como experiência específica no tempo e no espaço, uma que se concebe como essencialmente distinta de uma experiência anterior e que é marcada pela aceleração do ritmo da vida e pela anulação das barreiras do espaço físico, principalmente por meio do desenvolvimento dos transportes e da comunicação, que fazem com que essa experiência seja vivenciada por cada vez mais pessoas em diferentes partes do mundo com o passar do tempo<sup>189</sup>. As cidades se configuraram como peças centrais dessa experiência, que se materializava em elementos como projetos de reformas urbanas, industrialização e crescimento populacional – transformações que mexiam com o cotidiano urbano<sup>190</sup>.

O esforço para figurar entre os países modernos levou às reformas urbanas que visavam dar às capitais uma feição compatível com a modernidade. Dentro da modernidade, a cidade capital funcionava como uma alegoria do poder, ao mesmo tempo em que abriam uma nova perspectiva de futuro para as outras partes da nação. Em suma, eram uma representação de um projeto de nação. O Rio de Janeiro desempenhava esse papel dentro do contexto nacional do projeto político republicano e houve um esforço da parte dos novos grupos dirigentes para atrelar simbolicamente a identidade nacional à cidade capital. Esse também foi o período de reformas urbanas, incluindo serviços de modernização do porto, saneamento da cidade e a demolição de residências dos mais pobres na região central para a

---

<sup>187</sup> Ibid. p. 135-137

<sup>188</sup> Ibid. p. 139

<sup>189</sup> BERMAN, Marshall. *Op. Cit.* p. 24

<sup>190</sup> BRADBURY, Malcolm. As cidades do modernismo. In: BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James. *Modernismo: guia geral (1890-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 76-82

construção de novas avenidas. Essas reformas buscavam inscrever no tecido urbano as concepções de “ordem” e “progresso” que embasavam o novo regime, ao mesmo tempo em que serviam de exemplo para outras cidades e capitais do país:

[O Rio de Janeiro] É capital na medida que o discurso suntuoso que a duras penas se inscreve no tecido urbano tem um duplo significado: por um lado afirma a possibilidade de realização *no presente* do sonho de uma metrópole "civilizada", "progressista" e "ordenada". Por outro, antecipa para o "resto do país" um modelo que se constitui numa utopia *de futuro*.<sup>191</sup>

Na Natal da virada do século XIX para o XX, houve uma insatisfação da parte do grupo dirigente do estado com a situação que a capital se encontrava, algo que acompanhou a adesão ao ideário republicano da necessidade de modernização das cidades como forma de rejeitar os traços que, segundo eles, remetiam à cidade colonial. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que precisava ser um reflexo da ordem advinda da capital federal, Natal, na condição de capital estadual, precisava ser uma representação daquele poder dentro do estado. O que os republicanos fizeram foi atuar em prol de que a cidade manifestasse os valores do novo regime, tanto em sua estrutura física quanto por meio de nomes e monumentos ligados a figuras do novo regime, inserindo Natal numa nova era, a era da modernidade, por meio da estética urbana, reforçando o caráter representativo da concepção de urbanismo que norteou as intervenções materiais na cidade.

Manoel Dantas se fixou em Natal na última década do século XIX, período em que a capital norte-rio-grandense era uma cidade pequena se comparada às outras capitais estaduais brasileiras. Segundo os dados compilados por Luís da Câmara Cascudo, Natal contava com 16.056 habitantes no último ano do século XIX<sup>192</sup>. Antônio de Souza, outro membro do grupo dirigente, que assumiria o governo do estado em duas ocasiões (de dezembro de 1906 a março de 1908, e de janeiro de 1920 a dezembro de 1923), escreveu (utilizando o pseudônimo Polycarpo Feitosa) um breve relato intitulado *Vida Potyguar*, no qual ele apresenta a sua visão sobre alguns aspectos cotidianos da cidade no ano de 1899.

Antônio de Souza chamou o Cais da Alfândega de “arapuça” e afirmou que um estrangeiro que aportasse em Natal não via nem porto nem cidade. Em seguida, escreveu que:

---

<sup>191</sup> NEVES, Margarida de Souza. Brasil! Acertai vossos ponteiros! In: MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. (Org.). *Brasil, acertai os vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST/CNPq, 1992. p. 42. Destaques da autora.

<sup>192</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Marcha demográfica. In: \_\_\_\_\_. *História da cidade do Natal*. 4 ed. Natal: Ed. UFRN, 2010. p. 105-109.

A modesta capital, dividida em dois pequenos bairros de ruas impossíveis, ou sem calçamento ou grosseiramente calçadas de pedra bruta, sem edifícios, sem jardins, com pequeno comércio e nenhuma indústria, parecerá mais uma vila pacata de interior do que uma capital marítima<sup>193</sup>.

Em retrospecto, essas palavras funcionam como uma síntese daquilo que o grupo dirigente (ao qual tanto Dantas quanto Antônio de Souza se vinculavam) buscavam mudar. A primeira mudança foi a ampliação do espaço urbano, resolvendo a questão dos “dois pequenos bairros”. Em 1901 foi criado o bairro Cidade Nova, uma área planejada pela intendência municipal para servir como residência para o grupo das pessoas mais influentes da cidade, sendo dotado de equipamentos urbanos que eram símbolo da vida moderna ao qual aspiravam, como: água encanada e luz elétrica, linhas de bonde, clubes, cafés e estádios<sup>194</sup>.

A “Cidade Nova” foi a principal iniciativa do grupo dirigente para fazer com que o espaço da cidade refletisse aquela que seria uma nova ordem social instaurada pelo regime republicano. Era um espaço rigidamente normatizado pelas resoluções da Intendência Municipal e suas ruas eram o oposto daquelas “ruas impossíveis” dos bairros antigos: eram largas e arborizadas, seguiam um traçado retilíneo, modelo de higiene e salubridade. Além disso, suas avenidas ostentavam os nomes dos presidentes republicanos, enquanto uma praça homenageava Pedro Velho e uma outra avenida levava o nome de Alberto Maranhão. Essas ações se configuravam numa operação destinada a gravar o espaço urbano com a memória dos governos republicanos:

Assim, caminhar atentamente nas ruas da Cidade Nova equivalia a folhear as páginas de um livro de História [...] uma história republicana, uma história dos pro-homens da República [...]

Essa narrativa cronológica contida no novo bairro resultava num duplo efeito pedagógico: permitia rememorar o passado republicano contido nos nomes e conduzia à percepção de que o regime republicano estava inscrito num presente, naquele aqui e agora dos intendentes, dos governantes, dos natalenses [...]<sup>195</sup>

<sup>193</sup> FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potyguar*. Natal: Sebo Vermelho, s/d (edição fac-similada do original publicado na Revista do Rio Grande do Norte, Natal, 1899). p. 12

<sup>194</sup> Para uma análise sobre a criação desse bairro, como ele refletiu os anseios do grupo dirigente e a forma como este usou sua influência para apropriação do solo urbano, cf. SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma "cidade nova": apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)*. 2014. 526 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

<sup>195</sup> ARRAIS, Raimundo. Terra urbana, chão da memória das classes dirigentes. In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra os homens, os sonhos: A cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 39-40



A “arapuca” da Alfândega era o principal ponto de desembarque de passageiros da cidade. Entretanto, havia vários outros pequenos “portos” ao longo da margem do rio Potengi nos quais também circulavam pessoas e mercadorias. Ainda nos primeiros anos do século XX, o grupo dirigente se engajaria num esforço para regulamentar e empreender reformas no porto da cidade, incluindo a delimitação de funções específicas para cada um dos portos. O desembarque de passageiros passaria a ser feito pelo antigo “cais da 10 de junho”, que passou por uma reforma e foi reinaugurado em 1905, recebendo o nome de cais “Tavares de Lyra”, governador do estado naquele ano<sup>196</sup>.

Em frente ao cais, a praça foi toda arborizada para funcionar como ponto de encontro para as pessoas. E essa foi apenas uma de várias iniciativas para criação de novos espaços de lazer e sociabilidade, muitas vezes a partir da transformação de pontos insalubres, a partir da ideia de higienização. Podemos citar o aterro e o ajardinamento da Praça Augusto Severo em 1904, que serviu como ligação entre os bairros da Ribeira e Cidade Alta, a construção da praça Pedro Velho, o calçamento da Praça André de Albuquerque e a pavimentação e construção de uma balaustrada na Avenida Junqueira Ayres<sup>197</sup>.

Em 07 de janeiro de 1902, um dia após a publicação da resolução municipal que definia as bases para a edificação do bairro de Cidade Nova, o jornal *A Republica*, que, na época, tinha tanto Manoel Dantas como Antônio de Souza como redatores, trouxe uma matéria fazendo vários elogios ao projeto no novo bairro, considerando que ele servia como uma porta de entrada para que Natal se tornasse uma das maiores cidades do Brasil e do mundo:

Vê-se dessa resolução que o Governo Municipal compreendeu as vantagens e futuro grandioso da Cidade Nova, como o bairro desta capital destinado a ser o núcleo da grande cidade que, neste século será Natal, talvez uma das maiores do Brasil, uma das cidades importantes do mundo. Com efeito, a lei municipal tomou as providencias básicas de edificação urbana, providenciando sobre a orientação das ruas, grande largura das avenidas e ruas transversaes, separação das casas, concessões de aforamentos, grande extensão das praças [...]

---

<sup>196</sup> Sobre as reformas com intuito de construir um porto que fosse considerado moderno para a cidade, cf. JOBIM, Khalil. *Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

<sup>197</sup> Para uma síntese sobre essas obras de transformação material, cf. ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. As estruturas materiais da cidade moderna. In: \_\_\_\_\_. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: Ed. UFRN, 2008. p. 79-125

A denominação das ruas, avenidas e praças também obedeceu a uma regra que lhes possa dar o carácter de perpetuidade [nomes de presidentes republicanos nas avenidas, além da praça em homenagem a Pedro Velho a as ruas com nomes de rios importantes do estado]

Tudo isso mostra que o governo municipal está seriamente empenhado nesse problema patriótico da construção de uma cidade que seja o futuro padrão da gloria norte rio-grandense.<sup>198</sup>

Esse trecho nos mostra que as obras de intervenção urbana se amparavam num discurso que as colocava como símbolo da chegada de uma nova era de prosperidade na cidade, em que Natal se tornaria uma das cidades mais importantes do país, ganhando notoriedade mundial. Tanto as ações quanto o discurso manifestavam a visão de um grupo dirigente que acompanhava as mudanças que estavam ocorrendo ao redor do mundo e defendiam que a resposta aos anseios locais era fazer com que tudo fosse “novo” ou “moderno”, mesmo sem levar em consideração se a cidade apresentava condições materiais para isso ou se esse projeto alcançava a população em geral<sup>199</sup>.

Muitas obras de transformação material na cidade de Natal foram executadas com os recursos do empréstimo de 5 mil contos de réis contraídos do Banco Sindical Francês, feito no final de 1909, tais como a usina de energia elétrica, as linhas de bondes elétricos e serviços de saneamento e abastecimento de água<sup>200</sup>. Alguns anos antes, em 1905, foi inaugurado o Banco de Natal. Não faltaram esforços para tentar superar aquela imagem de “vila pacata do interior”. E em todos eles, o grupo dirigente fazia questão de demarcar que eram frutos de suas iniciativas - por isso vários logradouros receberam nomes que remetiam à oligarquia Albuquerque Maranhão e ao Partido Republicano.

Destacamos essas duas iniciativas, a inauguração de um banco e a realização de um empréstimo internacional, pois, somadas, elas apontam para um fenômeno que precisamos discutir em mais detalhes no próximo tópico: representavam a inserção de Natal nos fluxos do capitalismo financeiro em expansão. Esse movimento teve repercussões tanto pela forma como levava a uma reorganização das finanças do estado, como pelo tipo das obras que custeou, realizando um trabalho de transformação no espaço que consolidava a posição de

---

<sup>198</sup> A CIDADE Nova. *A Republica*. Natal, 07 jan. 1902. p. 1

<sup>199</sup> FERREIRA, Angela Lucia; OLIVEIRA, Giovana Paiva de; SIMONINI, Yuri. A Utopia de Manoel Dantas: a ideia de modernidade na construção de Natal/RN – Brasil, na primeira metade do século XX. In: XIV Coloquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. *Anais eletrônicos...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. v. 1. p. 7

<sup>200</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 324-331

Natal como cidade capital, permitindo maior ligação com centros produtores no interior do estado e facilitando o trabalho de escoamento da produção.

## 2.2 OS FLUXOS DO MERCADO: AS REFORMAS URBANAS NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Feitas as devidas considerações sobre a concepção de cidade que se constituiu ao longo do século XIX e que marcou as reformas urbanas em cidades do Brasil, especialmente as capitais, incluindo Natal, precisamos destacar o fato de que esse desenvolvimento se deu dentro de um momento específico da história econômica mundial, que não apenas facilitava, como incentivava essa circulação de ideias, formas de pensamento, modelos urbanísticos.

Para compreender esse momento, retomemos a discussão sobre a ideia de progresso e os elementos que faziam parte de um imaginário social durante seu período de maior difusão, como a velocidade, a capacidade de deslocamento e a superação dos limites da natureza. Entre as evidências que eram apontadas para comprovar essa vitória do homem sobre o meio natural estavam as máquinas e invenções que o gênio científico tinha proporcionado, como a locomotiva, a navegação a vapor, o telégrafo, a pilha e a luz elétrica - invenções que materializavam as ideias de progresso e civilização, davam a sensação que as pessoas estavam vivendo num período melhor do que todos os anteriores e cujo saldo acumulado de melhorias materiais abria caminho para o triunfo inevitável da modernidade<sup>201</sup>.

A Exposição Universal de Paris de 1900 foi concebida tanto para apresentar simbolicamente o novo século que se iniciava, quanto para celebrar o que se encerrava. Foi chamada de “festa da eletricidade” num momento em que a expressão “século das luzes” deixava de ser uma referência metafórica à revolução do pensamento iluminista para se referir ao fenômeno da eletricidade<sup>202</sup>. As novas máquinas acrescentavam vantagens e comodidades a um cotidiano marcado pela ideia do domínio sobre a natureza - e uma boa parte desses novos inventos se concentrou na área dos transportes. Em julho daquele ano, os parisienses começaram a vivenciar algo que antes parecia uma utopia: o metrô inaugurado era capaz de percorrer 10,3 quilômetros em 33 minutos.

---

<sup>201</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 9

<sup>202</sup> *Ibid.* p. 155

Esses inventos eram fruto da chamada Revolução Científico-Tecnológica que se processava desde a década de 1870 e se caracterizou na aplicação de novos métodos científicos aos processos produtivos, incluindo o uso de novas fontes de energia<sup>203</sup>. Mas também foi a partir daquela década, mais precisamente entre os anos de 1873 e 1896, que a Europa. Essa foi uma conjuntura econômica forçou as economias daquele continente a se voltarem para novos mercados, o que resultou numa expansão europeia por todo o mundo, dentro e fora das colônias, tendo nos transportes os instrumentos facilitadores desse processo<sup>204</sup>. Desse impulso expansionista do capital, veio o investimento no desenvolvimento dos sistemas de transporte e comunicação.

Para facilitar o escoamento da produção, construiu-se 22 mil quilômetros de ferrovias, sobretudo vias de penetração que ligavam um porto da costa aos centros produtores no interior, formando uma rede de transportes<sup>205</sup>. Essa expansão nos transportes e no comércio se deu concomitante a uma expansão financeira. Sem capitais financeiros e conhecimento técnico, os governos locais faziam concessões para o capital estrangeiro, sobretudo inglês, interessado nas matérias primas de exportação e que acabou responsável pelo financiamento e construção de várias estradas de ferro. Em 1914, os capitais ingleses investidos no Brasil somavam 3 bilhões de Francos, enquanto os Franceses somavam 2 bilhões<sup>206</sup>.

Como já mencionamos, foi a partir de um empréstimo de 5 mil contos de réis, contraído do Banco Sindical Francês, que o governo de Alberto Maranhão realizou reformas urbanas como a implantação das linhas de bondes elétricos e os serviços de abastecimento de água e saneamento. As concessões inglesas no Rio Grande do Norte começaram ainda no período imperial, com a construção da primeira estrada de ferro pela Imperial Brazilian Natal and Nova Cruz Railway Company Limited, em 1877, que ligava Natal a Nova Cruz, a interesse dos senhores-de-engenho locais. Em 1901 essa ferrovia foi arrendada à outra empresa inglesa, a The Great Western of Brazil Railway Company, que a ampliou até fazer ligação com o estado vizinho, a Paraíba. Em 1916, outra companhia inglesa, a The Cheveland Bridge & Engineering Company, ficou responsável pela ponte de ferro sobre o rio Potengi,

---

<sup>203</sup> Ibid. p. 20

<sup>204</sup> MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973. p. 197

<sup>205</sup> Ibid. p. 203

<sup>206</sup> Ibid. p. 213-218

que permitia a ligação ferroviária entre Natal e o centro produtor de açúcar em Ceará-Mirim<sup>207</sup>.

Quanto aos transportes marítimos, em 1913 a Inglaterra era detentora de cerca de 43% da tonelagem bruta da marinha mercante mundial. O resultado disso é que os ingleses marcaram presença considerável nos portos de vários países ao redor do mundo, chegando a ter participação em até metade das exportações de mercadorias<sup>208</sup>. Nesse mesmo período, também houve um grande incremento técnico na construção de embarcações, primeiro com uso de ferro em vez de madeira, em seguida, com a construção em aço, resultando em navios mais leves, mas com a mesma resistência. Com isso, a tonelagem das embarcações aumentou continuamente.

Detentores da maior parte do comércio marítimo mundial, os ingleses conduziam as exportações brasileiras e, na volta, traziam navios carregados de produtos manufaturados, numa dinâmica que reforçava o papel essencialmente exportador da participação brasileira na economia mundial, dependente das importações estrangeiras para usufruir daqueles bens de consumo que eram vistos como símbolos da modernidade<sup>209</sup>.

O porto de Natal era o mais movimentado do Rio Grande do Norte. Era para onde convergiam as estradas de ferro e por onde a maior parte da produção escoava. No entanto, não tinha capacidade para receber navios de maior calado devido a dunas submersas e arrecifes que impediam que os navios adentrassem. Isso se tornou um empecilho para a inserção da cidade dentro dessa dinâmica. O governo republicano realizou uma série de obras no porto com o objetivo de solucionar esses problemas e aumentar o tráfego de mercadorias e passageiros.

Podemos explicar essas transformações urbanas a partir da dimensão espacial referente à acumulação no modo de produção capitalista. O processo de acumulação está no centro da expansão e perpetuação do modo capitalista de produção e a expansão geográfica está entre os aspectos essenciais para a criação de novas oportunidades para acumulação<sup>210</sup>. Nesse contexto, se torna necessário o aperfeiçoamento das vias de transporte e comunicação

---

<sup>207</sup> SOUZA, Itamar de. *Op. Cit.* p. 87-89

<sup>208</sup> MAURO, Frédéric. *Op. Cit.* p. 200-201

<sup>209</sup> GRAHAN, Richard. *Op. Cit.* p. 94; 79

<sup>210</sup> HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005. p. 43-44

como uma forma de superar as barreiras espaciais, criando novos mercados e aumentando a velocidade de circulação de capital<sup>211</sup>.

É nesse sentido que interpretamos que as transformações urbanas em Natal fizeram parte de um trabalho de produção capitalista do espaço, ou seja, uma reorganização do espaço de forma a reduzir o tempo anular barreiras espaciais numa tentativa de melhor acomodar a acumulação de capital, criando novas demandas de consumo, facilitando o transporte de mercadorias e permitindo um escoamento mais rápido da produção local.

No Brasil, o processo de modernização envolveu não apenas o desenvolvimento econômico, mas também as mudanças na estrutura social, tanto no comportamento dos indivíduos quanto na relação que tinham com os acontecimentos da vida cotidiana. A Inglaterra exerceu um papel essencial nesse processo, fornecendo capitais e infraestrutura para a industrialização, enquanto também servia como um modelo de estrutura social compatível com o ocidente europeu, ao qual as elites brasileiras aspiravam<sup>212</sup>. Nesse processo, as cidades brasileiras funcionaram como “cabeças-de-ponte” para o mundo moderno, sendo os lugares que primeiro passaram por essas transformações, tomando as cidades europeias como exemplo a se inspirar em termos de organização econômica, estrutura social, atitudes e modo de viver<sup>213</sup>.

Esse adentrar no movimento que regia o sistema econômico em expansão, criou um movimento generalizado de desenraizamento. Uma das características mais marcantes desse processo foi que, a partir de 1870, as cidades da América Latina começaram a passar por um processo de modernização no qual quase todas as capitais da região duplicaram ou, até mesmo, triplicaram sua população num intervalo de meio século. Essa alta demográfica também pode ser verificada no caso de Natal: segundo os dados de Câmara Cascudo, a população da cidade somava 8.809 pessoas em 1870, saltando para 30.696 no ano de 1922<sup>214</sup>. Esse processo consolidou o domínio das cidades sobre o mundo rural em toda a região e provocou um aumento na demanda por um corpo técnico qualificado - o que também resultou na ampliação do círculo letrado<sup>215</sup>.

---

<sup>211</sup> Ibid. p. 50-51

<sup>212</sup> GRAHAN, Richard. *Op. Cit.* p. 7

<sup>213</sup> Ibid. p. 117

<sup>214</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. Marcha demográfica. In: \_\_\_\_\_. *História da cidade do Natal*. 4 ed. Natal: Ed. UFRN, 2010. p. 105-109.

<sup>215</sup> RAMA, Angel. *Op. Cit.* p. 77-78

Essas cidades se constituíram principalmente como centros burocráticos nos quais atuavam principalmente profissões ligadas ao setor de serviços, que incluíam, além da demanda que já existia da administração pública, como os políticos e funcionários públicos, novos elementos como professores, jornalistas e diplomatas. Essas novas ocupações profissionais se constituíram como categorias especializadas para o trabalho intelectual que se formaram historicamente em conexão com os grupos sociais mais importantes, sofrendo, sobretudo, influência do grupo social dominante. Nesse sentido, observa-se que a categoria de intelectuais se ampliou bastante no mundo moderno - o que não se justificou tanto pelas necessidades dos meios de produção, mas principalmente pelas necessidades políticas do grupo político dominante para a criação de consensos que dessem uma orientação para a vida social que fosse adequada para esse grupo<sup>216</sup>. Dentre essas novas ocupações, a de jornalista poderia ser considerada como um campo alheio ao controle do Estado, mas, mesmo assim, os jornais ainda se constituíam essencialmente como veículos políticos<sup>217</sup>.

A cidade letrada, construída a partir da intervenção dos intelectuais, também sentiu as consequências desse processo. As transformações na cidade real tornaram possível estabelecer uma distinção entre um presente e um passado - e os intelectuais incorporaram esses elementos de distinção em seus discursos com uma função ideologizante que atendia a determinadas necessidades do presente<sup>218</sup>. Na América Latina, foi comum um movimento de construção de representações do passado da cidade para determinar “o que nós éramos”, como uma resposta às rápidas transformações, sendo um exemplo de caso em que a observação dessas mudanças serviu de material criativo para autores numa reação a elas. Mas o oposto também ocorreu, com autores abordando as mudanças com o objetivo de impulsioná-las.

Em Natal, a construção feita pelo grupo dirigente de uma imagem do passado da cidade servia para evocar aquilo que ela não deveria ser. Sendo assim, as transformações materiais que buscavam inserir a cidade na dinâmica do capitalismo em expansão apareciam nos discursos como algo desejável. Em 1909, Manoel Dantas viu o aumento do número de

---

<sup>216</sup> GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 8-11

<sup>217</sup> RAMA, Angel. *Op. Cit.* p. 79

<sup>218</sup> *Ibid.* p. 98-99

navios no porto como uma prova da realização do progresso em Natal<sup>219</sup>. No final da década de 1920, um poeta local celebrou uma cena que envolvia o barulho de carros importados e aviões, apitos de trens, enquanto empregados do porto carregavam algodão para ser exportado em navios ingleses<sup>220</sup> - isso nos mostra que, com o passar dos anos, esses elementos que permitiriam que Natal se inserisse nessa dinâmica econômica continuaram presentes nos discursos sobre a cidade, aparecendo como uma parte do cotidiano urbano digna de celebração.

Portanto, percebemos que, de forma paralela às transformações materiais do espaço, também ocorria um outro processo: a produção social do espaço. Esse era um trabalho que envolvia a construção de sentidos para aquelas transformações na estrutura da cidade e na vida urbanas, a atribuição de significados ao novo espaço modificado. A produção social do espaço também se manifestava na busca por suprimir determinadas práticas sociais que fossem mais adequadas para uma vida nessa cidade transformada<sup>221</sup> – um trabalho para o qual Dantas contribuiu ativamente a partir de suas crônicas publicadas em jornal.

Manoel Dantas participou desse processo, incorporou as ideias do progresso em seu pensamento e as divulgou em seus escritos, incentivando iniciativas que visavam promover a sua realização. Dentro de sua perspectiva, o progresso se realizaria tanto no âmbito material, principalmente na forma do desenvolvimento dos transportes, quanto no âmbito social, a partir de mudanças nos hábitos “matutos” da cidade, na direção daqueles vistos nas cidades que eram símbolo do progresso. O progresso, no sentido como circulou em Natal no início do século XX, incorporava as ideias de velocidade, dinamismo e ligação aos fluxos do mundo moderno, mas parecia estar sempre associado à continuidade do projeto político de uma administração esclarecida, que guiaria a cidade na direção das mudanças necessárias, neste caso, a oligarquia Albuquerque Maranhão.

---

<sup>219</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 10 ago. 1908.

<sup>220</sup> PINTO, Lauro. *A cigarra*, Natal, ano II n. 4, ago, 1929.

<sup>221</sup> LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.



### 2.3 COISAS DA TERRA: MANOEL DANTAS E OS NOVOS SENTIDOS PARA O PROGRESSO EM NATAL

Em 1905, Dantas deixou o cargo de Diretor da Instrução Pública e assumiu, entre outras atividades, o papel de redator-chefe do jornal *A Republica*. Esse periódico cumpria justamente a função de ser o principal meio de divulgação do ideário do partido que comandava o governo do estado. Portanto, o cargo que Dantas passou a ocupar dava a ele uma posição privilegiada para divulgação de ideias. Em 1907, começou a publicar uma série de crônicas intituladas *Coisas da terra* sob o pseudônimo de “Braz Contente”. Essas crônicas somam um total de cem publicações, do qual mais da metade foi escrita durante o segundo governo de Alberto Maranhão, entre 1908 e 1913, reforçando que a divulgação de ideias tinha uma relação com a atuação política do grupo dirigente. Foi nelas que Dantas apresentou alguns fatos cotidianos sobre a capital norte-rio-grandense e algumas iniciativas para mudanças nos costumes e intervenções na cidade. Como forma de justificar as mudanças defendidas, Dantas apresentava-as como a materialização do progresso. Analisando as diversas vezes em que ele usou essa justificativa no conjunto total das crônicas, podemos perceber que a ideia vai se transformando e ganhando contornos cada vez mais específicos.

Frequentemente, Manoel Dantas descrevia uma situação que serviria para exemplificar quais seriam os hábitos comuns que ele observava na cidade. Em seguida, contrastava esses hábitos com os que seriam esperados de uma cidade moderna. A primeira crônica que destacamos é a que foi publicada na edição de 08 de julho de 1907 do jornal. Nela, Dantas afirmou que um visitante que chegasse à cidade, vindo de outras partes do país, logo perceberia uma descrença no progresso de Natal, impressão que ele atribuía aos hábitos matutos observados no comércio da cidade:

[...] ainda é um commercio um tanto matuto, que tem mêdo de apregoar-se. Aqui, em vez do negociante procurar o freguez, com a sagacidade e a intelligencia, os truques e os expedientes de que nos fala Balsac no *Illustré Gaudissart*, o freguez é que tem obrigação de procurar o negociante, conforme suas necessidades.<sup>222</sup>

De forma bastante sintética, podemos observar o diagnóstico de um problema (descrença das pessoas na realização do progresso na cidade), e de uma de suas causas (falta

---

<sup>222</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*. Natal, 8 jul. 1907.

de desenvolvimento do comércio). Essa causa é atribuída a uma falha essencial nos hábitos dos natalenses, que, em última instância, estaria impedindo a realização do progresso. Por fim, observamos que o autor faz uma referência a um modelo de comportamento (*O Illustre Gaudissart*, de Balzac), inspirado em uma cidade que ele considerava exemplo da efetivação dos ideais do progresso na virada do século XIX para o XX (Paris).

Nos chama atenção que o “progresso” apareceu como um processo que não estava se materializando: era uma experiência que o autor observava lá fora, em outras cidades, mas que ele ainda não via em Natal. A referência à Paris de Balzac nos indica duas coisas sobre Manoel Dantas: primeiro que Paris constituía a maior referência sobre o progresso para ele e, possivelmente, para seu público-alvo, sendo o primeiro exemplo ilustrativo fornecido aos leitores para que compreendessem o que Natal deveria ser; segundo, por se referir a uma obra literária, também indica, que o repertório de leituras de Manoel Dantas era essencial para formar sua concepção de progresso.

Para completar a análise dessa crônica e compreender o porquê da referência a Balzac, relembremos as já mencionadas reformas em Paris, apresentada ao mundo como centro irradiador da modernidade. Nesse contexto, a obra de Balzac serviu como um exemplo de como a experiência da modernidade também transformou as sensibilidades e se manifestou nas artes. Em uma cidade que passava por processos de transformação rápidos, intensos e constantes, essas representações se constituíam como uma forma de decodificar e interpretar as mudanças, fazendo com que elas se tornem inteligíveis. Balzac tornou-se uma referência para entender a Paris do século XIX pela maneira como construiu suas representações, tomando como base a experiência cotidiana da cidade. Fazia isso a partir da figura do *flâneur*, o andarilho urbano, observador das transformações da cidade, narrador de suas transformações. Por ter essa base, suas representações puderam habitar o imaginário da cidade<sup>223</sup>.

O fenômeno da urbanização crescente, sendo vivida sob um novo ritmo, com novas expressões de sociabilidade em espaços novos ou modificados significativamente, são alguns dos fatores que suscita o surgimento de expressões da modernidade nas artes. A linguagem empregada nas artes até então parecia não ser capaz de captar essas novas experiências, e isso leva ao desenvolvimento de novas formas de narrar ou representar imagetivamente a

---

<sup>223</sup> HARVEY, David. *Op. Cit.* São Paulo: Boitempo, 2015. p. 41-86

sociedade. Intelectuais natalenses e membros do grupo dirigente recepcionaram essa experiência da modernidade com entusiasmo, começando com a virada do século XIX para o XX, seguindo a ideia de que um novo século inauguraria também um novo tempo, fruto principalmente do novo regime político que se consolidara nos anos anteriores, que permitiu que um grupo local assumisse o poder e desse a devida atenção a um estado que fora abandonado pela Monarquia<sup>224</sup>.

Entretanto, a experiência de modernidade da Natal do início do século XX se deu sob condições muito diferentes da Paris do Século XIX. Por mais que, no Brasil, as cidades também tenham sido os primeiros espaços a passar por esses processos de transformação e que os agentes locais tenham tomado as cidades europeias como exemplo, o país ocupou uma posição de subordinação no sistema econômico. Em Natal, vemos que as obras de modernização da cidade partiram de um grupo dirigente que se utilizava delas como forma de legitimação política, além de terem dependido, sobretudo, do capital estrangeiro para serem realizadas, tanto aquelas relacionadas ao escoamento da produção quanto na execução de serviços urbanos. Porém, isso não significa que Natal não viveu uma experiência de modernização ou que houve uma modernização restrita aos seus elementos mais superficiais. Significa apenas que a experiência foi vivida sob condições específicas que procuramos entender e levar em consideração em nossa análise.

Manoel Dantas, ao evocar Balzac em sua crônica, como vemos, tomava a Paris narrada por aquele autor como uma referência de modernidade, o exemplo do que Natal deveria ser. Nesse processo, destacava aqueles elementos que seriam essenciais para uma cidade moderna, fazendo isso a partir de uma postura pragmática, selecionando aqueles elementos que dariam sustentação ao seu projeto de uma sociedade cujos hábitos também estavam de acordo com uma modernidade, inspirada pelos países europeus<sup>225</sup>. Esse comércio era mencionado justamente como algo que Natal não tinha, ou seja, faltava à cidade um dos símbolos daquela experiência da modernidade - por consequência, havia uma descrença no progresso.

O comércio se configurava como um dos elementos da economia que representavam a possibilidade de inserção da cidade nos fluxos do capitalismo financeiro que se expandia

---

<sup>224</sup> ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *Op. Cit.* p. 27-28

<sup>225</sup> GRAHAN, Richard. *Op. Cit.* p. 241-243

pelo mundo todo. Os bens de consumo eram alguns dos maiores responsáveis pela ideia de “europeização das cidades”<sup>226</sup>. Lojas passaram a publicar vários anúncios de artigos de luxo e roupas à moda inglesa e francesa nas páginas dos jornais. Essas propagandas que anunciavam as novidades vindas da França pareciam transmitir a sensação de que aquela modernidade era uma só ao redor de todo o mundo. Portanto, era necessário valorizar as mercadorias para desenvolver o comércio e fazer com que os natalenses vivessem a experiência de uma cidade moderna. Nesse sentido, não surpreende que Pedro Velho tenha escrito um artigo de jornal defendendo que o “fetiche” por objetos era uma consequência inevitável do progresso social, afirmando que:

O orgulhoso desdem com que os homens civilizados referem-se ao *fetichismo* [...] é muitas vezes falso e descabido. Nós outros, todos nós, que nos julgamos o producto acabado e polido do progresso social, somos também mais ou menos fetichistas. E deixem-me confessar-lhes uma ingenua franqueza: Não levo a mal que assim seja; antes applaudo e admiro<sup>227</sup>.

Em 22 de julho de 1907, Manoel Dantas publicou sua terceira crônica. Nela, Braz Contente narrou um diálogo que teria ouvido em um hotel da Ribeira entre “dois cavalheiros”, que tinham acabado de chegar à cidade, sobre “o que entendiam ser o progresso da terra”. O diálogo entre eles teria se dado da seguinte maneira:

- [Natal] É melhor que... (o nome de uma cidade que não ouvimos bem).  
 - Não, replicava o outro, a cidade de que fala é muito maior, tem o duplo da população.  
 - Mas não tem banco!  
 E parece que esta alegação do banco foi um argumento decisivo para o progresso da terra.<sup>228</sup>

Diálogo verídico ou peripécia literária, a passagem serve ao propósito de ilustrar como parecia haver um debate em torno do significado da ideia de progresso, se ele existia ou não na capital do Rio Grande do Norte, como ele se manifestava e quais eram os seus símbolos. Dantas parecia estar demonstrando seu lado em meio a essa discussão, uma vez que escolheu encerrar a passagem afirmando que o banco tinha sido o fator decisivo para definir o que era o progresso da terra. Era quase como se dissesse que Natal, mesmo na

<sup>226</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Op. Cit.* p. 72

<sup>227</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. Fetichismo. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). *Antologia de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 110

<sup>228</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 22 jul. 1907.

condição de ser uma capital relativamente pequena e pouco habitada, ainda seria capaz de vivenciar a experiência do progresso.

Desde meados do século XIX, a legislação bancária brasileira passava por mudanças que buscavam uma ampliação do crédito comercial, com leis hipotecárias sendo marcos dessas mudanças, primeiro em 1864, segundo em 1890. Também foi em 1890 que as leis empresariais facilitaram a formação de sociedades anônimas, o que contribuiu para a abertura de novos bancos. As reformas legais no início do governo republicano refletiam a tendência dos novos grupos dirigentes para estimular a ampliação do sistema de crédito, que foi um fator essencial para a ampliação do universo das atividades econômicas naquele período<sup>229</sup>. Dessa forma, podemos compreender o porquê de o banco ser referenciado na crônica de Manoel Dantas como um símbolo importante da experiência do progresso: possibilitava o oferecimento de crédito e financiamento de atividades vistas como essenciais para o desenvolvimento econômico do estado.

O banco também representava uma maior inserção da cidade no capitalismo financeiro, atuando como mecanismo facilitador da circulação de bens e riqueza. Foi fundado com o objetivo de fornecer linhas de crédito, estando voltado sobretudo ao “pobre agricultor”<sup>230</sup> - o que reforça que a inserção da cidade naquele sistema estava vinculada à produção agrícola do estado. Além disso, era um instrumento que permitia a realização de investimentos privados e facilitava a atuação do capital estrangeiro<sup>231</sup>. O Banco do Natal foi inaugurado em 1905 por Tavares de Lyra, outro membro da oligarquia Albuquerque Maranhão, que sucedera Alberto Maranhão em seu primeiro mandato. Foi assim que Tavares de Lyra se referiu ao banco em sua mensagem ao congresso legislativo em 1906: “Para mim, ele será um instrumento eficaz ao desenvolvimento de nosso credito, um elemento de valor para maiores e mais importantes empreendimentos.”<sup>232</sup>.

---

<sup>229</sup> MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 103-131, Mar. 2010. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/ddpbz6>>. Acesso em 01 mar. 2021

<sup>230</sup> TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1906*. Natal: Typ. d’A Republica, 1907. p. 7. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

<sup>231</sup> Veremos um pouco mais adiante que, em outras ocasiões, a atuação do capital estrangeiro em obras no Rio Grande do Norte foi algo celebrado por Manoel Dantas e outros membros do grupo dirigente, que detinham ações em alguns desses empreendimentos.

<sup>232</sup> TAVARES DE LYRA, Augusto. *Op. Cit.* p. 8.

Nas crônicas seguintes, observamos que Dantas foi dando um significado cada vez mais específico ao que ele dizia ser a concretização do progresso: a ideia passou a ser acompanhada pela menção a obras materiais tangíveis que simbolizariam a sua chegada. Em 18 de maio de 1908, Dantas escreveu sobre um ato do governo federal que abria a concorrência para a construção da Estrada de Ferro Central do Rio Grande do Norte. O autor apresentava isso como uma solução para o problema das secas por facilitar o transporte dos flagelados e o escoamento da produção, além de permitir o carregamento dos materiais para construção de açudes que fariam com que o sertão se tornasse verde, fértil, coberto de lagos artificiais. Mas alertava: “tudo isto será um sonho, sem a estrada de ferro, a encurtar distancia, a levar elementos de vida e de progresso. A estrada de penetração, a abertura da barra do porto do Natal e a drenagem do valle do Ceará-mirim são os alicerces seguros da nossa prosperidade.”<sup>233</sup>. O uso da expressão “elementos de vida e progresso” sinaliza essa mudança: o progresso ainda era sinônimo de melhorias constantes naquela sociedade, mas a preocupação maior deixou de ser a ideia abstrata para ser com os elementos materiais que serviriam como prova concreta dessas melhorias.

Três meses depois, em 10 de agosto, Dantas deu uma prévia do entusiasmo pelo futuro da cidade, que constitui a base da conferência pela qual ele ficou mais conhecido, “Natal d’aqui a cinquenta annos”. Ele narrou uma visita ao cais Tavares de Lyra, que servia como local de desembarque de passageiros e ponto de contemplação do rio Potengi, graças a uma balaustrada. Na crônica, ele observou a presença de cinco vapores carregando passageiros e mercadorias que seriam um sinal da prosperidade do comércio da cidade. Em seguida, narrou a entrada do vapor “Pirangy” que levava os trilhos que seriam usados na construção da linha de bonde de Natal. Em seguida, afirmou categoricamente: “Si isto não é o progresso, [...] então é que mudou-se a noção de todas as idéas que concebemos sobre a grandeza dos povos.”<sup>234</sup>. Por fim, ainda mencionou a notícia da firma do contrato de construção da estrada de ferro. Mais uma vez, o progresso é associado a elementos materiais tangíveis: a quantidade de navios que entravam no porto, o desembarque de passageiros e mercadorias, a linha de bonde e a estrada de ferro.

---

<sup>233</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 18 maio 1908.

<sup>234</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 10 ago. 1908.

O trecho que destacamos da crônica de Manoel Dantas tem grande relação com o argumento central deste capítulo, especialmente após demonstrarmos as mudanças de sentido que a ideia de progresso passou ao longo dos anos. O cronista afirmou que o movimento de navios no porto, com passageiros e mercadorias, o desenvolvimento do comércio e a construção de linhas de bonde e ferrovias são símbolos da chegada do progresso, pois, se não fossem, a própria concepção de progresso teria que ter mudado. Estava implícita na afirmação a ideia de que não era possível mudar a forma de medir a grandeza dos povos e que, por essa métrica, o progresso chegava a Natal.

Ao longo deste capítulo, vimos que a ideia de progresso foi sendo constituída ao longo de um grande intervalo de tempo e que seu sentido mudou bastante conforme tempo, lugar e os agentes sociais - até mesmo para o próprio Manoel Dantas, em seus escritos, mudou o que considerava ser os símbolos da realização do progresso no Rio Grande do Norte. Entretanto, nessa crônica, Dantas afirmava um sentido único e generalizado para a ideia, descartando a possibilidade de que fosse utilizada em referência a outra coisa que não às transformações materiais que ele estava observando na cidade de Natal. Progresso foi, de fato, uma ideia que se disseminou de forma ampla pelo mundo ocidental e foi empregada com diversos sentidos nesse processo. A necessidade de comprovar a sua existência fez com que fosse necessário associá-lo a diferentes aspectos da sociedade, cujas melhorias gradativas seriam a evidência de que o progresso se manifestava. O próprio Manoel Dantas considerou que a base do progresso era a educação do povo, mas parece ter mudado o discurso diante da falta de melhorias consideráveis nesse campo.

Afirmar que a ideia de progresso tinha um único sentido, como Dantas fez na crônica, e que esse sentido vinha das transformações materiais, do comércio e dos transportes, era uma forma de chamar atenção para determinadas realizações políticas e legitimar determinadas administrações perante a opinião pública como sendo a dos promotores do progresso no Rio Grande do Norte. É essa a conclusão à qual chegamos após observar quais são as obras eleitas como símbolo do progresso e perceber que todas elas remetem à atuação do grupo dirigente do estado naquele momento, a oligarquia Albuquerque Maranhão. O cais fora inaugurado durante o governo de Tavares de Lyra (que foi homenageado com seu nome sendo atribuído tanto ao local quanto à avenida que lhe dá acesso). A primeira etapa da estrada de ferro (ligando Natal ao centro açucareiro de Ceará-Mirim) e os serviços de

reequipamento do porto foram realizados durante o mandato de Tavares de Lyra como Ministro da Justiça e Negócios Interiores. O bonde e a luz elétrica seriam inaugurados em 1911 no dia do aniversário do governador Alberto Maranhão, em meio a uma festa que reforçava a ligação da obra com a figura do político. O vínculo entre esses símbolos do progresso era intencional e era deixado explícito nos textos. Ainda na crônica sobre a visita ao porto, Dantas afirmou: “As conquistas políticas que soubemos obter vão de par com o progresso material patente que se observava desde a capital até o mais infimo logarejo.”<sup>235</sup>.

Em outro texto, datado de 15 de junho de 1908, repetiu o artifício narrativo do diálogo entre dois personagens, dessa vez um estrangeiro e um natural do estado. O primeiro, “admirado do progresso e melhoramentos”, disse:

- Não sei como vossês, com orçamento exíguo, naturalmente sempre desequilibrado em consequencia das crises climatericas que os affligem periodicamente, têm conseguido tanta coisa em tão pouco tempo.

- É que [...] os governos republicanos não têm tido aqui a menor solução de continuidade. Inspirados no bem publico, todos os nossos chefes de Estado tem obedecido aos mesmos principios, como operarios de uma obra commum de aperfeiçoamento [...]<sup>236</sup>

Mais uma vez, chama atenção o modo como Dantas reforçou a ideia de que, apesar da extensão do estado e das dificuldades impostas pelo meio natural, o Rio Grande do Norte experimentava grande nível de progresso em um curto intervalo de tempo. Essa era tanto uma forma de enaltecer a atuação do grupo dirigente pelo que alcançaram em um tempo diminuto, como de criar um alibi para eventuais entraves ao cumprimento de suas promessas, visto que os governadores republicanos trabalhavam com um orçamento pequeno e ainda precisavam enfrentar as secas recorrentes. Na resposta que o nativo norte-rio-grandense teria oferecido, destacamos a ênfase que o autor coloca na continuidade política entre os governos republicanos - o que, novamente, reforça que o progresso se realizaria a partir de uma continuidade estabelecida sobre bases sólidas.

Qual seria a base desse progresso repentino que o Rio Grande do Norte teria vivenciado em tão pouco tempo? Podemos delimitar uma resposta para essa questão a partir das mensagens que os governadores da família Albuquerque Maranhão e seus associados. Ao final do mandato de Pedro Velho, em 1895, o governador afirmou que ainda era cedo

---

<sup>235</sup> Ibid.

<sup>236</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 15 jun. 1908.



para ver sinais de progresso no estado pois o regime republicano ainda era novo e a ordem ainda não havia se estabelecido: “Não è tempo ainda de colhermos todos os fructos do regimen vigente. A ordem ainda não se consolidou de todo e, em consequencia, o progresso, seo legitimo corollario, se retarda e esbarra em sua natural evolução”<sup>237</sup>. Essa é uma fala que traz à tona vários elementos que fizeram parte da construção da ideia de progresso ao longo do século XIX, como a de que se tratava uma evolução constante, natural e, principalmente, de que dependia da ordem para se efetivar. Ainda na mesma mensagem, Pedro Velho também abordou a ausência de sinais do progresso na cidade de Natal: “Pena é que a capital, cujo clima é excellente; esteja desprovida dos mais comesinhos beneficios que os modernos progressos da hygiene publica e da engenharia sanitaria proporcionam aos centros populosos [...]”<sup>238</sup>. Seu sucessor, Joaquim Ferreira Chaves, continuou defendendo que a República era o regime de governo mais adequado para efetivação do progresso no estado<sup>239</sup>.

Nos anos seguintes localizamos as ocasiões em que o progresso começa a ser atrelado a obras específicas. Na mensagem de 1900, ano que teve início o primeiro mandato de Alberto Maranhão, esse governador anunciou que reestabeleceria os serviços de abertura da barra do rio Potengi e de melhoramento do porto de Natal, sob a justificativa de que o serviço era “de capital interesse para o nosso progresso”<sup>240</sup>. As obras do porto se baseavam num projeto apresentado na câmara federal por Pedro Velho, quando este era deputado, também argumentando que era necessária para o progresso do estado possibilitaria resolver o problema do comércio<sup>241</sup>. Em 1906, o então Presidente da República, Afonso Pena, passou esteve no Rio Grande do Norte para inaugurar o primeiro trecho da estrada de ferro entre Natal e Ceará-Mirim. Na mensagem que apresentou a assembleia estadual no meio daquele ano, o governador Tavares de Lyra se referiu à obra como um “elemento seguro de progresso”<sup>242</sup>.

---

<sup>237</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. *Mensagem ao Congresso Legislativo em 31 de janeiro de 1895*. Natal: Typ. d’A Republica, 1896. p. 13 Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

<sup>238</sup> Ibid. p. 25

<sup>239</sup> CHAVES FILHO, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1896. p. 3 Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

<sup>240</sup> MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d’A Republica, 1900. p. 14. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

<sup>241</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. Primeiro Projeto na Camara dos Deputados. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). *Antologia de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 57

<sup>242</sup> TAVARES DE LYRA, Augusto. *Op. Cit.* p. 9.

Também é a partir de uma fala de Tavares de Lyra que podemos observar a construção de uma narrativa sobre o progresso na cidade de Natal - narrativa essa que coloca os Albuquerque Maranhão no centro da efetivação do progresso no Rio Grande do Norte. Na mensagem de 1905 ele disse:

No período monarchico o progresso desta capital desenvolveu-se muito lentamente, sendo que, em 1890, no início da Republica, era ainda, sob alguns pontos de vista, mais atrasada do que certos municipios do Estado. Após a mudança do velho regimen, esta cidade tem progredido bastante [...] <sup>243</sup>

Dez anos separam as falas de Pedro Velho (que dizia que o progresso ainda não tinha se consolidado e estava ausente em Natal) e de Tavares de Lyra (de que a cidade tinha progredido bastante a partir da República). A ideia construída é a de que, dado o devido tempo, o regime republicano permitiu que figuras comprometidas com o estado agissem em prol da implantação da ordem e, conseqüentemente, da efetivação do progresso. Estabelecidas essas bases, era necessário mantê-los no poder para assegurar a continuidade dessa ordem no futuro.

Até aqui, esta narrativa está contida em falas de caráter oficial que os governadores apresentavam ao congresso estadual, mas ela também era difundida para a população da cidade por meio de publicações em periódicos como o jornal *A Republica*, do qual Manoel Dantas esteve à frente. Em 05 de março de 1908, por ocasião do fim do governo de Antonio de Souza e início do segundo mandato de Alberto Maranhão, Dantas aproveitou para fazer um apurado das realizações de cada um dos governos anteriores. O sucesso alcançado não teria vindo imediatamente com a Proclamação da República, mas com a administração de Pedro Velho:

Com effeito, o grande chefe, organisador do Estado, durante sua fecunda administração, foi o architecto primoroso que se preocupou principalmente em lançar as bases solidas e indestructiveis sobre as quaes repousassem firmemente o nosso progresso e a nossa grandeza. Esse homem extraordinario, tudo previu e tudo delineou. <sup>244</sup>

Essas evidências demonstram que a ideia de progresso não perdeu seu componente político quando passou a ser associada às intervenções materiais. Muito pelo contrário, ela

---

<sup>243</sup> Id. *Mensagem ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1905*. Natal: Typ. d'A Republica, 1906. Anexo 1, seção 2, p. 23. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

<sup>244</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 05 mar. 1908

era utilizada em referência a essas obras justamente por elas remeterem a uma atuação política, como forma de legitimá-la. Podemos afirmar que o que houve foi uma tentativa de apropriação da ideia de progresso, ou seja, de fazer com que o progresso passasse a ser aquilo que os Albuquerque Maranhão afirmavam que era: a inauguração de um banco que permitisse a inserção da cidade nos fluxos do mercado financeiro; as reformas no porto que aumentariam a circulação de navios com passageiros e mercadorias de todas as partes do mundo, dinamizando a economia da cidade; a linha de bonde que integraria todas as partes da cidade; a ferrovia que romperia o isolamento de Natal do restante do estado e facilitaria o escoamento da produção vinda do interior.

Precisamos destacar também que associar determinadas obras públicas à ideia de progresso era uma forma de se contrapor ao discurso de oposição que denunciava, por exemplo, a expulsão de pessoas de indivíduos pobres de seus casebres para dar lugar ao bairro de Cidade Nova. Esses indivíduos exerciam profissões como a de açougueiros ou lenhadores, viviam em casebres e sítios e praticavam o comércio de animais como porcos e galinhas. A Intendência Municipal buscava restringir as formas de habitação dessas pessoas, bem como suas práticas de sociabilidade, como o samba, pois defendiam que elas eram incompatíveis com os preceitos de higiene e salubridade que deveriam orientar a vida urbana em uma cidade moderna<sup>245</sup>.

O que observamos aqui foi que nos primeiros anos do século XX, as ideias convergiram e, tanto Dantas como os outros membros do Partido Republicano buscaram construir uma concepção de sociedade, que seria resultado da institucionalização do novo regime e que se materializava na estrutura urbana da cidade-capital. Em nenhum outro momento essa convergência de ideias se manifestou tão claramente quanto na conferência *Natal d'aqui a cincoenta annos*, que Dantas ministrou em 1909, diretamente do Palácio do Governo do Estado – que será o objeto de nossa análise no próximo capítulo.

---

<sup>245</sup> SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Entre a *Cidade Nova* e a *Cidade das Lágrimas*. In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra, os homens, os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 58-72

### 3. A CIDADE IMAGINADA

Imaginar a solução de problemas sociais a partir de reformas urbanas que transformavam a estrutura das cidades era uma ideia presente no pensamento de vários reformadores sociais do Brasil e da Europa desde meados do século XIX. No capítulo anterior, mencionamos que as transformações urbanas decorrentes da Revolução Industrial levaram ao surgimento de um discurso sobre o urbano que buscava responder ao que políticos, empresários, arquitetos, filósofos consideravam como uma desordem urbana. Nesse contexto, parte desses intelectuais construíram reflexões sobre as cidades que se situavam na dimensão da utopia. Fizeram isso articulando imagens do passado, do presente e do futuro das cidades, tendo o progresso como uma das ideias base<sup>246</sup>.

Esse pensamento também era perfeitamente compatível com a ideia de progresso que Manoel Dantas exprimia: as melhorias graduais, eventualmente, levariam à consolidação de uma sociedade perfeita, construída pelo emprego da técnica nas transformações materiais.

O momento em que essa ideia esteve mais evidente no pensamento de Dantas foi no dia 21 de março de 1909, quando um público de 240 natalenses, tomados pelo espírito da caridade e pela curiosidade, se deslocou ao Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte para ouvir uma conferência ministrada por ele, que prometia oferecer ao seu público uma visão do que seria *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Aquela era a segunda conferência feita com o objetivo de arrecadar fundos para os órfãos de Manoel Segundo Wanderley, médico, poeta e professor do Ateneu Norte-Rio-Grandense que falecera em janeiro daquele ano.

Dentro do conjunto de textos escritos por Manoel Dantas, essa conferência foi escrita, proferida e, posteriormente, publicada, no mesmo período em que ele escreveu a maior parte das crônicas da coluna *Coisas da terra*. Era o segundo mandato do governador Alberto Maranhão, um período no qual verificamos um grande otimismo pela realização de obras que o grupo dirigente considerava como símbolo da chegada do progresso em Natal – sentimento presente ao longo de todo o texto da conferência de Dantas.

---

<sup>246</sup> CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 5-7

No que diz respeito à conferência de Manoel Dantas, imaginar como a cidade seria cinquenta anos no futuro nos remete às categorias de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”<sup>247</sup>. São categorias que fazem referência, respectivamente, a um passado (experiência) e a um futuro (expectativa), que são articulados dentro de um determinado presente para construir um tempo histórico. Tomá-las como base para analisar os textos de Manoel Dantas nos permite perceber a maneira como essas temporalidades, passado e futuro, dirigiram ações concretas, tanto dele quanto do grupo político ao qual estava vinculado naquele momento.

Nossa preocupação aqui não está no fato de se ele acreditava ou não que Natal se tornaria exatamente daquele jeito que ele descreveu, ou ainda, se suas projeções se concretizaram ou permaneceram apenas como fantasia. Preocupamo-nos sim, com o que aquela narrativa demonstrava sobre o momento que foi construída, como Dantas situava aquele período em relação ao passado e quais as expectativas para o futuro que ele tinha, quais as estruturas políticas e sociais que mudariam e quais permaneceriam.

Neste capítulo, portanto, propomos uma análise da conferência *Natal d'aqui a cinquenta anos*, articulada com um outro grupo de textos de Manoel Dantas, as crônicas da seção *Coisas da terra*. Fazemos isso na tentativa de responder algumas questões. São elas: *Como a cidade do futuro, que Dantas imaginou na conferência, se relacionava com a cidade do presente, que ele descrevia nas crônicas? Qual o papel que uma descrição do futuro da cidade de Natal desempenhava dentro do projeto político do grupo dirigente do estado?*

Para isso, realizamos, primeiramente, um breve panorama sobre o pensamento utópico para compreender como as projeções de sociedades ideais tomaram a forma de projetos urbanos e de futuros idealizados. Em seguida, partimos para a análise da conferência, atentando para as imagens que Manoel Dantas construiu sobre o que teria sido o passado e sobre como seria o futuro da cidade de Natal. Encerramos com a comparação entre aquela cidade futura, tal como imaginada na conferência, e cidade que emerge, no plano da representação, das crônicas, ressaltando as semelhanças e as diferenças entre elas.

---

<sup>247</sup> KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: \_\_\_\_\_. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006. p. 305-327

### 3.1 SOBRE UTOPIAS, CIDADES E FUTUROS IMAGINADOS

A utopia surgiu como uma narrativa sobre uma sociedade perfeita e feliz. Essa narrativa tinha contornos políticos na medida em que propunha um discurso sobre o que faria com que uma cidade fosse justa para seus cidadãos. O termo veio da obra *Utopia*, publicada em 1516 por Thomas More. Essa designação tem origem no termo grego *topos*, lugar, acrescido do prefixo negativo *u*. A utopia seria, portanto, o não-lugar, ou, a alteridade absoluta em relação à realidade em que se vive. O termo também tem um sentido positivo advindo de outro prefixo, *eu*, usado para indicar justiça, bondade e abundância. Sendo assim, a utopia é, ao mesmo tempo, o lugar outro e o lugar perfeito<sup>248</sup>.

Em termos simples, a utopia consiste numa representação imaginada de uma sociedade que se opõe à existente<sup>249</sup>. Adentrando no campo das mentalidades, podemos dizer que uma mentalidade é utópica quando ela é incongruente como o estado da realidade na qual ela ocorre. Isso significa que a utopia se baseia na criação de objetos que não existem no momento em que ela é pensada, mas que cumprem a função de orientar ações no sentido da busca por uma superação da ordem social vigente. Essas ações, por sua vez, são incorporadas à conduta de um determinado grupo na busca por transformar aquele referido objeto em uma realidade plausível<sup>250</sup>.

Em geral, as utopias tendem a ser normativas, ou seja, opõem a realidade existente à uma representação de como ela *deveria* ser – uma oposição totalizante e, frequentemente, crítica a dita realidade. As utopias que apresentam uma visão de futuro tendem a ser uma resposta às angústias do presente, uma busca pela reconciliação de elementos da sociedade vistos como estando em desarmonia uns com os outros, tais como homem e natureza, indivíduo e sociedade, sociedade e Estado. O ato de afirmar a perfeição do outro lugar funciona como uma forma de propor uma ruptura com a realidade existente. A relação da utopia com essa realidade pode se dar de duas formas: primeiro, como a negação completa;

---

<sup>248</sup> CHAUI, Marilena. Notas sobre Utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 7-12, jul. 2008. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252008000500003](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500003)>. Acesso em: 14 abr. 2021. p. 7

<sup>249</sup> Ibid. p. 7

<sup>250</sup> MANNHEIN, Karl. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Londres; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979. p. 173-174

segundo como uma supressão dos elementos considerados negativos, acompanhada por um desenvolvimento dos vistos sob uma ótica positiva, na direção de um futuro diferente<sup>251</sup>.

Duas utopias nos ajudam a exemplificar as características dessas representações e suas relações com a sociedade dentro das quais foram pensadas. A primeira é a já mencionada *Utopia*, de Thomas More; a segunda, a *Nova Atlântida*, de Francis Bacon. Ambas podem ser consideradas como exemplares do pensamento utópico liberal-humanístico – que, a partir do século XVIII, consistiu na primeira forma de pensamento que projetou um objetivo infinitamente no futuro, funcionando como uma forma de orientar questões mundanas, uma utopia idealista que tinha sua base nas camadas médias da sociedade, nas classes burguesa e intelectual<sup>252</sup>.

A *Utopia* de More, seguindo os ideais humanistas, colocava o Homem no centro do pensamento, exaltava a razão e a capacidade humana de conhecer e transformar a realidade. More usou o artifício narrativo no qual a descrição da sociedade era feita por um viajante estrangeiro, uma forma de ressaltar o aspecto da alteridade. Essa obra apresentou alguns elementos que funcionaram como um modelo para os discursos utópicos posteriores. Para More, o fundamento da felicidade e da justiça na Utopia vinha das leis e da educação dos indivíduos de acordo com elas. A estabilidade institucional, social e política era fruto da obra de um legislador atuando para um povo novo, ainda não corrompido. Havia também uma identificação entre os indivíduos e o Estado, instaurando um consenso social e direcionando todas as vontades para um determinado fim. A cidade era arborizada, ampla, clara e limpa, com casa cercadas por jardins – era fruto de um planejamento urbano racional, capaz de organizar e submeter o espaço às exigências econômicas, sociais e políticas, sendo um símbolo da vitória do Homem contra a natureza.<sup>253</sup>.

A *Nova Atlântida*, de Francis Bacon, publicada postumamente em 1626, cinco anos após a morte do autor, tem algumas similaridades com a utopia da narrativa de More, mas diverge em alguns pontos significativos. O narrador da obra também é um viajante estrangeiro, que chegou à ilha de Nova Atlântida após um naufrágio. O ponto de maior destaque é a centralidade que essa obra confere ao conhecimento científico e às pesquisas tecnológicas como forma de superar os limites do que o ser humano era capaz e de assegurar

---

<sup>251</sup> CHAUI, Marilena. *Op. Cit.* p. 7-8

<sup>252</sup> MANNHEIN, Karl. *Op. Cit.* p. 197-199

<sup>253</sup> CHAUI, Marilena. *Op. Cit.* p. 9-10

a saúde e o bem-estar da população. Um lugar dirigido por sábios, onde todos os cidadãos eram cientistas, Nova Atlântida era uma utopia do progresso e da ciência, na qual a política deixava de ser o elemento decisivo nas vidas das pessoas, dando lugar ao conhecimento científico<sup>254</sup>. Essa obra serve como um marco para as utopias de ficção científica que surgiriam mais tarde, em meados do século XIX, como nas obras de Jules Verne e Albert Robida.

O lugar da política e o lugar da ciência são os principais pontos que diferenciam esses dois modelos utópicos. Ambos concebiam uma sociedade perfeita e justa para seus cidadãos, mas, para More, essa justiça dependia da política, vinha da figura central do legislador. Esse elemento político estava ausente na sociedade ideal de Bacon, onde os sábios se guiariam por meio do conhecimento científico. Ambos depositavam grande importância na educação como fator para alcançar a perfeição da sociedade. No caso da *Utopia*, essa educação deveria ser feita em conformidade com as leis elaboradas por um legislador justo. Em *Nova Atlântida*, a educação seria voltada para o aperfeiçoamento do conhecimento científico, com cada geração buscando superar a anterior.

As mentalidades utópicas continuaram se desenvolvendo para além do pensamento liberal-humanístico, incluindo as críticas a esse modelo. Os conservadores, por exemplo, consideravam que as ideias liberais-humanísticas eram vagas e sem concretude. A utopia conservadora, por sua vez, estava atrelada diretamente à realidade existente. Enquanto os liberais viam essa realidade de forma negativa, para os conservadores ela era a encarnação dos mais altos valores e significados. Essa concepção marcou o momento em que a utopia foi assimilada pela realidade, se tornou congruente com ela<sup>255</sup>.

A história das utopias passa por dois grandes desenvolvimentos durante o século XIX: primeiro, deixaram de ser um exercício intelectual para se transformarem em projetos políticos; segundo começaram a ganhar a forma de projetos urbanos. As utopias passaram a ser vistas como realidades concretas que estavam inseridas dentro do processo histórico. Seria possível deduzir racionalmente como seria uma utopia a partir do estudo das leis sociais que conduziam a história. A utopia ganhou ares de ciência, passou a incorporar elementos da

---

<sup>254</sup> Ibid. p. 10-11

<sup>255</sup> MANNHEIN, Karl. *Op. Cit.* p. 209



ideia de progresso: seria o ponto culminante para o qual a humanidade marchava, sua chegada seria inevitável pois era uma consequência das leis que regiam o processo histórico<sup>256</sup>.

Uma característica geral do pensamento utópico nos ajuda a compreender como as utopias passaram a ser representadas como projetos urbanos: eram uma forma de dar uma resposta à questão urbana enfrentada pelas cidades europeias no século XIX. A Revolução Industrial na Europa teve como consequência um grande crescimento demográfico nas cidades, que precisaram passar por transformações intensas para acomodar essa mudança no sistema de produção, principalmente nos transportes, serviços urbanos, na abertura de novas vias e na divisão dos espaços. Intelectuais que observaram e descreveram esse processo acreditavam que aquele era o início de uma “nova era”, que trazia um grande potencial transformador, mas cujas consequências eram desconhecidas<sup>257</sup>.

Para aqueles intelectuais, as mudanças constituíam um cenário de crise, uma vez provocavam um desgaste em diversas formas de orientação da vida social que estavam consolidadas e pareciam ser imutáveis: a representação do tempo deixou de ser regida pela natureza, o homem foi deslocado das vilas para morar nas grandes cidades industriais e perdeu a sua autonomia sobre seu processo de trabalho, se tornando apenas uma engrenagem na cadeia de produção<sup>258</sup>. As máquinas e a divisão do trabalho pareciam ter criado dois mundos completamente antagônicos dentro das mesmas cidades: os bairros ricos frequentados pelos homens de dinheiro e visitados por viajantes, e os bolsões de pobreza nos bairros destinados às classes trabalhadoras.

Quando Friedrich Engels, na introdução da sua obra *A Situação da Classe Operária na Inglaterra*, afirmou que “A história da classe operária na Inglaterra inicia-se na segunda metade do século passado, com a invenção da máquina a vapor e das máquinas destinadas a processar o algodão.”<sup>259</sup>, ele expressava justamente a ideia de que as máquinas estavam provocando uma transformação social: os tecelões estavam deixando o campo e se mudando para as cidades, transformando-se em operários, sem autonomia e independência na produção.

---

<sup>256</sup> CHAUI, Marilena. *Op. Cit.* p. 11

<sup>257</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Metrôpoles: As faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.

<sup>258</sup> *Ibid.* p. 38-40

<sup>259</sup> ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 45

É na obra de Engels que podemos encontrar algumas das descrições mais críticas sobre as cidades e a qualidade de moradia da população pobre. Se a concentração de pessoas após a Revolução Industrial tinha criado um cenário de prosperidade, como os milhares de navios no porto e a multidão de pessoas e veículos nas ruas principais, tudo isso tinha como contrapartida a miséria dos “bairros de má fama”, onde a classe operária vivia amontoada em habitações de um cômodo, respirando um ar viciado, sem acesso a água tratada e sujeitos a emoções fortes<sup>260</sup>.

Escrevendo em 1845, Engels via a cidade como lugar central do processo histórico e via a sua tendência centralizadora dentro de uma perspectiva revolucionária, catalizadora da ação coletiva em prol de um futuro diferente para a classe trabalhadora. Para Engels, a ordem da produção industrial gerava a desordem urbana, mas haveria um momento em que essa desordem não poderia mais ser contida, o que levaria à construção de uma nova ordem que superasse a anterior<sup>261</sup>.

A geração de intelectuais que precedeu Engels também enxergou aquela desordem urbana, mas lidou com esse quadro de maneira bem diferente. O historiador Thomas Carlyle, por exemplo, também estudou as condições de vida dos trabalhadores, mas considerava que os homens, reduzidos à condição de máquinas dentro da ordem de produção, seriam incapazes de intervir sobre os males sociais. Ele temia o potencial destruidor que poderia vir da revolta dos trabalhadores com suas condições de vida, por isso, defendia intervenções que pudessem devolver a integridade àqueles homens<sup>262</sup>.

E qual foi o papel da utopia diante desse quadro? A partir da virada do século XVIII para o XIX observamos o surgimento de propostas utópicas que buscavam usar princípios da ciência como forma de instituir uma nova organização social, apartada daquela ordem da produção industrial, mas que, assim como ela, se baseavam no paradigma do progresso técnico e científico.

Foi justamente a preocupação com a situação da classe trabalhadora que levou Robert Owen a construir um modelo de estabelecimento urbano ideal. Para ele, esses estabelecimentos deveriam comunidades semirurais com até 3000 pessoas, planejados de acordo com os princípios de ordem e higiene, configurando praticamente uma rejeição ao

---

<sup>260</sup> Ibid. p. 67; 137

<sup>261</sup> LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 19-20

<sup>262</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Op. Cit.* p. 50

modelo das grandes cidades industriais. Ele também acreditava que as invenções no campo da ciência e da tecnologia eventualmente levariam ao fim da pobreza e da miséria dos trabalhadores, pois seriam as máquinas que, no futuro, realizariam os trabalhos mais insalubres. Entretanto, Owen colocava a educação como condição primordial para a realização do progresso, pois era somente por meio dela que o homem poderia dominar as máquinas e obter os benefícios dos avanços técnicos<sup>263</sup>.

Charles Fourier também concebeu uma cidade organizada de acordo com preceitos científicos, cuja organização social se assemelhava a um maquinismo<sup>264</sup>. Seu modelo de cidade tinha como substrato uma concepção da história em etapas: as aglomerações humanas teriam passado por diferentes estágios de distribuição de espaço e recursos, dentre os quais ele detalhou três: um período bárbaro, de distribuição confusa e desordenada; um período de distribuição civilizada, mas simplista, ordenada apenas no exterior; um último período, de distribuição garantista, ordenada no exterior e no interior, obedecendo princípios de beleza e salubridade, que garantiria, o progresso social<sup>265</sup>.

Claude-Henri de Saint-Simon, por sua vez, tinha uma leitura mais otimista daquele cenário. Sua utopia era totalizante e dava centralidade a uma ciência positiva, com leis sociais que se baseavam na física newtoniana<sup>266</sup>. Saint-Simon defendia que a sociedade evoluiria a partir de mudanças pacíficas, progressivas e racionais. Escrevendo nas primeiras décadas do Oitocentos, ele defendia que o século XVIII fora crítico e revolucionário, e que o século XIX teria que ser inventivo e construtivo. Suas preocupações se concentravam em como organizar as instituições políticas em prol do trabalho e da produtividade. Seu pensamento deixou um grande legado na obra de seus seguidores, os chamados saint-simonianos, que se interessaram pelo uso da técnica no planejamento de estruturas em prol dessa sociedade voltada para a produção. Alguns deles se associaram à elite financeira europeia e estiveram à frente de obras que foram os primeiros exemplos de associação entre o capital financeiro e planejamento científico, incluindo obras públicas, como ferrovias, canais e sistemas de irrigação<sup>267</sup>.

---

<sup>263</sup> CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p. 61-64

<sup>264</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Op. Cit.* p. 48

<sup>265</sup> CHOAY, Françoise. *Op. Cit.* p. 67-68

<sup>266</sup> BRESCIANI, Maria Stella. *Op. Cit.* p. 47

<sup>267</sup> HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015 p. 93-101.

Essas propostas podem ser categorizadas dentro de um modelo *progressista*, ou seja, um modelo em que as cidades ideais eram vistas como resultantes de um longo processo de melhorias cumulativas a partir de um princípio base. Essa base vinha de uma concepção específica de homem e de razão: o homem deveria ser um indivíduo “independente de todas as contingências e diferenças de lugares e tempo, e suscetível de ser definido por em necessidades-tipos cientificamente dedutíveis”<sup>268</sup> – ou seja, os projetos se baseavam numa concepção universal de homem, que seria alcançada por meio da razão científica.

Esses utopistas construíram diversos projetos de cidade para o futuro, orientados pela ideia de progresso, acreditando que a razão, a ciência e a técnica seriam instrumentos pelos quais os homens resolveriam todos os problemas da sociedade e do meio em que viviam. Eles defendiam que estavam analisando as cidades dentro dos parâmetros de uma racionalidade técnica, portanto, os respectivos modelos que construíam seriam universais, podiam ser aplicados a qualquer agrupamento humano em qualquer tempo e lugar. Um projeto de cidade universal para um conceito de homem universal. A cidade, portanto, se tornava um objeto e, portanto, podia ser reproduzido – não tinha espaço ou tempo definidos, era um modelo ideal, uma utopia<sup>269</sup>.

Essas utopias projetadas sempre tinham algo a dizer sobre a questão urbana e suas ideias deram grandes contribuições para formação do caráter representativo da cidade, a ideia de que um bom governo deveria se espalhar nos modelos urbanos<sup>270</sup>. Uma geração seguinte de engenheiros e arquitetos, seguidores, sobretudo, de Saint-Simon e Fourier, desenvolveram vários projetos que fundiam as ideias desses pensadores na busca por oferecer soluções a problemas urbanos como os congestionamentos no centro de Paris, o crescimento desordenado e a crescente concentração de poder e capital nas mãos de uma elite financeira nas grandes cidades. Nomes como César Daly, Victor Considerant e Perreymond defendiam a necessidade de reorganização do espaço interno de Paris e que as melhorias no sistema de comunicação precisavam priorizar o estímulo à indústria e ao desenvolvimento urbano. Nos planos urbanos que produziram, deram forma prática aos ideais utópicos, se configurando em versões embrionárias das reformas feitas mais tarde em Paris por Haussmann, que se

---

<sup>268</sup> CHOAY, Françoise. *Op. Cit.* p. 8

<sup>269</sup> *Ibid.* p. 14

<sup>270</sup> HARVEY, David. *Op. Cit.* p. 93; 118.

tornaram exemplares da ideia de modernidade que passou a circular pelo mundo a partir dali<sup>271</sup>.

Apresentamos essas linhas gerais sobre o pensamento utópico e as cidades com o objetivo de demonstrar que os projetos urbanos que buscavam modernizar as cidades estavam, em última análise, enraizados em duas formas de pensamento: o utopismo e a ideia de progresso. Com o desenvolvimento do urbanismo como um novo campo do saber e a crescente circulação de conhecimentos ao longo da segunda metade do século XIX, os projetos urbanos receberam novas influências e assumiram formas diferentes, que também estiveram relacionadas a condições sociais específicas, como a política local, agentes de financiamento, a hierarquia da cidade dentro do sistema político e econômico etc. Mas inúmeros aspectos da modernização das cidades no Brasil e que estavam presentes no caso de Natal, podem ser encontradas no pensamento utópico: a crença no poder da técnica e da ciência para o aperfeiçoamento da cidade; de que a transformação da estrutura urbana era necessária para resolver problemas da ordem social; de que essas transformações marcavam uma era distinta da anterior; e a ideia de que a cidade tinha um caráter representativo do poder político.

Conforme se aproximava a virada do século XIX para o XX, crescia o otimismo da burguesia industrial por um futuro que seria cada vez melhor, enraizado na crença em melhorias constantes baseadas na técnica e na ciência, no qual a ciência acabaria com todas as incertezas e venceria o obscurantismo<sup>272</sup>. Dentro desse contexto, as obras de ficção científica que tentavam prever como seria o futuro das cidades no século que estava para se iniciar cresceram em popularidade. Esse discurso pode ser exemplificado pelas obras de autores como Jules Verne e Albert Robida, dois nomes a partir dos quais podemos traçar uma influência direta no pensamento de Manoel Dantas: ambos autores eram grandes referências da literatura naquele período e Dantas tinha livros de ambos em sua biblioteca particular, além de tê-los citado em seus textos<sup>273</sup>.

---

<sup>271</sup> Ibid. p. 116-122

<sup>272</sup> COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 11

<sup>273</sup> GALVÃO, Willian Pinheiro. *Biblioteca Manoel Dantas: acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Natal: IHGRN, 2012.

Verne pode ser considerado como o autor mais popular de seu período e também foi aquele que tinha mais livros na biblioteca de Dantas, somando um total de 16 obras, mais do que qualquer outro escritor. A maioria dos livros era formada por edições portuguesas importadas. A fama de Verne veio a partir da publicação de suas “viagens maravilhosas”, entre 1863 e 1905, cujas narrativas mobilizavam o conhecimento de diversas ciências, como História, Geografia, Geologia, Física, Oceanografia e Astronomia. Alguns elementos que estavam presentes na maioria dessas histórias eram os cientistas e invenções fantásticas que permitiam que os personagens realizassem feitos que, por mais que fossem impossíveis naquele momento, pareciam ser a consequência lógica dos mais recentes desenvolvimentos na ciência e na tecnologia, como viajar à lua, ao centro da Terra, o fundo do oceano, ou dar a volta ao mundo no curto espaço de tempo de 80 dias.

Verne chegou a escrever um romance intitulado *Paris no século XX*, no qual imaginava como seria a Paris do futuro, mais precisamente, no ano de 1960. A data, notadamente próxima daquela que Manoel Dantas escolheu para situar a sua projeção da Natal do futuro, poderia levar alguém que conhece a afinidade do intelectual norte-riograndense por Jules Verne a pensar que foi essa obra que o levou a imaginar como Natal seria em 1959. Mas esse não foi o caso. Esse romance foi escrito em 1863, bem no início da carreira de Verne, mas foi rejeitado pelo seu editor e permaneceu desconhecido por 131 anos, vindo a público somente em 1994, após ter sido encontrado por um bisneto do autor. Além disso, *Paris no século XX* destoava completamente das outras obras de Jules Verne: apresentava uma visão pessimista do futuro, no qual a sociedade teria avançado tecnologicamente, mas regredido em termos culturais. Foi um outro romance futurista que influenciou diretamente a Natal da conferência de Dantas: *Le Vingtième Siècle*, de Albert Robida.

Robida começou sua carreira ilustrando edições de luxo de autores como Balzac, e outras obras de temas como arquitetura e história urbana da França. Começou a escrever inspirado pelas obras de Verne. *Le Vingtième Siècle* foi o primeiro de uma trilogia de romances futuristas fartamente ilustrados que deram fama ao autor. Dantas tinha uma cópia em francês dessa obra. Uma grande diferença entre Verne e Robida (e que, argumentamos, faz com que o segundo tenha influenciado ainda mais a visão de Dantas do Futuro) era que este imaginava cenários em que as invenções da ciência estavam completamente inseridas

dentro do cotidiano das pessoas. A partir disso, Robida imaginava situações que funcionavam como uma maneira de especular como o desenvolvimento tecnológico mudaria as formas das pessoas se comportarem no dia a dia: a locomoção por tubos pneumáticos, ônibus aéreos, carros voadores; o lazer em palácios nas nuvens; o entretenimento familiar em um aparelho capaz de transmitir imagens chamado de “telefonoscópio”. Foi a Robida que Manoel Dantas fez referência naquele primeiro texto que publicou em 1901, imaginando como seria o novo século:

Robida escreveu uma fantasia sobre o século XX, quando na plena exuberância da sua vida, com os Estados Unidos da Europa, a igualdade de direitos do homem e da mulher, os transatlânticos aéreos, os tubos pneumáticos entre Paris e Nova York, e mostra-nos a vida elevada a um tal grão de superexcitação, chegada a uma actividade tão exaggerada que se julgarão felizes os que enlouquecem [...] <sup>274</sup>

A mensagem era de que as novas descobertas da tecnologia proporcionariam experiências cotidianas impossíveis até então, e que, com elas, viriam transformações sociais, tanto em termos políticos (a igualdade de direitos entre homens e mulheres), quanto no ritmo da vida cotidiana (a “superexcitação”, a “atividade exagerada”). Essa influência de Robida continuou presente na visão do futuro que Dantas apresentou na sua conferência.

A sociologia do início do século XX apontava para essa intensificação no ritmo da vida como uma das condições psicológicas que diferenciavam uma metrópole de uma cidade pequena <sup>275</sup>. Na metrópole, o indivíduo estaria sujeito a uma quantidade maior de estímulos nervosos, em contraste com a vida rural, na qual o conjunto sensorial das imagens fluiria mais lentamente. Outro contraste resultante seria o do indivíduo rural, mais apegado a emoções e sentimentos, e o indivíduo metropolitano, no qual predominaria o intelecto e a inteligência, que seriam dimensões da consciência mais adequadas para responder às rápidas mudanças de estímulos sensoriais da metrópole <sup>276</sup>. Uma das ramificações disso, era o domínio nas grandes cidades da economia monetária, uma vez que esta seria intrinsecamente vinculada ao domínio do intelecto <sup>277</sup>. Portanto, celebrar aquele “grão de superexcitação” da vida urbana revelava o desejo de que, no novo século, Natal deixasse para

---

<sup>274</sup> DANTAS, Manoel. *Século XX. A Republica*. Natal. 03 jan. 1901. p. 1.

<sup>275</sup> SIMMEL, Georg. *A metrópole e a vida mental*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 10-25

<sup>276</sup> *Ibid.* p. 12-13

<sup>277</sup> *Ibid.* p. 13

trás seus aspectos de província do interior para se tornar uma metrópole que estivesse adaptada ao ritmo do mercado dentro do capitalismo financeiro.

As utopias podem não chegar a se tornar uma realidade, mas, em algum momento, algum indivíduo imaginou como ela seria e aquela visão de um futuro e sociedade ideais encontraram ressonância em um grupo social e servem como base para projetos reais de transformações urbanas. Esses projetos não surgiam num vácuo: baseavam-se em ideias que circularam em um ou vários locais. Além disso, cada projeto apresenta uma relação com a visão existente sobre o passado e o presente de um espaço ou sociedade. São essas as relações que buscamos compreender nos tópicos seguintes, a partir da análise da visão de um futuro ideal que Manoel Dantas apresentou a seus mais de 200 espectadores que, naquele 21 de março de 1909, queriam saber o que esperar dos 50 anos seguintes da cidade de Natal.

### 3.2 OS TEMPOS DE NATAL

Nossa análise da conferência *Natal d'aqui a cincoenta annos* se baseia no folheto de 23 páginas publicado pela tipografia do jornal *A Republica* pouco tempo depois do evento no Palácio do Governo. Ressaltamos que, por mais que estejamos analisando um texto impresso, ele não foi concebido inicialmente para ser dessa forma. Trata-se de uma conferência, ou seja, um texto feito para ser apresentado oralmente perante um público específico em uma determinada ocasião e que, em algum grau, carrega marcas da dinâmica entre o orador e o público.

Ressaltamos que a conferência de Manoel Dantas foi a segunda de um ciclo organizado após a morte de Segundo Wanderley. A primeira delas acontecera um mês antes, em 20 de fevereiro, ministrada por Eloy de Souza, com o título *Costumes Locaes*. Tratava-se de uma narrativa sobre hábitos que fizeram parte da história da população natalense, ao mesmo tempo em que o autor constatava que eles estavam se transformando rapidamente naqueles últimos anos: “Ao observador, porém, não escapará que de cinco anos a esta parte, Natal perdeu por assim dizer, repentinamente, costumes que pareciam inveterados, sucedâneos em harmonia com as necessidades espirituais de seus habitantes”<sup>278</sup>.

---

<sup>278</sup> SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*. Natal: Sebo Vermelho, 1999. p. 40



Apesar de haver um certo lamento do autor pela perda dessa “harmonia”, como se as transformações nos hábitos estivessem apagando traços da identidade dos natalenses, Eloy de Souza encerrou a conferência com uma esperança pelo futuro, afirmando que aquela também era uma oportunidade para um “renascimento” da cidade: “Por toda parte a visão da agonia do velho Natal, mas por toda parte também, a visão do seu renascimento, toda uma fase de glória que surge nas aspirações da mocidade de hoje, confiante no futuro desta generosa terra [...]”<sup>279</sup>

Os temas das conferências se complementavam. Enquanto uma se debruçava sobre hábitos do passado e constatava a transformação deles no presente, a outra se voltava para o futuro da cidade, mas, como veremos, mantendo essa projeção enraizada nas transformações do presente. O objetivo das conferências era arrecadar fundos para a família do poeta falecido. Na capa da primeira edição do folheto de *Natal d’aqui a cincoenta annos* há uma inscrição, “Patrimônio dos órfãos de Segundo Wanderley”, o que sugere que a publicação do texto também visava a arrecadação de fundos.

As informações sobre a data (21 de março de 1909) e o local de realização (salão de honra do Palácio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte), estão estampadas na primeira página do folheto. O tamanho do público (“mais de 240 pessoas”) é mencionado no texto pelo próprio conferencista, que, provavelmente, se baseou no número de ingressos vendidos para a ocasião ou na capacidade do salão em que a conferência aconteceu<sup>280</sup>. A publicação posterior no formato de livreto sugere que houve um interesse considerável pelo texto apresentado, seja ele advindo de comentários dos próprios espectadores, seja impulsionado pela posterior divulgação no jornal *A Republica*, ou um misto entre ambos.

Podemos dizer que o texto da conferência tem um começo um tanto abrupto. Eis o primeiro parágrafo: “Creio que todos os senhores e senhoras minhas, que o espirito de philantropia condemnou a ouvirem-me, conhecem O BLOCO.”<sup>281</sup>. *O Bloco* ao qual Dantas se referiu foi um jornal sem periodicidade definida que circulou entre 1906 e 1909 e, posteriormente, em 1916. Era de propriedade de José Mariano Pinto, cronista que acumulou cargos em diferentes jornais da cidade, escrevendo tanto em jornais governistas, como *A Republica*, quanto de oposição, como o *Diário de Natal*. *O Bloco* se configurou como um

---

<sup>279</sup> Ibid. p. 46

<sup>280</sup> DANTAS, Manoel. *Natal d’aqui a cincoenta annos*. Natal: Typ. d'A Republica, 1909. p. 1; 4-5.

<sup>281</sup> Ibid. p. 3. Destaque do autor.

veículo de críticas a figuras das classes alta e média natalense, incluindo membros do grupo dirigente, como Eloy de Souza, José Augusto e o próprio Manoel Dantas<sup>282</sup>.

O conferencista revidou na mesma moeda, fazendo sátira do “conselheiro Accacio”, editor-chefe daquele jornal: “Si tivesse surgido dez annos atraz, seria um conselheiro *fin de siècle*. Agora, na incerteza de o vermos chegar ao fim da era em que vivemos, podemos chrismal-o um conselheiro *smart, dernier cri*.”. Quanto às críticas que recebia daquele jornal, Dantas afirmou que: “si [o escrevinhador das *Coisas da terra*] fosse dado à esgrima e não temesse o art. 307 do Cod. Penal, já teria inspeccionado as banhas do conselheiro... a ponta d’espada.”<sup>283</sup>.

Manoel Dantas decidiu imaginar como seria a Natal do futuro a partir de uma das sátiras que *O Bloco* dirigia a Braz Contente (pseudônimo que Dantas usava para escrever a coluna *Coisas da Terra*). Segundo o jornal, Braz Contente teria prometido oferecer um picnic. Dantas, por sua vez, afirmou que “Braz Contente” nunca tinha feito tal promessa, mas que, da sua parte, tinha plenos poderes para realizar tal festa – acrescentando apenas um detalhe: o picnic seria realizado no ano de 1959. Essa é a moldura que envolve a conferência. Descrever a Natal do futuro foi um exercício que Dantas fez como forma de rebater críticas políticas veiculadas na forma de sátira pela imprensa oposicionista.

Também vemos sinais de familiaridade entre o conferencista e seu público: não foram necessários cumprimentos ou introduções, Dantas apenas mencionava aqueles nomes (*O Bloco*, conselheiro Accacio, Braz Contente) e isso já bastava para que os espectadores os reconhecessem. Se Dantas se sentia à vontade para comentar e rebater as sátiras políticas, podemos concluir que ele e o público (ou, pelo menos, a maioria dele) não pertenciam apenas ao mesmo grupo social, mas também compartilhavam das mesmas afinidades políticas, eram correligionários. O fato de que a conferência se deu no recinto do Palácio do Governo estadual e de que o texto foi publicado pela tipografia do jornal oficial do partido que comandava o governo reforçam essa interpretação.

---

<sup>282</sup> Na conferência, Dantas afirma que as críticas se estendem ao “escrevinhador das *Coisas da Terra*” (p. 4), ou seja, o próprio Manoel Dantas, sob o pseudônimo de Braz Contente. As informações sobre *O Bloco* foram retiradas de: MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987*. São Paulo: Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987. p. 104-105

<sup>283</sup> DANTAS, Manoel. *Op. Cit.* p. 3-4. Destaques do autor.

Foi essa familiaridade misturada ao espírito de sátira que permitiu que o conferencista convidasse todo o público de 240 pessoas ali presentes para o que ele chamou de uma “festa íntima”, o tal pic-nic que se realizaria dali a 50 anos, na Natal de 1959. Esse convite tinha dois elementos excêntricos que buscamos destrinchar: o primeiro, e mais óbvio, era a data, muito longe no horizonte daquelas pessoas; o segundo, era a ideia de que seria possível realizar uma “festa íntima” para aquela quantidade de pessoas.

O próprio Dantas reconhecia essas excentricidades e, em diferentes trechos, demonstrou que já previa parte da reação do público. Sobre a data da festa, ele lançou um desafio: “A este senhor que fita-me com olhos incrédulos, a este outro que sorri com ares de mofa, direi que si Natal não for a cidade que tenho descripto, aguarde-se para tirar a prova em 1959.”<sup>284</sup>. Esse desafio parecia extrapolar os limites da plateia e se dirigir a membros da oposição ao governo (que, como vimos, também eram interlocutores de Dantas). Além disso, levando em conta a expectativa de vida no início do século XX, imaginar a cidade 50 anos no futuro era quase uma garantia de que ele não fosse precisar prestar contas de nada do que projetou, o que dava a ele uma certa margem para a imaginação.

No que diz respeito à quantidade de convidados, Dantas deu sequência ao convite afirmando que:

Antigamente, dizia-se: nas festas íntimas, sentam-se á mesa nem mais de dez, nem menos de cinco. Mas, a quatro do corrente, não vimos nós um almoço íntimo de mais de cincoenta talhéres [...] Estabelecendo a progressão, não é de admirar que, em 1959, 240 seja o numero dos convivas consagrado para os regabofes íntimos.<sup>285</sup>

De certa forma, esse número de convidados, nos dá uma primeira ideia do tipo de raciocínio que Manoel Dantas utilizou para pensar o futuro da cidade. A palavra-chave para entendê-lo é “progressão”. No entendimento do autor: no passado, uma festa íntima reunia uma quantidade pequena de pessoas, no máximo dez; com o passar do tempo, esse número aumentou, chegando a 50 naquele início de século XX; conseqüentemente, esse número continuaria aumentando ainda mais no futuro, até atingir os 240 espectadores daquela conferência. Para Dantas, o futuro traria uma continuidade dos desenvolvimentos que ele observava no presente, com melhorias cumulativas e graduais.

---

<sup>284</sup> Ibid. p. 19

<sup>285</sup> Ibid. p. 5

As formas como os indivíduos podem conceber a relação entre os diferentes tempos (passado, presente e futuro) são diversas e mediadas por conceitos. Aqui, podemos retomar a formulação, que já apresentamos neste trabalho, do progresso como uma síntese do passado e uma profecia do futuro: “[...] a ideia de progresso acredita que a humanidade avançou do passado [...] continua agora avançando e deverá ainda avançar através do futuro que possa ser previsto”<sup>286</sup>. Nesse sentido, percebemos que essa noção de “progresso” era o que mediava a relação entre aqueles tempos para Manoel Dantas.

Podemos dizer que a Natal do futuro que Dantas imaginou, mesmo que usando elementos da sátira e da fantasia, se configurava no “horizonte de expectativa”, ou seja, o futuro que era possível prever naquele momento e que revelava vontades, desejos e inquietudes sobre aquele presente. Mas, por si só, a descrição de um futuro esperado não constitui uma narrativa completa, sem que haja um discurso sobre o passado da cidade, os acontecimentos que o narrador considerava relevantes e que foram incorporados em seu discurso, delimitando, assim, o “espeço de experiência” a partir do qual Dantas estava narrando<sup>287</sup>. Novamente, reforçamos que não nos preocupamos com o fato da narrativa encontrar ou não respaldo na realidade histórica, mas com o que ela pode nos revelar sobre o momento em que foi construída e a perspectiva de seu autor sobre seu passado e seu futuro.

Essa dimensão do discurso sobre o passado da cidade é um aspecto frequentemente ignorado em outros trabalhos que analisam a conferência de Manoel Dantas, mas que também está presente em uma seção do texto: a narrativa que Dantas construiu sobre a fundação da cidade de Natal. É importante nos atentarmos a esse trecho pois ele nos revela a forma como o autor lia e interpretava o passado da cidade.

O mito de origem tem início no momento Jerônimo de Albuquerque, em busca de um local para fundar uma cidade em homenagem ao nascimento de Jesus, no dia 25 de dezembro, encontrou uma criança na borda da barra do rio Potengi, que apontou um porto seguro na margem do rio. “E a cidade surgiu nesse mesmo dia, á sombra da Cruz, em honra do Senhor.”<sup>288</sup>. Entretanto, se a cidade teria surgido envolta de uma promessa de um futuro grandioso, ele não teria se concretizado. “O odio, a vingança, a cubiça, substituíram a virtude, a paz e o amor [...] Mas a semente plantada na terra dantes abençoada foi medrando, foi

---

<sup>286</sup> BURY, J. B. *apud* NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Ed. UNB, 1985. p. 16-17

<sup>287</sup> KOSELLECK, Reinhart. *Op. Cit.* p. 305-327

<sup>288</sup> DANTAS, Manoel. *Op. Cit.* p. 9

medrando, e travouse, dentro em breve, a lucta da vida que desponta contra a areia do deserto que asphixia.”<sup>289</sup>.

A cidade de Natal seria essa semente, plantada em uma terra abençoada, mas que não pôde prosperar e cumprir a promessa original devido as disputas políticas e as dificuldades impostas pelo meio físico, que teriam impedido o desenvolvimento da cidade. Isso até que houve um momento de virada, quando aquela criança, a mesma “que guiara a bordada da não de Jeronymo de Albuquerque” teria subido em um dos morros da cidade e gritado “Surge et ambula!”<sup>290</sup>. Essa é uma expressão latina que significa “ergue-te e anda”. Seu significado tem conotações bíblicas: são as palavras que Jesus teria dito para curar um paralítico segundo o evangelho de Mateus. Portanto, dentro do discurso de Dantas, essas palavras tinham um sentido metafórico: a cidade era como o paralítico, entregue à própria sorte e sem capacidade de se desenvolver, até que um retorno ao espírito original da sua fundação, na forma da criança que guiou Jeronymo de Albuquerque, lhe devolveu as faculdades necessárias para caminhar “a passos de gigante”, segundo o texto. A partir de então, a cidade teria experimentado um grande desenvolvimento, começado a cumprir a promessa de sua fundação, passando a ser visitada e admirada por todo o mundo.

A narrativa de Dantas nos demonstra que ele via três momentos distintos no passado da cidade de Natal: a fundação, com a promessa de futuro grandioso; um longo período sem desenvolvimento; e uma ruptura que permitiu que a cidade voltasse ao caminho original e se desenvolvesse. Perguntamo-nos agora: a quais períodos da história da cidade esses momentos da narrativa correspondem?

Um trecho que vem logo em seguida nos fornece uma pista: “*Rainha das dunas*, denominam-a os poetas que não precisam mais de *habeas-corpus* preventivo para cantar a realeza, mesmo duma cidade, tão apagadas se acham já no coração do povo as vagas reminiscências dos tempos da monarchia.”<sup>291</sup>. Nessa passagem, há um contraste entre uma Natal que era cantada por poetas e a memória do que a cidade era durante a monarquia, o que revela um desdém do autor por esse período da história.

Vemos, portanto, mais uma iniciativa de Dantas para a consolidação da narrativa republicana sobre a cidade de Natal, que vimos no capítulo anterior. Dantas atribuiu o

---

<sup>289</sup> Ibid. p. 10

<sup>290</sup> Ibid. p. 10

<sup>291</sup> Ibid. p. 11. Destaques do autor.

desenvolvimento da cidade à ruptura com o antigo regime monárquico, ideia que foi repetida em várias ocasiões, mas mensagens oficiais de governadores como Pedro Velho e Tavares de Lyra: a cidade teria sido abandonada durante a Monarquia, foi preciso a chegada da República para que ela pudesse vivenciar o progresso.

Apenas dois anos depois, Tavares de Lyra escreveria uma obra intitulada *O Rio Grande do Norte em 1911*, publicada no ano seguinte. Nela, o ex-governador do estado fez uma referência aos “melhoramentos urbanos” em Natal, afirmando que:

Natal, que tem mais de tres seculos, era, não ha mais de vinte annos, uma pequena cidade atrasada, sem hygiene, sem conforto, sem movimento, sem vida, apesar de sua excepcional posição topographica. [...] A transformação da Capital começou com o novo regimen. Tem sido obra de todos os Governadores do Estado. Os primeiros melhoraram todos os edificios publicos [...] mandaram demarcar a Cidade Nova, calçaram diversas ruas, augmentaram a illuminação.<sup>292</sup>

É importante atentarmos para o marco temporal que o autor aponta para diferenciar a cidade atrasada, sem higiene e sem conforto, da cidade transformada pelas obras urbanas: “ha mais de vinte annos”. A diferença entre as cidades era a diferença entre a monarquia e a república. As constantes referências à monarquia no discurso de membros do Partido Republicano, tinha uma função retórica:

por um lado servia para instituir uma diferença entre dois distintos modos de agir dos governantes em face dos problemas estruturais do Rio Grande do Norte; por outro lado, [...] [era] o álbi que consistia em recordar a todo momento o estado ruinoso em que o regime caído havia deixado o Rio Grande do Norte, dessa forma superestimando, aos olhos dos leitores (e dos eleitores) o fardo colocado sobre os ombros dos republicanos.<sup>293</sup>

Analisando a cidade do futuro que Dantas imaginou na conferência a partir desse referencial, podemos, então, afirmar que a alusão à cidade da monarquia servia: a) para demonstrar a superioridade das políticas de intervenção urbana do republicanos, que seriam os únicos capazes de realizar as ações necessárias para fazer com que aquele futuro imaginado se materializasse; b) para apontar previamente as razões pelas quais aquelas previsões poderiam não ser plenamente realizadas tal como prometido (vide o tamanho do fardo deixado).

---

<sup>292</sup> TAVARES DE LYRA, Augusto. *O Rio Grande do Norte em 1911*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1912. p. 417

<sup>293</sup> ARRAIS, Raimundo; ROCHA, Raimundo Nonato. Estudo introdutório. In: TAVARES DE LYRA, Augusto. *O Rio Grande do Norte em 1911*. Natal: Jovens Escribas. [no prelo] p. 20

Mas havia ainda um outro elemento nessa narrativa. A ruptura com o sistema de governo anterior era, ao mesmo tempo, um retorno ao que a cidade deveria ter sido desde sua fundação, tendo em vista que, com a República, o Rio Grande do Norte passou ao comando político dos Albuquerque Maranhão, que evocavam tanto a memória do fundador, Jerônimo de Albuquerque, quanto dos republicanos do movimento de 1817, na figura de André de Albuquerque, tal como Pedro Velho fez nos folhetos de propaganda do Partido Republicano, que circularam em 1889, logo após sua fundação<sup>294</sup>.

Nessa narrativa, o passado recente da monarquia se constitui como o “espaço da experiência”, representando, para Dantas, aquilo que uma cidade não deveria ser, refém do meio físico e imersa em intrigas políticas que impediam o seu desenvolvimento. A construção desse passado da cidade era o que legitimava a atuação dos republicanos naquele momento em que Dantas escrevia. Ao mesmo tempo, a imagem do futuro se constituía daquilo que o autor desejava que a cidade fosse em termos de estrutura material: repleta de prédios com terraços e jardins, vários meios de transporte que incorporavam novas tecnologias e ligavam Natal ao restante do mundo, atraindo viajantes de todas as partes.

Quando analisamos quais eram as estruturas materiais da cidade do futuro que Dantas escolheu descrever, podemos compreender melhor qual era o “horizonte de expectativa” que ele vislumbrava. Todas elas eram extrapolações imaginativas de reformas urbanas que estavam acontecendo naquele 1909: os serviços de reequipamento do porto, a construção de ferrovias, o ajardinamento de praças – várias obras que, como vimos no capítulo anterior, tinham sido celebradas como símbolos materiais do progresso no estado. Podemos dizer, então, que a imagem que Dantas construiu da Natal de 1959 representava uma continuidade da administração que teria tornado aquelas obras possíveis, uma perpetuação do projeto político republicano que teria efetivado o progresso no Rio Grande do Norte.

Para aprofundarmos essa relação entre a Natal do início do século XX e a que Manoel Dantas imaginou 50 anos no futuro, buscamos, no tópico a seguir, analisar conjuntamente a conferência, as crônicas *Coisas da terra* e outros documentos que abordavam a situação em que a cidade se encontrava naquele período em que a conferência foi escrita. Nosso objetivo

---

<sup>294</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. Partido Republicano do Rio Grande do Norte. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). *Antologia de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 11

foi demonstrar os pontos em que essas cidades se aproximavam e aqueles em que divergiam para, com isso, elucidar as expectativas que Dantas tinha pelo futuro.

### 3.3 MANOEL DANTAS ENTRE O PRESENTE E O FUTURO DE NATAL

Apesar da narrativa que buscava demonstrar a superioridade da capital estadual sob a administração do governo republicano, a Natal de 1909 ainda estava longe de ser a cidade dos sonhos de Manoel Dantas. A coluna *Coisas da terra* funcionava frequentemente como uma crítica a tudo que Dantas via como problemático, numa busca para corrigir aquele quadro, incentivando mudanças nos comportamentos ou defendendo a necessidade de obras que corrigissem problemas materiais.

Na crônica que publicou em 14 de maio de 1908, Dantas abordou o problema da ligação de Natal com os centros econômicos do interior do estado:

A dispersão dos nossos centros economicos e commerciaes tem sido um mal para o Rio Grande do Norte.

Em vez da Capital ser o ponto de convergencia de todas as forças economicas do Estado, vemos que a zona do Seridó gravita quasi toda em redor da praça do Recife, como todo o alto sertão é tributario da praça de Mossoró, ficando extraordinariamente reduzidas as relações com a capital.<sup>295</sup>

Ele se referia ao problema que também era abordado nas mensagens dos governadores: o isolamento geográfico de Natal, sua pouca ligação com outros centros econômicos, mesmo aqueles dentro do estado, sobre os quais, por sua posição de capital, deveria exercer maior influência. Era daí que vinha a necessidade das vias de ligação com os centros produtores e dos serviços de reequipamento do porto de Natal.

Na mensagem que Alberto Maranhão proferiu no ano de 1909, o então governador do estado considerou que as secas periódicas eram um dos problemas que mais causavam preocupação e enumerou algumas ações que seriam necessárias, de acordo com especialistas da área, como a construção de açudes e barragens, a abertura de rios permanentes, a perfuração de poços e a construção de vias de comunicação viárias e ferroviárias, ligado os centros produtores aos portos da capital. Encerrou essa seção da mensagem da seguinte forma: “Devido a esses esforços e á bôa vontade do poder publico federal, temos em

---

<sup>295</sup> DANTAS, Manoel. *Coisas da Terra*. A *Republica*, Natal, 14 mai. 1908.



andamento os importantíssimos serviços do melhoramento do porto desta cidade e da construção da estrada de ferro central, além do serviço de açudagem e irrigação [...]”<sup>296</sup>.

Voltemos agora à conferência. A passagem a seguir consiste numa parte da descrição que Dantas fez de como ele imaginava que Natal seria 50 anos no futuro. A citação é longa, mas também rica na quantidade de elementos que se relacionam com o que estamos analisando nesses outros documentos. Disse ele:

Do outro lado do Potengy, cortado de pontes, surge uma cidade immensa, ou antes, estendem-se filas de armazéns, oficinas, docas, casas de negocio, albergues, estalagens, casas de campo. E’ Natal que se atira nos braços do sertão, conquistado pela Estrada de Ferro Central. Alli vem as gentes do interior, queimadas pelo sol, porem confiantes do seu valor, fortes na sua riqueza. A seca desapareceu, ou, por outra, o homem venceu a seca, neutralizando-lhe os effeitos. A Estrada de Ferro Central foi a primeira etapa dessa lucta homérica. [...]a agua séca no leito dos rios; porem o homem sabe aproveitar a riqueza accumulada nos açudes e vae buscar no centro da terra a agua fertilisante.

Em 1915, quando o successor do conselheiro Affonso Penna, attendendo aos reclamos imperiosos dos nossos representantes, resolveu mandar construir o açude «Gargalheiras», o resultado dessa obra foi tão assombroso que determinou a organização de um poderoso sindicato de capitalistas norte-americanos para a exploração da grande açudagem.<sup>297</sup>

Podemos observar que Dantas estava comentando ponto a ponto cada um daqueles problemas que a cidade enfrentava, abordados na mensagem do governador e nas crônicas do próprio Dantas.

O problema da ligação de Natal com o interior do estado seria resolvido por meio da construção da Estrada de Ferro Central, que teve sua primeira etapa inaugurada em 1906 e continuava sua expansão em 1909. Como já vimos, a estrada de ferro se configurava como um dos símbolos da realização do progresso no estado por meio da atuação do governo dos Albuquerque Maranhão. Além disso, fazia parte de uma série de investimentos que representavam a inserção de Natal naquele fluxo do capitalismo financeiro em expansão, processo que provocava uma reorganização do espaço para melhor acomodar as etapas da produção. Nesse sentido, o sistema de estradas deveria promover a circulação e também controlar a produção, estabelecendo a ligação entre os centros produtores no interior do estado, e a capital, que também cumpria a função de cidade-porto.

---

<sup>296</sup> MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1909. p. 20-22. Disponível em: <<http://ddsnxt.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 maio. 2021.

<sup>297</sup> DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Natal: Typ. d'A Republica, 1909. p. 15-16

O isolamento da cidade de Natal em relação ao restante do estado comprometia tanto a circulação da produção quanto o status de capital da cidade, pois parte dos produtos do interior acabava indo para os portos de outros estados, como Paraíba e Pernambuco, o que tinha consequências negativas na arrecadação de impostos pela alfândega. A organização e a hierarquização do espaço, ou seja a delimitação das atividades entre as cidades dentro do estado, bem como a construção de uma estrutura material que fomentasse essa dinâmica, era um problema de primeira ordem para o grupo dirigente republicano, que era formado tanto por figuras da capital, com os Albuquerque Maranhão, quanto do interior, com os Bezerra de Medeiros, que usaram do aparelho estatal para captação de recursos para empreendimentos como os serviços de reequipamento do porto de Natal e para a construção de ferrovias e estradas de rodagem<sup>298</sup>.

Apenas cinco anos mais tarde, Manoel Dantas, juntamente com outras figuras do grupo dirigente do estado, como Alberto Maranhão, Eloy de Souza, José Augusto e Juvenal Lamartine, estaria entre os 104 acionistas que formavam a sociedade anônima responsável pelo investimento na construção da Estrada de Automóveis do Seridó que, tal como a Estrada de Ferro, era mais uma iniciativa para evitar a dispersão da produção do interior do estado, fazendo-a convergir para a capital<sup>299</sup>.

Sendo assim, fazia todo sentido que, na conferência, Dantas celebrasse que o açude Gargalheiras seria uma construção tão grandiosa que viria acompanhada por investimentos de capitalistas norte-americanos para a exploração da açudagem. Havia um entusiasmo pela realização de grandes obras que representariam a redenção do estado: o capital proporcionaria a vitória da técnica sobre as dificuldades impostas pela natureza – natureza essa que era um dos elementos que impediam que aquela “semente” original, do mito de origem, prosperasse. Por isso que, na Natal do futuro, as estradas, a abertura de açudes e a

---

<sup>298</sup> Sobre os investimentos nas vias de transporte fluvial e nas ferrovias, cf. RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Sobre os investimentos para a construção da estrada de rodagem, cf. SILVA, Fagner David da. *Traçando caminhos e ligando espaços: as estradas do Rio Grande do Norte e o automóvel (1914-1934)*. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Sobre os serviços de reequipamento do porto, cf. JOBIM, Khalil. *Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

<sup>299</sup> SILVA, Fagner David da. *Op. Cit.* p. 54

perfuração de poços resolveriam o problema das secas periódicas, constante reclamação dos governadores.

Continuando a leitura das crônicas, podemos constatar outras ocasiões nas quais Manoel Dantas narrou cenas cotidianas que observava e as usou como referência para imaginar a Natal do futuro. Novamente, se ele diagnosticava um problema no presente, o mesmo já teria sido resolvido em 1959. Nesta publicação, de 27 de setembro de 1907, Dantas imaginou como seria a passagem de um viajante que aportaria em Natal para uma visita:

O forasteiro que aporta pela primeira vez a Natal [...] Esquece tudo, dispensa complacientemente o nenhum conforto das hospedarias, tem um gesto de resignação para o calçamento a magoar-lhe os calos, bebe reverente e agradecido as gottas de suor que a falta de transporte faz lhe porejarem na testa [...] <sup>300</sup>

O ponto de vista que o autor adota na crônica é importante para a análise: Era um forasteiro, um estranho àquela cidade, sem laços afetivos com o local. Essa foi a mesma perspectiva que seu antigo colega de redação do jornal *A Republica* e ex-governador do estado, Antonio de Souza, usou para descrever Natal num texto de 1899 que mencionamos no capítulo anterior, afirmando que um estrangeiro (ou um “brasileiro do sul”) que estivesse visitando não veria algo digno de ser uma capital marítima, mas que lembraria mais uma vila do interior <sup>301</sup>.

O narrador viajante foi um artifício literário constituinte da literatura em prosa brasileira a partir das décadas de 1830 e 1840. Primeiramente, aparecia como um indivíduo que escrevia descrições de paisagem e colhia anedotas que constituíam os relatos de viagem. Depois passou à posição de cartógrafo, historiador, cronista de costumes diferentes. O viajante era caracterizado como um indivíduo que tinha um olhar de fora, que estava deslocado em relação ao que descrevia <sup>302</sup>. Nos exemplos que apresentamos, Manoel Dantas e Antonio de Souza estavam completamente inseridos nas sociedades que se propõem a descrever, no entanto, usam o narrador viajante para promover a sensação de deslocamento nos leitores. É como se os próprios moradores da cidade (que eram, em parte, o público leitor dessas crônicas e, também, alvo das críticas por seus comportamentos considerados

<sup>300</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da Terra. *A Republica*, Natal, 27 set. 1907

<sup>301</sup> FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potyguar*. Natal: Sebo Vermelho, s/d (edição fac-similada do original publicado na Revista do Rio Grande do Norte, Natal, 1899). p. 9-12

<sup>302</sup> SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 20-21; 277-280

antiquados), pelo apego que tinham à sua terra, não fossem capazes de perceber aqueles problemas. Cabia ao cronista, que se colocava numa posição superior, trazer à tona tudo aquilo que era inadequado a uma cidade moderna.

No trecho da crônica de Dantas, podemos observar alguns elementos que configuram as maiores dificuldades que um viajante encontraria e que, naquele contexto, serviam como exemplo dos problemas que o autor via na cidade. Seriam eles: a falta de hospedagens que oferecessem algum conforto, o mau calçamento das ruas e a falta de transporte adequado para transitar pela cidade.

Agora vejamos o trecho da conferência em que Dantas imaginou como seria a ida ao pic-nic 50 anos no futuro, ao qual ela estava convidando seu público:

Para irmos ao *Perigo Imminente*, ha somente a dificuldade da escolha nos meios de transporte: tubos pneumáticos, aeroplanos, tramways e ascensores electricos. Muitos preferirão, nesse dia, o *calcante pede*, para se recordarem com saudade das delicias antigas da Ferro-Carril, com seus pregos e seus horários.

O *Natal-Palace*, com seus terraços e jardins suspensos, abrangendo uma area de alguns kilometros quadrados, apresenta constantemente uma animação extraordinária. Na vespera, estopou pela primeira vez na estação monumental da praça Augusto Severo o trem da estrada de ferro transcontinental que, partindo de Londres [...] vem terminar em Natal.<sup>303</sup>

A superação dos problemas começava pela escolha do local do pic-nic. Natal era uma cidade cercada de dunas, tanto na costa oceânica quanto em partes do interior do território. O Perigo Imminente ao qual se dirigiriam os convidados era o nome que Manoel Dantas deu a uma dessas dunas que, devido a ação dos ventos, despejava areia nas casas situadas no bairro da Cidade Nova, projetado em 1902 para servir como residência para os mais abastados da cidade, cujas avenidas largas e arborizadas foram batizadas em homenagem aos presidentes republicanos. O nome da duna era mais uma das brincadeiras do cronista: vinha do título de uma matéria que ele escreveu para *A Republica* em que denunciava a suposta ameaça que o morro representava para o novo bairro. Em um trecho anterior da conferência, Dantas confessou para o público que a matéria tinha sido redigida apenas para suprir a falta de notícias relevantes no dia daquela publicação.

No entanto, o temor causado pela imagem da natureza invadindo o espaço de um bairro que tinha sido projetado para ser o reflexo da ordem republicana na cidade tinha

---

<sup>303</sup> DANTAS, Manoel. *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Natal: Typ. d'A Republica, 1909. p. 11

algumas implicações a mais do que Manoel Dantas deixava revelar. Em janeiro de 1904, o jornal *A Republica* trazia uma notícia sobre a descoberta arqueológica da cidade de Bockharan, no Azerbaijão. Pela descrição contida no jornal, Bockharan era uma cidade subterrânea, escondida e isolada por uma cadeia de montanhas<sup>304</sup>. Essa matéria parecia ser um alerta para o grupo dirigente, afinal, assim como Bockharan, Natal estava cercada, não por uma cadeia de montanhas, mas por dunas que levavam areia às casas e deixavam a cidade isolada do restante do estado, a ponto de levar a questionamentos sobre o seu status de capital<sup>305</sup>. Era papel dos grupos dirigentes fazer com que Natal não tivesse o mesmo destino de Bockharan e, para isso, era necessário reformar a cidade, promovendo transformações materiais e implementando os serviços públicos e uma legislação municipal dignas de uma cidade que estava vivenciando o progresso<sup>306</sup>.

A matéria não era assinada, mas sabemos que Manoel Dantas era um dos redatores do jornal naquele momento, portanto, é razoável afirmar que ele tinha conhecimento sobre o conteúdo daquela notícia. Poderíamos até arriscar dizer que ele tenha sido o autor daquela publicação. As curiosidades geográficas eram tema recorrente de reportagens de revistas ilustradas internacionais como as que Manoel Dantas tinha em sua biblioteca. Seria mais um caso em que as leituras internacionais de Dantas moldavam a forma como ele pensava Natal. Também podemos interpretar que a realização do pic-nic no Perigo Imminente, o morro que ameaçava a Cidade Nova com suas areias, representava uma superação das dificuldades que o meio físico impunha à cidade por parte do projeto dos republicanos, permitindo finalmente que a semente prosperasse, para retomar a metáfora usada numa passagem anterior da conferência.

Esse exemplo também delimita o papel da natureza dentro do projeto urbano daquele grupo. As dunas eram um obstáculo para o progresso na cidade e esse obstáculo precisava ser superado. Isso não significa que, para Dantas, o mundo natural não tinha lugar na cidade

---

<sup>304</sup> UMA CIDADE subterranea. *A Republica*, Natal, 13 jan. 1904.

<sup>305</sup> ARRAIS, Raimundo. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George. *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940), p. 121-135.

<sup>306</sup> Para uma análise da matéria sobre Bockharan, bem como do papel da intendência municipal no processo de transformações urbanas de Natal, conferir a obra de Renato Marinho Santos: SANTOS, Renato Marinho Brandão. *Natal, outra cidade!:* o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal: EDUFN, 2018. A discussão sobre a matéria está no capítulo 3, “Entraves para o progresso: ações e limites do poder municipal na construção de uma nova ordem para Natal” (p. 199-284).

do futuro. Muito pelo contrário, ele celebrava que o hotel Natal-Palace teria terraços cobertos por jardins com quilômetros de extensão. Nas crônicas, encontramos uma visão similar do meio natural. No capítulo anterior, mencionamos uma crônica em que Dantas narrava o diálogo entre dois cavalheiros sobre o que constituiria o progresso da cidade. A mesma crônica também incluía um diálogo entre duas senhoras que, após terem chegado de navio pelo porto, fizeram uma caminhada pela cidade:

As senhoras queixavam-se do cansaço de uma caminhada pela Cidade Alta e referiam-se com certa amargura ás asperezas do calçamento, porém uma dellas repetiu:

- Mas o panorama do rio, da barra e das dunas visto da praça da Matriz é uma coisa soberba!

Outra:

- E o jardim? com aquellas curvas graciosas, uma cabana deliciosa e um lago encantador? É pena estar tanto um estragado e não ter flores!<sup>307</sup>

Aqui vemos mais um exemplo de Dantas usando o olhar de estrangeiros para ressaltar aspectos problemáticos da cidade, como o calçamento e a ausência de flores no jardim. Mas o saldo final da caminhada das senhoras era positivo: a paisagem do rio e das dunas eram atrativas para os visitantes, assim como era o jardim. A crônica não explicita, mas podemos deduzir pelos elementos da descrição (a cabana e o lago) que se tratava do jardim da praça Augusto Severo. A praça se situava na divisa entre os bairros da Ribeira e da Cidade Alta, num local que costumava alagar durante as marés mais altas e quando recebia águas de chuvas que desciam pelas ruas e avenidas adjacentes, dificultando o trânsito entre os bairros.

Em 1904, a praça abrigava um barracão de retirantes que fugiam da seca em busca de trabalho na capital. O governador na época, Alberto Maranhão, no final do seu primeiro mandato, ordenou o ajardinamento da praça, sob a justificativa de seria uma obra em prol da salubridade da cidade. Para custeá-la, usou a verba dos auxílios aos flagelados da seca<sup>308</sup>. O alagado foi contido, transformado no “lago encantador” que as personagens da crônica comentaram. Sobre ele, foi construída uma ponte, primeiramente num estilo rústico, que imitava o bambu oriental, mas que foi logo substituída por uma de alvenaria, formando uma paisagem que Manoel Dantas apreciava bastante, chegando a registrá-la em fotografia.

<sup>307</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 22 jul. 1907

<sup>308</sup> MARANHÃO, Alberto. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o governo do estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra*. Natal: Typ. d'A Republica, 1904. p. 9

Fotografia 1 – Jardins da praça Augusto Severo e ponte de alvenaria fotografados por Manoel Dantas



Fonte: Acervo de João Maurício Miranda<sup>309</sup>

A construção desses espaços específicos destinados à apreciação da natureza se relacionava com a ideia de uma natureza racionalizada, vista pela lente disciplinar do conhecimento científico de campos como geografia, botânica e zoologia<sup>310</sup>. Na Europa do século, isso se manifestava no “utopismo pastoral” que orientou a construção de vários parques, jardins e passeios públicos em diferentes cidades ao longo do século XIX. Essa natureza era uma construção moldada a partir de critérios específicos: deveria ser um local adequado para sociabilidades, ser tranquilo para passeio, incluir elementos como lagos e espaços com sombra para sentar e comer. Podemos interpretar essas ações como uma resposta à deterioração das condições de vida nas cidades nesse mesmo período, uma forma de compensar a insalubridade com pequenos espaços de natureza, com códigos próprios de convivência que precisavam ser cumpridos para que fosse possível ter acesso a eles<sup>311</sup>.

O principal produto dessa concepção de natureza no Brasil foi a construção de jardins botânicos, que as autoridades justificavam não apenas como uma forma de embelezar as

<sup>309</sup> MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *Natal Foto-Gráfico: do passado ao presente*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2014. p. 93

<sup>310</sup> SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996. p. 220

<sup>311</sup> HARVEY, David. *Op. Cit.* p. 327-330

idades, mas como uma contribuição para a saúde da população. Foi esse o caso dos jardins públicos do Rio de Janeiro ao longo do século XIX, como também das transformações urbanas realizadas por Pereira Passos em 1904. O mesmo aconteceu em Belém, onde o intendente Antônio Lemos defendia que a vegetação tinha um espírito civilizador no ambiente urbano<sup>312</sup>.

Um exemplo mais próximo foi a construção de jardins nas praças de Recife na segunda metade do século XIX, justificadas pelos grupos dirigentes a partir da convicção de que traziam benefícios para a salubridade pública, mas que também eram resultado de um anseio estético de fazer com que a cidade se assemelhasse às aquelas dos “países civilizados”, parte do esforço para edificação de uma nova ordem urbana: eram espaços destinados a um lazer saudável, que eram capazes de exibir o nível de civilização dos moradores enquanto se contrapunham aos espaços insalubres, que apareciam no discurso das elites como lugares de ócio e vadiagem<sup>313</sup>.

Os jardins eram concebidos para serem palco de uma sociabilidade marcada por um recorte de classe social:

O jardim público era o local de encontro das elites ou dos segmentos derivados, passarela da semostração, das vaidades expostas, das vestimentas equilibrando ou escamoteando classes distintas – um espaço das trocas sociais legitimado pelos valores aceitos pelas sociedades que constituíram tais recantos.<sup>314</sup>

Superar os limites da natureza, aquela natureza que isolava a cidade e impedia o progresso, significava domesticá-la, controlá-la por meio da técnica, aperfeiçoá-la pela intervenção humana, fazer com que ela atendesse os padrões de higiene e salubridade e fosse adequada para apreciação estética, seguindo o estilo eclético e cosmopolita que norteava as transformações urbanas daquele período. Em outras palavras, era uma natureza que também deveria ter caráter representativo dos valores que os republicanos atribuíam ao novo regime.

O ajardinamento da praça Augusto Severo ficou pronto em 1905. Poucos anos depois, em 1910, durante o segundo mandato de Alberto Maranhão, o governador contratou novamente o arquiteto responsável pelo ajardinamento, Herculano Ramos, para realizar a

---

<sup>312</sup> SEGAWA, Hugo. *Op. Cit.* p. 221

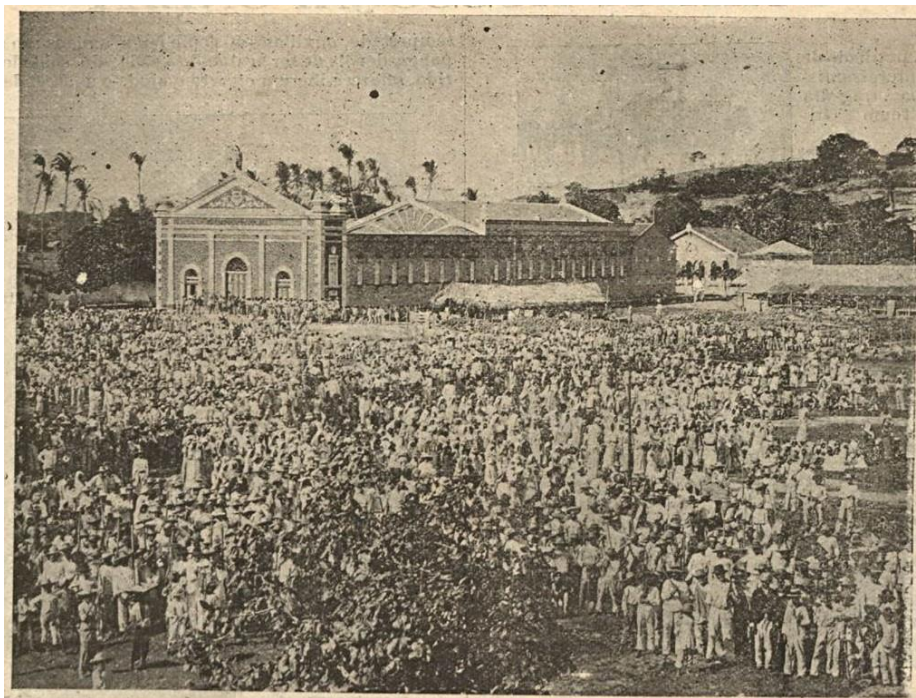
<sup>313</sup> ARRAIS, Raimundo. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. p. 226-251

<sup>314</sup> SEGAWA, Hugo. *Op. Cit.* p. 221



reforma do Teatro Carlos Gomes, situado naquela mesma praça. A reforma foi concluída em 1912. Usando as verbas do socorro aos flagelados, somada a uma parte do empréstimo que financiou as obras urbanas no segundo governo de Alberto Maranhão, a praça passou a exibir dois importantes símbolos do progresso na cidade, o jardim e o teatro, deixando para trás a insalubridade dos barracões de retirantes das secas que se amontaram ali em busca de trabalho.

Fotografia 2 – Retirantes com enxadas erguidas na praça Augusto Severo em frente ao Teatro Carlos Gomes, 1904



Fonte: Revista *O Malho*<sup>315</sup>

Retomando a descrição da Natal do futuro, vemos que aqueles problemas que o viajante de 1907 encontrava ficariam para trás: haveria um hotel confortável, com quilômetros de jardins; os transportes seriam abundantes; andar a pé (expressão “calcante pede”) seria apenas mais uma opção, não uma necessidade inconvenientemente imposta pela deficiência no sistema de bondes; uma estrada de ferro ligaria Natal não apenas ao interior do estado, mas a outras grandes cidades do Brasil e do mundo.

---

<sup>315</sup> O MALHO, Rio de Janeiro, 24 set. 1904, v. 3, n. 106, p. 16

Por fim, destacamos que os vários meios de transporte citados, tubos pneumáticos, aeroplanos e tramways, foram todos retirados diretamente da obra *Le Vingtième Siècle*, de Albert Robida, consolidando que a ficção científica era uma fonte de inspiração recorrente nos textos em que Dantas se propunha a imaginar um futuro.

Quando falamos em *imaginar*, também um certo apelo imagético que as obras de ficção científica daquele período carregavam. As obras de Jules Verne eram fartamente ilustradas, o que ajudava os leitores a imaginar os cenários fantásticos das narrativas e contribuía com sua popularidade. O mesmo vale para os livros de Robida, que era ilustrador antes de começar a escrever. Por mais que nenhum dos escritos de Manoel Dantas tenha sido ilustrado durante seu tempo de publicação, argumentamos que eles herdaram esse apelo imagético. A conferência, em especial, se configurava numa descrição estática de uma cidade num ponto específico do espectro temporal – era um convite ao leitor do texto (ou o espectador, no caso daqueles que estiveram presentes na ocasião) para imaginar o cenário descrito pelo autor.

Esse caráter imagético da descrição da Natal de 1959 é uma chave para entendermos como Manoel Dantas estava operando as diferentes categorias temporais em sua narrativa. As imagens são um exemplo da forma como lidamos com o tempo: ao construir imagens, articulamos a memória, a experiência do presente e expectativas para um futuro, diferentes temporalidades que se cristalizam naquele objeto<sup>316</sup>. A descrição da cidade do futuro encontraria ressonância no público na medida em que ele fosse capaz de reconhecer nela, elementos que também pudessem encontrar na cidade do presente. Em outros termos, para que o horizonte de expectativa que Dantas apresentou fizesse sentido, era preciso que o conferencista e o público compartilhassem de um espaço de experiência, daquela cidade que aspirava pela modernidade, na qual o novo grupo dirigente buscava legitimação por meio de obras de transformação urbana que a distanciassem da cidade que era no período anterior.

Mas podemos ir além da ficção científica e da dimensão da imagem como ilustração. A elaboração de imagens visuais era algo recorrente entre diversos autores que escreveram sobre as cidades a partir do século XIX. Estamos falando de imagens metafóricas, como aquelas que apresentavam a cidade como uma máquina, no sentido de que era formada por

---

<sup>316</sup> DIDI-HUBERMAN, Georges. A história da arte como disciplina anacrônica. In: \_\_\_\_\_. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. São Paulo, 2013. p. 15-70

várias pequenas partes que funcionavam como um sistema. Ou aquelas que concebiam a cidade como um organismo vivo, com partes saudáveis e, outras, insalubres, que careciam da intervenção dos higienistas. Outro exemplo é a imagem da cidade como um labirinto, usada para descrever a experiência de uma cidade moderna, em constante transformação, na qual o indivíduo corria o risco de se perder. Essas metáforas funcionavam como “aparelhos de visão” que buscavam dar uma melhor compreensão a aspectos complexos do urbano e descrever determinadas experiências vivenciadas no âmbito das cidades<sup>317</sup>.

As imagens que Manoel Dantas construiu em seus escritos se relacionavam com uma metáfora da morte e do renascimento da cidade, presente na narrativa construída pelo grupo dirigente e intelectuais associados, animados pelas transformações que operavam na cidade e pelas perspectivas de futuro que elas traziam. Por isso que, na conferência de Manoel Dantas, Natal era como uma semente que não tinha vingado, mas que, depois da intervenção dos republicanos, estava adentrando em uma nova era, um renascimento, era capaz de se erguer novamente. Foi dentro dessa perspectiva que a descrição de uma Natal 50 anos no futuro encontrou ressonância, era reflexo do otimismo de que o futuro traria a continuidade daquilo que aquele grupo dirigente estava realizando no presente.

A comparação entre o texto da conferência e o das crônicas ressalta dois aspectos do pensamento do seu autor. As crônicas tinham um caráter pedagógico: eram fruto de uma observação do presente da cidade, descreviam cenas e costumes cotidianos daquela Natal do início do século XX, diagnosticava comportamentos incompatíveis com uma cidade moderna e buscava apontar soluções para esse quadro. Lembramos aqui que Dantas também foi professor do Ateneu Norte-Rio-Grandense e Diretor Geral da Instrução Pública e, por mais que a questão da educação tenha ficado para trás ao compararmos as *Coisas da terra* com os seus primeiros textos jornalísticos no início do período republicano, Dantas ainda era reconhecido como um educador e mantinha uma preocupação com a educação da sociedade, levando em consideração o cargo que ele continuou ocupando até o final de sua vida.

Portanto, o caráter pedagógico das crônicas pode ser interpretado como uma continuação de suas iniciativas como “missionário do progresso”, uma figura heroica que educaria as pessoas de acordo com os valores do progresso e conduziria a sociedade a um novo tempo. Isso fazia parte de um movimento maior que aconteceu na escala de toda a

---

<sup>317</sup> POSSAMAI, Zita Rosane. Metáforas visuais da cidade. *Urbana*, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2007.

América Latina: a construção de uma “cidade letrada”, processo no qual os intelectuais latino-americanos, dotados de um conhecimento que não estava acessível à maioria da população, buscaram forjar novos espaços de atuação e intervenção na vida urbana, atuando, por exemplo, como jornalistas e pedagogos<sup>318</sup>. Podemos ver esse processo de desenrolando claramente no caso de Manoel Dantas. Por mais que sua formação original fosse como bacharel em Direito, esse título, junto com as preocupações com a educação que Dantas manifestava em seus textos jornalísticos fizeram com que ele obtivesse reconhecimento como educador perante aquela sociedade – quadro que decorria da ausência de um número expressivo de pessoas com formação especializada dentro daquela sociedade, somada às necessidades da administração pública naquele momento.

A conferência tinha um caráter imaginativo: projetava uma cidade 50 anos no futuro, descrevia uma Natal completamente transformada em seu tamanho e estrutura urbana e carregava um grande otimismo de que os problemas que Dantas observava no presente fossem plenamente resolvidos. Em síntese: a cidade do futuro era, em relação à cidade do passado, uma potencialização de obras que estavam sendo realizadas em 1909, corrigia os problemas que o autor observava na cidade do seu tempo e dava continuidade ao projeto político republicano, que, na visão do autor, devolvera à cidade o futuro grandioso ao qual estava destinada em sua fundação.

Percebemos que os textos de Dantas manifestam uma dialética entre duas cidades: aquela que Natal era, e aquela que poderia ser. Esta última, a cidade que Natal poderia ser, funcionava como o objeto que não existia, mas que orientava as ações. Seria possível alcançar aquele futuro ideal a partir do desenvolvimento dos elementos positivos do presente, junto com a supressão daqueles que eram considerados negativos. Todos os problemas da cidade real seriam corrigidos, e ações para alcançar esse objetivo estavam claras: eram aquelas levadas a cabo pelo governo republicano. Era uma utopia que visava a manutenção da ordem vigente, alcançada por intervenções materiais, sempre baseadas na ideia de progresso, e mudanças no comportamento, buscando uma compatibilidade com o que se esperava de uma cidade moderna.

---

<sup>318</sup> RAMA, Angel. A cidade modernizada. In: \_\_\_\_\_. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 76-101.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Manoel Dantas foi um intelectual de muitos interesses e muitas ocupações diferentes ao longo de sua vida. Ao longo deste trabalho, a análise de sua produção nos fez abordar tópicos bastante diversificados, mas que estavam sempre se relacionando: o campo das ideias, a política, a educação, a técnica e a cidade. Aproximando-nos do final, faz-se necessário retomar os questionamentos que deram início a esta pesquisa à luz das conclusões dos capítulos anteriores – dessa forma, podemos reforçar a relação entre elas e apontar outros caminhos de interpretação, uma vez que nossa análise não esgotou a riqueza temática da produção de Manoel Dantas.

Questionamo-nos sobre quais os conhecimentos que Dantas mobilizou em sua escrita sobre a cidade de Natal e qual a relação dessa cidade que ele descreveu com o projeto político do grupo dirigente. Desde o início, *progresso* parecia ser a ideia chave para compreender a produção de Manoel Dantas. Essa hipótese inicial advinha de uma primeira análise das crônicas, nas quais vimos o autor evocando essa ideia repetidas vezes. Também levamos em consideração que Dantas viveu em um período marcado pelo grande otimismo de uma classe burguesa na capacidade da ciência de promover melhorias contínuas e graduais nas condições materiais de vida por meio de novas invenções tecnológicas e de bens de consumo dentro do capitalismo industrial. Também nos baseamos no fato de que o progresso foi uma ideia basilar do projeto político republicano no Brasil e que Dantas definia que sua missão como liberal era a de conhecer as ideias vindas de fora do país e adaptá-las para a realidade local em prol de um governo que satisfizesse a vontade popular, dentro de seus parâmetros políticos.

E, de fato, a ideia de progresso era um elemento essencial dos escritos de Manoel Dantas. Esse *progresso* consiste numa forma de conceber a relação entre os tempos, acreditando que a história da humanidade consiste em etapas de avanço constante e cumulativo, etapas que pareciam ser dirigidas por uma lei que determinava que a humanidade tinha avançado no passado e continuaria avançando no futuro. O que esta pesquisa revelou, no entanto, foi a complexidade dos significados que foram associados a essa ideia ao longo do tempo. Observamos que a ideia de progresso teve seu momento de maior difusão a partir de meados do século XIX, sendo inicialmente associada ao ideal político de liberdade, mas

se transformou no decurso do tempo, ganhando novos sentidos na medida em que diferentes agentes políticos e sociais manifestavam suas interpretações e apontavam para elementos diferentes como símbolos do que seria o progresso. Mesmo que cada grupo político tivesse uma interpretação diferente, o progresso era central ao pensamento da maioria deles, tendo sido essencial para a constituição do republicanismo.

A partir do momento em que os Albuquerque Maranhão se estabelecem no controle do estado, quando Pedro Velho assume a chefia do Partido Republicano do Rio Grande do Norte, percebemos transformações significativas na forma como a ideia de progresso passou a ser evocada. Deixou de ser representado abstratamente pela ideia de liberdade política, para ser materializado por intervenções urbanas. Nesse processo, não perdeu seu caráter político, pois continuou sendo evocado como uma forma de legitimar a prática de um determinado grupo.

Os escritos de Manoel Dantas nos permitiram observar a transformação dessa noção de progresso. Esse intelectual pôde ter contato com as principais ideias que circulavam no período enquanto estudou na Faculdade de Direito do Recife, que se configurava como um centro irradiador. Engajou-se num republicanismo liberal pouco antes da instauração do novo regime político no Brasil e escolheu fazer da leitura, adaptação e divulgação de ideias sua prática política. Sempre evocando o progresso em seus escritos, acreditava que a base dele estava na educação do povo, mas provocar mudanças significativas nesse campo se mostrou uma tarefa muito difícil para Dantas, mesmo ocupando a posição de Diretor Geral da Instrução Pública durante décadas. Passou a associar o progresso às intervenções materiais do grupo dirigente ao qual estava vinculado. Entretanto, isso teve seus custos.

Com o fim do segundo mandato de Alberto Maranhão, esse grupo não conseguiu se manter na chefia do estado. Os recursos provenientes do empréstimo que esse governador realizara se esgotaram. O sucessor, Ferreira Chaves, rompeu sua aliança com os Albuquerque Maranhão, baixou decretos que reformaram a legislação eleitoral com a finalidade de para tornar Alberto Maranhão e Tavares de Lyra inelegíveis e fez um governo de contenção de gastos<sup>319</sup>. Manoel Dantas continuou publicando crônicas até 1923, ano anterior a sua morte, mas o volume delas diminuiu consideravelmente: tornaram-se apenas uma ou duas por ano.

---

<sup>319</sup> SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal: EDUFRN, 2008. p. 278-280

Isso nos leva a refletir sobre a relação de Manoel Dantas com os Albuquerque Maranhão. De fato, Dantas desempenhou um papel importante dentro da organização que Pedro Velho deu ao Partido Republicano estadual na medida em que ocupou dois cargos importantes dentro da burocracia estadual: um deles, vinculado à elaboração e execução de políticas públicas para ampliar a disseminação da educação no estado, o de Diretor Geral da Instrução Pública; o outro, ligado à tarefa de divulgação de ideias que estivessem em consonância com o projeto político do partido, o de Redator-chefe do jornal *A Republica*. Mas isso não nos permite concluir que isso fazia dele um propagandista dos Albuquerque Maranhão. Há várias evidências de que esse alinhamento não era automático. Dantas continuou no exercício do cargo de Diretor Geral da Instrução Pública após a reorganização do partido e a derrocada dos Albuquerque Maranhão. Além disso, continuou defendendo os governos republicanos subsequentes como promotores do progresso no estado.

Em 1919, Dantas foi enviado como representante do Rio Grande do Norte no VI Congresso de Geografia, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Na ocasião, descreveu da seguinte forma a situação política do estado:

O Rio Grande do Norte é um estado bem governado, onde a administração não é subordinada, nem aos excessos da demagogia, nem às injunções do partidarismo. O desembargador Ferreira Chaves, que há seis annos governa aquella terra, é um magistrado integro e politico experimentado, que tem trabalhado proveitosamente para melhorar as condições da vida local, fomentando o seu progresso.<sup>320</sup>

O discurso trazia um elogio a Ferreira Chaves, o sucessor de Alberto Maranhão que rompeu a aliança com a família e pôs fim a hegemonia daquele grupo político – o que demonstra que a atuação política de Manoel Dantas ia além da aliança com um grupo específico. Além disso, ele defendeu que o governo que não poderia estar subordinado “nem aos excessos da demagogia, nem às injunções do partidarismo”. Nesse ponto, Dantas se coloca a favor de uma administração que pudesse executar um programa que promovesse o progresso do estado sem estar sujeita àqueles elementos que compõem a dimensão da política, como os conflitos ideológicos e os interesses partidários.

A penúltima crônica que Dantas publicou, datada de 25 de março de 1923, reiterava essa perspectiva. Ele reclamava que a “politicagem” praticada no estado demonstrava uma

---

<sup>320</sup> O RIO GRANDE DO NORTE no Congresso de Geografia. *A Republica*, Natal, 28 out. 1919. p. 2

“estreiteza de concepções” e só servia para separar as pessoas. O contrário disso eram as riquezas do solo do estado, representada pelo algodão, cana de açúcar e alimentos como batata e milho, que uniam os homens. Ele escreveu que:

Assim, na ordem terrena, na contemplação e no estudo das necessidades locais, o homem que as encara com amor, vai se desprendendo aos poucos de umas tantas ideias de ordem subalterna, para enxergar de preferência a planta, a riqueza que ela traduz, as possibilidades que ela representa. A nossa divisa e o nosso esforço deveriam ser mais algodão e menos política, porque a política sem o algodão, dissolve, avilta, empobrece; o algodão, com a política econômica, é a produção, o dinheiro, os meios entregues aos dirigentes para fundarem escolas, abrirem estradas, criarem o crédito, aformosearem cidades, higienisarem as populações, garantirem o futuro da nacionalidade.<sup>321</sup>

A crônica se configurava numa defesa de um esvaziamento da dimensão política em favor de um programa que focasse na atividade econômica baseada na agricultura de exportação como forma de promover a riqueza do estado. Só depois disso viriam aqueles elementos que, como vimos ao longo do trabalho, simbolizavam a chegada do progresso no estado. Esse pensamento, de certa forma, estava prefigurado nas utopias que imaginavam que a sociedade perfeita seria dirigida por cientistas, ou nos projetos de médicos, engenheiros, educadores, reformadores sociais, os “missionários do progresso” que, no Brasil do final do século XIX e início do século XX, acreditavam que estavam construindo uma nova ordem social na qual seus conhecimentos técnicos iriam se sobrepor à dimensão política<sup>322</sup>. Manoel Dantas, após décadas participando da política local como intelectual ligado ao grupo dirigente e atuando, sobretudo, na divulgação de ideias, demonstrou-se desiludido com a política local, falando como uma pessoa que estava “se desprendendo aos poucos de umas tantas ideias de ordem subalterna”, como nas palavras dele próprio no primeiro parágrafo.

Se voltarmos aos seus relatórios da Diretoria Geral de Instrução Pública e ao discurso que fez ao celebrar 25 anos no cargo, poderemos perceber, na verdade, um Manoel Dantas frustrado por não poder fazer tudo que gostaria, por estar restrito a funções burocráticas e pela pouca atenção que os governadores davam à educação. Esses podem ser indícios de que Manoel Dantas enfrentava algumas barreiras dentro daquele grupo político e não contava com a total anuência dos governadores.

<sup>321</sup> DANTAS, Manoel. Coisas da terra. *A Republica*, Natal, 25 mar. 1923.

<sup>322</sup> HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.



Por isso, vale a pena retomar a distinção entre intelectuais ideólogos e expertos, que caracterizam as relações entre os intelectuais e o poder<sup>323</sup>. Ao longo deste trabalho observamos Dantas atuar, sobretudo, como um ideólogo, mas não há uma oposição absoluta entre essas categorias, de forma que não podemos ignorar o lado “experto” de seu trabalho. Sua posição como Diretor Geral da Instrução Pública se baseava no fato dele ser considerado referência em conhecimentos técnicos na área da educação para fazer com que o estado *progredisse* nesse aspecto. Da mesma forma, sua atuação como jornalista vinha do respaldo que as suas ideias tinham naquela sociedade, ao menos dentro da parcela que formava o público alvo de periódicos políticos como *A Republica*. Portanto, vemos que Manoel Dantas era um intelectual que, antes de atuar na transmissão de ideias que legitimassem uma nova ordem social, possuía outras ideias próprias que nem sempre eram compatíveis com os projetos políticos do grupo dirigente, daí vinha sua desilusão com o fato de que lhe restavam apenas funções burocráticas. Seus anseios para a sociedade, apesar de ter pontos em comum com o projeto político do grupo dirigente, não se confundia completamente com ele.

Ainda assim, ficou evidente que esses anseios convergiam bastante no que diz respeito ao que eles pensavam sobre a cidade de Natal. A ideia de que o regime republicano tinha trazido uma nova vida à cidade de Natal, promovendo um renascimento urbano após um longo abandono durante a monarquia, estava presente no discurso de vários membros do grupo dirigente, como nas mensagens de Pedro Velho e no livro de Tavares de Lyra. A conferência de Eloy de Souza sobre os costumes locais também partia da constatação que os hábitos dos moradores também passavam por uma transformação. Manoel Dantas também acreditava nessa ideia e a defendeu tanto nas *Coisas da terra* quanto em *Natal d'aqui a cincoenta annos*.

A análise da conferência mostrou que ela é um documento exemplar para compreender essa narrativa. Nela, Dantas construiu imagens que serviam como forma de demonstrar o que seria possível fazer de Natal quando o governo do estado estava sob o controle de um grupo político comprometido em realizar as reformas que modernizariam a cidade e a transformariam num reflexo da ordem republicana.

---

<sup>323</sup> BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997. p. 72-74

O projeto político republicano estava fundado na ideia de progresso, na visão progressista de que a história do Brasil se dividia em etapas e que a República seria o seu desfecho fatal e inevitável, bastando que os republicanos realizassem a divulgação de suas ideias para angariar apoio popular, atuando como verdadeiros missionários que levavam a “boa nova” para o povo<sup>324</sup>. Também foi a partir da construção da ideia de que eram eles os realizadores do progresso no estado que o grupo dirigente buscava legitimar sua permanência no governo. Os primeiros textos de propaganda republicana não abordavam a questão urbana, que só começou a ser incorporada como sinônimo de progresso a partir de 1900, quando começaram os primeiros investimentos materiais na cidade. Naquela primeira década do século XX, buscavam consolidar a ideia de que o progresso era sinônimo dos investimentos materiais que realizavam na cidade, afirmando também, que a monarquia fora incapaz de tais realizações.

Nesse contexto, as imagens que Manoel Dantas construiu na conferência funcionavam como um modelo de uma sociedade onde tudo funcionava perfeitamente e que servia como uma demonstração do que poderia ser o fruto daquele projeto político. Para alcançar esse objetivo bastava a continuidade política, que garantiria a superação dos elementos negativos, aqueles resquícios da cidade anterior, a cidade da monarquia, num embate que servia para legitimar ainda mais as ações do grupo dirigente.

Se na conferência, Dantas narrava um mito de origem da fundação da cidade, as imagens do futuro também podem ser interpretadas como um mito sobre a modernidade em Natal, o mito de uma ruptura com o passado monárquico. No entanto, esse discurso era apenas isso, um mito, algo que não tinha como ocorrer de fato e cuja construção servia apenas a um propósito: mostrar que o que havia na cidade antes era irrelevante e que não havia alternativas àquele projeto urbano e político. Resta ainda, em trabalhos futuros, desconstruir esse discurso de heroísmo dos republicanos com uma pesquisa que recupere os projetos de intervenção urbana feitos durante a monarquia, que demonstre o que havia de novo naquela cidade velha e que se fez presente naqueles projetos executados nos governos republicanos<sup>325</sup>.

---

<sup>324</sup> ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. Partido Republicano do Rio Grande do Norte. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). *Antologia de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 7-8

<sup>325</sup> Nos baseamos aqui nos questionamentos ao mito da “modernidade como ruptura” apresentados por David Harvey, cf. HARVEY, David. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015. p. 11-37

Para finalizar: sabemos que a conferência era o exemplo de um pensamento utópico. Mas fica o questionamento: por que a Natal do início do século XX precisava de uma utopia? Para responder, retomemos dois exemplos: a Paris do século XIX, citada por Dantas em suas crônicas e objeto das obras de ficção que inspiraram sua visão de futuro; e o Rio de Janeiro, a capital federal, que, em nível nacional, os republicanos buscaram transformar em símbolo dos valores do novo regime, a cidade na qual todas as capitais federais deveriam se inspirar.

No primeiro caso, as reformas urbanas na capital do Segundo Império francês tiveram grande influência ao redor do mundo e seu elemento mais marcante era a forma de intervir no espaço urbano: transformar o tecido urbano, inserir elementos novos na trama da cidade, conferir uma monumentalidade ao espaço e expulsar o que não era adequado (incluindo a população)<sup>326</sup>. Eram características de uma intervenção autoritária no espaço aliada às novas estruturas do capitalismo financeiro, num local que ocupava uma posição central dentro do sistema. Sendo assim, por mais que essas obras tivessem a influência do pensamento utópico, não poderiam ser consideradas assim, visto que se encontravam dentro da capacidade de transformação dos agentes envolvidos naqueles empreendimentos.

Foi esse tipo de intervenção que inspirou as reformas urbanas no Rio de Janeiro. Nessas obras, ruas antigas e prédios coloniais, que remetiam ao regime anterior, foram demolidos, dando lugar a novas avenidas largas, construídas segundo o modelo dos bulevares franceses. A escala das intervenções foi alcançada por meio do esforço conjunto das autoridades ministeriais e municipais, como o engenheiro Lauro Müller, que ocupava o cargo de Ministro dos Transportes e Obras Públicas, e o prefeito Pereira Passos, buscando fazer do Rio de Janeiro a vitrine nacional do projeto republicano<sup>327</sup>.

O quadro era bastante diverso na cidade de Natal, que ocupava uma posição periférica dentro do capitalismo financeiro. Seu papel era essencialmente o de cidade-porto, ponto de escoamento da produção vinda do interior – e isso limitava quais os tipos de obra que seriam realizadas diante de recursos mais escassos. Quanto ao aspecto representativo do poder, a cidade-capital, havia sim uma articulação entre a política local e o governo federal, principalmente quando Tavares de Lyra deixou o governo do estado para assumir o posto de

---

<sup>326</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos* (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2011. p. 271

<sup>327</sup> NEEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das letras, 1993. p. 55-67

Ministro da Justiça e Negócios Interiores durante o governo de Afonso Pena. Mas as verbas vindas do governo federal não eram suficientes para as ambições do grupo dirigente. A maior parte dos investimentos materiais em Natal durante o segundo mandato de Alberto Maranhão, incluindo as obras de embelezamento e a implantação de serviços públicos municipais, só foi possível graças ao empréstimo de cinco mil contos de réis contraído do Banco Sindical Francês.

Diante das condições econômicas, políticas e sociais, a possibilidade de realizar intervenções na escala daquelas vistas em cidades como Paris e Rio de Janeiro era apenas um sonho para o grupo dirigente. A Natal do futuro, como construída por Manoel Dantas, era imaginada à semelhança daquelas cidades que serviam como referência de modernização naquele início do século XX, ao mesmo tempo em que estava contida na cidade daquele presente, construída com base na ação do grupo dirigente. Nesse sentido, a Natal de 1959 era uma extrapolação imaginativa das intervenções materiais que já estavam sendo realizadas e como uma promessa de que, garantida a continuidade daquele projeto político. Natal poderia ser uma cidade grandiosa – mas esse momento estava apenas no futuro.

Neste trabalho, busquei esclarecer as relações entre aquela cidade que emergia a partir dos escritos de Manoel Dantas e o projeto político do grupo dirigente do estado naquele período, mas também procurei recuperar algumas das referências que influenciaram o pensamento de Dantas na construção daquelas imagens da cidade – referências essas que remetiam à ideia de progresso e ao pensamento utópico. A importância de compreender a relação entre cidades e projetos políticos é relativamente fácil de justificar dentro de uma disciplina que teve na política um dos seus primeiros grandes temas, uma importância facilmente reconhecida até hoje. Portanto, para encerrar este trabalho, gostaria de refletir um pouco sobre o porquê de voltarmos nossa atenção para o pensamento utópico e as cidades hoje em dia.

A conferência de Manoel Dantas me fascinou desde que a conheci e grande parte disso se deveu ao fato de que eu a via como uma relíquia de uma época muito diferente da minha. As utopias dominaram a produção de ficção sobre o futuro até meados do século XX. Claro, não eram todas – e hoje o que não falta é o resgate de obras que previram, por exemplo, o domínio opressivo que as tecnologias teriam sobre nossas vidas. Mas as visões otimistas do futuro tinham maior popularidade. Das últimas décadas para cá, o quadro parece ter se

invertido e o futuro se tornou o lugar das sociedades distópicas e, até mesmo, pós-apocalípticas, que serviam como um alerta para refletir sobre possíveis consequências de certos aspectos de nosso modo de vida, como por exemplo, nossa relação com o meio ambiente e, como já mencionei, a forma como lidamos com a tecnologia.

Se comparada às produções mais recentes, *Natal d'aqui a cincoenta annos* é uma obra indubitavelmente otimista em relação ao futuro. No entanto, após este trabalho, consigo perceber uma semelhança sinistra entre ela e os relatos distópicos contemporâneos: a ausência de pessoas na cidade. Se nas distopias, as cidades fantasmagóricas são, em sua maioria, resultado de algum tipo de catástrofe (ambiental, tecnológica, política), na obra de Manoel Dantas, a Natal esvaziada de gente pare ter sido uma escolha inconsciente da parte de um autor que voltava sua atenção apenas para a cidade em sua dimensão técnica, enquanto ignorava a dimensão da cidadania, da participação popular, da experiência humana da cidade. Ignorava também os pobres, despejados de seus casebres, que foram demolidos para dar lugar aos palacetes e avenidas da Cidade Nova e aos belos jardins que embelezavam as praças que abrigaram os retirantes das secas, o grosso da mão de obras que ergueu aqueles os símbolos do progresso e da ordem republicana, construídos com as verbas que eram destinadas a amenizar o problema das secas no interior do estado<sup>328</sup>.

Tal semelhança se dá pelo fato de que essas duas formas de representação da cidade no futuro são fruto de um mesmo processo. Manoel Dantas enfatizou a dimensão técnica pois esse era o aspecto mais concreto de uma produção capitalista do espaço, que resultou em transformações significativas na estrutura urbana, mas que também mudou a forma como as pessoas se relacionavam com a cidade. Vivemos hoje com as consequências daquilo que Dantas tanto celebrou, mas de forma ainda mais intensificada dentro do paradigma neoliberal. Nele, somos incentivados a pensar apenas no individual e no aqui e agora – há muito pouco incentivo para que nós pensemos no futuro no que diz respeito a sua dimensão coletiva ou nas consequências que nossas ações podem ter para as gerações futuras.

Essa é apenas uma dimensão de um processo que afeta nossas vidas de várias outras maneiras, como a precarização das relações de trabalho, dos serviços públicos, com a desregulamentação e privatização do mercado, a redução do Estado e o desmonte do bem-

---

<sup>328</sup> SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. Entre a *Cidade Nova* e a *Cidade das Lágrimas*. In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra, os homens, os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 59

estar social. Parece que a única utopia possível é espelhar o livre mercado em todas as relações sociais, deixando os indivíduos livres para que, cada um por si, possamos competir pelo nosso próprio futuro em detrimento do outro. Como escreveu David Harvey:

Há mais de vinte anos estamos sendo forçados e persuadidos de modo quase incessante a aceitar o utopismo do processo que Smith sonhou ser a solução de todas as nossas dificuldades. Temos ainda testemunhado um ataque em todas as frentes às instituições – os sindicatos e os governos em especial – capazes de se contrapor a esse projeto.<sup>329</sup>

Abordo isso pois defendo que esse paradigma afeta a maneira como vivemos e pensamos as cidades atualmente na medida em que aprofunda as desigualdades sociais e promove uma crescente especialização e hierarquização dos espaços. As “utopias” urbanas de nosso tempo não se propõem a buscar uma solução para os problemas sociais, apenas afastá-los das vistas, vendendo espaços fechados, isolados da cidade por muros altos, nos quais só podemos entrar após passar por protocolos de segurança mais e mais restritos – tudo isso com o auxílio das tecnologias que, a princípio, nos foram vendidas como facilitadoras do dia a dia. Esses são elementos de uma “distopia entediante” em que o direito à rua, o lugar do caos, da diversidade e do acontecimento revolucionário, se vê cada vez mais limitado.

Aqui, preciso abordar o grande problema do período em que escrevi esta dissertação, os anos de 2020 e 2021. Falo, é claro, da pandemia de covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), que atinge o mundo inteiro e tem o Brasil como um dos países mais afetados. Encerro meu trabalho após mais de um ano de isolamento (e sem previsão para que isso acabe), no qual posso contar nos dedos das mãos a quantidade de vezes que saí de minha casa.

Jamais defenderei que o vírus tirou nossa liberdade. Não! Permanecer em casa dentro de nossas condições particulares se tornou uma questão de saúde pública. A falta de liberdade é uma consequência da inação das autoridades em relação a medidas que conteriam a transmissão do vírus e, conseqüentemente, salvariam a vida de milhares de pessoas.

Fato é que a pandemia mudou a nossa relação com as cidades. Primeiro, não podíamos usufruir dos lugares públicos e precisávamos evitar qualquer tipo de aglomeração. Sim, a praia estava vazia, o parque estava vazio, portanto, individualmente, era seguro que eu frequentasse algum desses locais, mas, se cada um de nós passássemos a fazer isso, eles logo

---

<sup>329</sup> HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 231

deixariam de ser seguros. Era necessário um pacto coletivo em prol da saúde e da vida de todos. Esse breve lapso de solidariedade se desfez muito rapidamente quando fomos mandados de volta às ruas – mas não pelo nosso direito de usufruir daquele espaço, mas como um sacrifício em nome de um paradigma econômico que não comporta reduzir a circulação de riquezas para salvar a vida das pessoas.

É diante desse cenário que defendo a importância de retomar o pensamento utópico – aquela descrição de uma sociedade futuro que ataque as bases da sociedade existente e seja capaz de inspirar ações em prol da transformação da sociedade, que façam valer o nosso desejo por uma sociedade melhor<sup>330</sup>. A cidade precisa ser o elemento central dessa utopia. Fomos privados dela, mas é por ela que podemos reencontrar aquilo que nos foi negado pouco a pouco nas últimas décadas: o contato com o outro e a dimensão da coletividade.

---

<sup>330</sup> Ibid. p. 256-258

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### Periódicos

A CIGARRA. Natal, 1929

A REPUBLICA. Natal, 1901, 1907, 1908, 1909, 1913, 1919, 1923, 1942.

O ESTADO. Natal, 1894.

O JAGUARARY. Natal; São José, 1851.

O MALHO. Rio de Janeiro, 1904.

O POVO. Caicó, 1889.

O RIO GRANDENSE do Norte. Natal, 1861.

O SULISTA. Natal; São José, 1849.

#### Outros documentos

ABREU, Francisco Pinto de. Instrução Publica. In: TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1905. Anexo 3. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

ALBUQUERQUE MARANHÃO, Pedro Velho de. *Mensagem ao Congresso Legislativo em 31 de janeiro de 1895*. Natal: Typ. d'A Republica, 1896. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

\_\_\_\_\_. Partido Republicano do Rio Grande do Norte; O Primeiro Projeto na Camara dos Deputados; Fetichismo. In: CASCUDO, Luís da Câmara (org.). *Antologia de Pedro Velho*. Natal: EDUFRN, 2019. p. 7-11; 52-63; 110-111

ARQUIVO do Centro de Ciências Jurídicas. *Programa de ensino, bacharelado (1885-1964)*. 2019. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/aceso-documentacao>>. Acesso em: 17 jan. 2020.



BOMFIM, Manoel. *A América latina: males de origem* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/zg8vf/pdf/bomfim-9788599662786.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2021

CHAVES FILHO, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1896. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

DANTAS, Manoel. Directoria Geral da Instrução Publica. In: CHAVES, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1897. Anexo 3. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Relatorio da Directoria Geral da Instrução Publica. In: CHAVES, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1898. Anexo 2. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Instrução Publica. In: CHAVES, Joaquim Ferreira. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1899. Anexo 3. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Directoria Geral da Instrução Publica. In: MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado*. Natal: Typ. d'A Republica, 1901. Anexo 1. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Directoria Geral da Instrução Publica. In: MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado*. Natal: Typ. d'A Republica, 1902. Anexo 4. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 07 fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Discurso. *Pedagogium*: Revista official da "Associação de Professores", Natal, v. 2, n. 3, p. 15-18, mar. 1922.

\_\_\_\_\_. *Natal d'aqui a cincoenta annos*. Natal: Typ. d'A Republica. 1909.

FACULDADE de Direito do Recife. *Lista geral dos estudantes inscriptos nas aulas da Faculdade de Direito do Recife no anno de 1885*. Recife: Typographia Industrial, 1885. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/acesso-documentacao>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

\_\_\_\_\_. *Lista Geral dos Bachareis e Doutores que têm obtido o respectivo gráu na Faculdade de Direito do Recife (1828-1931)*. Recife: Typ. Diario da Manhã, 1931. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/acesso-documentacao>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

FEITOSA, Polycarpo. *Vida Potyguar*. Natal: Sebo Vermelho, s/d (edição fac-similada do original publicado na Revista do Rio Grande do Norte, Natal, 1899).

GALVÃO, Willian Pinheiro. *Biblioteca Manoel Dantas*: acervo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Natal: IHGRN, 2012.

MARANHÃO, Alberto. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1900. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

\_\_\_\_. *Mensagem apresentada pelo governador Alberto Maranhão ao passar o governo do estado ao Dr. Augusto Tavares de Lyra*. Natal: Typ. d'A Republica, 1904. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 maio. 2021.

\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1908. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1909. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 maio. 2021.

\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1912. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira. *Falla apresentada à Assembleia Legislativa Provincial*. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PASSOS, Antonio Bernardo de. *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial*. Recife: Typographia de M. F. de Faria, 1855. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

SOUZA, Antonio de. *Mensagem ao Congresso Legislativo*. Natal: Typ. d'A Republica, 1907. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 17 jun. 2020.

SOUZA, Eloy de. *Costumes locais*. Natal: Sebo Vermelho, 1999.

TAVARES DE LYRA, Augusto. *Mensagem ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1906*. Natal: Typ. d'A Republica, 1907. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 03 jul. 2020.

\_\_\_\_. *Mensagem ao Congresso Legislativo em 14 de julho de 1905*. Natal: Typ. d'A Republica, 1906. Anexo 1, seção 2. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 08 out. 2020.

\_\_\_\_. *O Rio Grande do Norte em 1911*. Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1912.  
VELLOSO, Pedro Leão. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa*. Maceió: Typ. do Diario do Commercio, 1862. Disponível em: <<http://ddsnext.crl.edu/titles/181>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

## BIBLIOGRAFIA

ARRAIS, Raimundo. Introdução. In: DANTAS, Manoel. *Coisas da terra*. [no prelo]

\_\_\_\_\_. Da natureza à técnica: a capital do Rio Grande do Norte no início do século XX. In: FERREIRA, Angela; DANTAS, George. *Surge et Ambula: a construção de uma cidade moderna* (Natal, 1890-1940), p. 121-135.

\_\_\_\_\_. Manoel Gomes de Medeiros Dantas. In: LIMA, Diógenes da Cunha; BARROS, Eva Cristini Arruda Câmara. (Org.). *Construtores da Ágora Soberana Potiguar: múltiplas memórias* (Professores do Atheneu Norte-rio-grandense, 1892-anos 1960). Natal: Edições Infinita Imagem, 2014. p. 197-202.

\_\_\_\_\_. Terra urbana, chão da memória das classes dirigentes. In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra os homens, os sonhos: A cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 13-43

\_\_\_\_\_. *O pântano e o riacho: a formação do espaço público no Recife do século XIX*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. *O corpo e alma da cidade: Natal entre 1900 e 1930*. Natal: Ed. UFRN, 2008.

ARRAIS, Raimundo; ROCHA, Raimundo Nonato. Estudo introdutório. In: TAVARES DE LYRA, Augusto. *O Rio Grande do Norte em 1911*. Natal: Jovens Escribas. [no prelo] p. 20

BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno* (Volume II: Séculos XIX e XX). Lisboa; Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOBBIO, Norberto. *Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

BRADBURY, Malcolm; McFARLANE, James. *Modernismo: guia geral (1890-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 76-82

BRESCIANI, Maria Stella. As sete portas da cidade. *Espaço e Debates*, n. 34, NERU, 1991.

\_\_\_\_\_. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século XIX). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 5, n. 8/9, p. 35-68, set. 1984/abr. 1985.

- BUENO, Almir. *Visões de República: ideias e práticas no Rio Grande do Norte (1880-1895)*. Natal: EDUFRN, 2016.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *História da Cidade do Natal* 4 ed. Natal: Ed. UFRN, 2010.
- CHAUÍ, Marilena. Notas sobre Utopia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 60, n. 1, p. 7-12, jul. 2008. Disponível em: <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252008000500003](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252008000500003)>. Acesso em: 14 abr. 2021. p. 7
- CHOAY, Françoise. *A regra e o modelo: sobre a teoria da arquitetura e do urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- \_\_\_\_\_. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Diante do tempo: história da arte e anacronismo das imagens*. São Paulo, 2013.
- DUARTE, Fábio. *Crise das matrizes espaciais*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- FABRIS, Annateresa. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 1, n. 1, 1 jan. 1993. p. 131-143
- FERREIRA, Angela Lucia; OLIVEIRA, Giovana Paiva de; SIMONINI, Yuri. A Utopia de Manoel Dantas: a ideia de modernidade na construção de Natal/RN – Brasil, na primeira metade do século XX. In: XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, 2016, Barcelona. *Anais eletrônicos...* Barcelona: Universitat de Barcelona, 2016. v. 1.
- FERREIRA, Pinto. A Faculdade de Direito e a Escola do Recife. *Revista de informação legislativa*, v. 14, n. 55, p. 5-20, jul./set. 1977.
- FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. As idéias estão no lugar. In: *Cadernos de debate*, São Paulo, n. 1, p. 61-64, 1976.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (org.). *Intelectuais Mediadores: Práticas Culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GRAHAN, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil (1850-1914)*. São Paulo: Brasiliense.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005

\_\_\_\_\_. *Espaços de esperança*. São Paulo: Loyola, 2004.

\_\_\_\_\_. *Paris: capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

HERSCHMANN, Micael; KROPF, Simone; NUNES, Clarice. *Missionários do progresso: médicos, engenheiros e educadores no Rio de Janeiro, 1870-1937*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios (1875-1914)*. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *O Brasil Monárquico, v. 7: do Império à República*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. (História geral da civilização brasileira; t. 2; v. 7).

JOBIM, Khalil. *Do ancoradouro à sala de espera: as obras de melhoramento do porto e a construção de uma Natal moderna (1893-1913)*. 2015. 144f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade do capital*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

\_\_\_\_\_. *La producción del espacio*. Madrid: Capitán Swing Libros, 2013.

LIMA, Pedro de. *O Mito da fundação de Natal e a construção da cidade moderna segundo Manoel Dantas*. Natal: Cooperativa Cultural; Sebo Vermelho, 2000.

MANNHEIN, Karl. *Ideology and utopia: an introduction to the sociology of knowledge*. Londres; Henley: Routledge & Kegan Paul, 1979.

MARCONDES, Renato Leite; HANLEY, Anne G. Bancos na transição republicana em São Paulo: o financiamento hipotecário (1888-1901). *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 103-131, Mar. 2010. Disponível em: <<http://ref.scielo.org/ddpbz6>>. Acesso em 01 mar. 2021

MARINHO, Marcia Maria Fonseca. *Natal também civiliza-se: sociabilidade, lazer e esporte na Belle Époque Natalense (1900-1930)*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

MAURO, Frédéric. *História Econômica Mundial (1790-1970)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MATTOS, Hebe. A vida política. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (coord.). *A abertura para o mundo: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010, v. 3) p. 85-131

MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MELO, Manoel Rodrigues de. *Dicionário da imprensa no Rio Grande do Norte: 1907-1987*. São Paulo: Cortez; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. *Natal Foto-Gráfico: do passado ao presente*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, 2014.

MORAIS, Isabela Cristina Santos de. *A atuação de Manoel Dantas na instrução pública norte-riograndense (1897-1924)*. 2018. 165f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

NEDELL, Jeffrey D. *Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

NEVES, Margarida de Souza. Brasil! Acertai vossos ponteiros! In: MUSEU de Astronomia e Ciências Afins. (Org.). *Brasil, acertai os vossos ponteiros*. Rio de Janeiro: MAST/CNPq, 1992. p. 35-43

NISBET, Robert. *História da ideia de progresso*. Brasília: Ed. UNB, 1985.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. A Narrativa do Dr. Manoel Dantas: o discurso modernizador justificando a ação sobre o espaço da cidade do Natal. In: XXIII Simpósio Nacional de História - História: Guerra e Paz, 2005, Londrina/PR. *Anais...* Londrina/PR: Editorial Midia, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito Além do Espaço: Por Uma História Cultural do Urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995, p. 279-290

PINHEIRO, Paulo Sérgio et al. *O Brasil Republicano: Sociedade e Instituições*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. (História geral da civilização brasileira, t. 3, v. 9).

PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos* (Paris, Rio e Salvador). Salvador: EDUFBA, 2011.

RAMA, Angel. *A cidade das letras*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RODRIGUES, Wagner do Nascimento. *Dos caminhos de água aos caminhos de ferro: a construção da hegemonia de Natal através das vias de transporte (1820-1920)*. 2006. 200 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.

ROSANVALLON, Pierre. Por uma História Conceitual do Político (nota de trabalho), *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 15, n. 30, p. 9-22, 1995. Disponível em: <<https://anpuh.org.br/index.php/revistas-anpuh/rbh>>. Acesso em: 26 out. 2020.

RYKWERTY, Joseph. *A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SALDANHA, Nelson Nogueira. *História das idéias políticas no Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2001.

SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades Capitais do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Renato Marinho Brandão. A Escola de Aprendizes e a cidade (1909 e 1937). In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra, os homens, os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017.

\_\_\_\_\_. *Natal, outra cidade!:* o papel da Intendência Municipal no desenvolvimento de uma nova ordem urbana na cidade de Natal (1904-1929). Natal: EDUFRN, 2018.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34.

SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP, 1996.

SILVA, Fagner David da. *Traçando caminhos e ligando espaços: as estradas do Rio Grande do Norte e o automóvel (1914-1934)*. 2016. 111f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016.

SILVA, José Maria de Oliveira. Salvar a América - Educação e História: Nuances do Radicalismo Republicano em Manoel Bomfim. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 19, p. 115-134. Set. 1989/fev. 1990.

SILVA, Maiara Juliana Gonçalves da. *"Em cada esquina um poeta, em cada rua um jornal": a vida intelectual natalense (1889-1930)*. 2014. 342f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

SIQUEIRA, Gabriela Fernandes de. *Por uma "cidade nova": apropriação e uso do solo urbano no terceiro bairro de Natal (1901-1929)*. 2014. 526 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

\_\_\_\_\_. Entre a Cidade Nova e a Cidade das Lágrimas. In: ARRAIS, Raimundo (org.). *A terra, os homens, os sonhos: a cidade de Natal no início do século XX*. Natal: Sebo Vermelho, 2017. p. 59

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-269

SOUZA, Itamar de. *A República Velha no Rio Grande do Norte: 1889-1930*. Natal: EDUFRN, 2008.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo: 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.